

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

JEFFERSON SILVA DO RÊGO

**DAS SENSações PARA A LÍNGUA:
FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM CONDILLAC**

Goiânia
Faculdade de Letras/UFG
Junho 2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

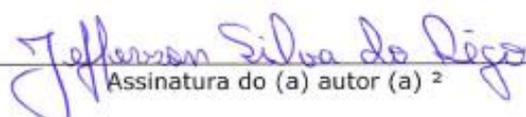
Nome completo do autor: Jefferson Silva do Rêgo

Título do trabalho: Das sensações para a língua: Filosofia da Linguagem em Condillac

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 13 / 03 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

JEFFERSON SILVA DO RÊGO

**DAS SENSações PARA A LÍNGUA:
FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM CONDILLAC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás com vistas à obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani.

Goiânia
Faculdade de Letras/UFG
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rêgo, Jefferson Silva do
Das sensações para a língua [manuscrito] : Filosofia da Linguagem em Condillac / Jefferson Silva do Rêgo. - 2016.
cv, 103 f.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2016.
Bibliografia.

1. Historiografia-Linguística. 2. Epistemologia. 3. Condillac. 4. Linguagem. I. Milani, Sebastião Elias, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Professor Dr. Sebastião Elias Milani
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – UFG

Arguidor externo: Professor Dr. Daniel Marra da Silva
Programa de Pós-Graduação em Letras / Porto Nacional
Universidade Federal do Tocantins

Arguidor interno: Professor Dr. Alexandre Ferreira da Costa
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – UFG

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível porque recebeu o apoio de algumas pessoas e instituições.

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, professor Dr. Sebastião Elias Milani, pela convivência inspiradora e o pelo prazer do aprendizado constante;

Às mãos proletárias de minha mãe, D. Dinah, que me alfabetizou para a luta, muitas vezes, sem dizer palavra;

À minha companheira, Larissa Leal, pela loucura em repartir comigo a vida, os livros, o amor, e as angústias;

À Faculdade de Letras da UFG e, em especial, ao seu Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, pela acolhida e prontidão em me apoiar neste percurso;

A todos os colegas que integram ou integraram o IMAGO, pelas trocas e pelos diálogos. Especialmente, àquelas pessoas com quem mais proseei: Isadora Massad, Patrícia Verônica, Raquel Queiroz e Rômulo Rodrigues.

Aos professores Alexandre Ferreira da Costa e Daniel Marra da Silva, que aceitaram o convite para comporem a minha banca de qualificação e de defesa;

Aos colegas do IF Goiano – Campus Posse e aos ex-colegas do Instituto de Química da UFG, pelo irrestrito incentivo.

Aos amigos e amigas que fazem sentido em minha vida há tanto tempo: Eduardo Alves, Eber Feliciano, Jordana Avelino, Érica Oliveira, Priscila Vieira, Larissa Bailão, Jéssica França Dias e Edelson Santana.

A todos militantes por uma educação pública verdadeiramente emancipadora, e, especialmente, aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro, pelo compartilhamento das lutas concretas e das utopias necessárias.

Por fim, agradeço aos meus gatos, Gramsci e Amora, que, em meio ao turbilhão, nunca me negaram momentos de leveza e alegria.

A minha avó, Edite Bonfim (*in memoriam*)

“O desejo não é, pois, senão a ação das próprias faculdades, que se atribui ao entendimento e que, estando determinada em direção a um objeto pela inquietude que causa sua privação, determina também a ação das faculdades do corpo. Ora, do desejo nascem as paixões, o amor, o ódio, a esperança, o medo, a vontade. Portanto, tudo isso ainda não é senão a sensação transformada”.

Abade de Condillac

RESUMO

Para além de uma vida enclausurada em conventos, o Abade Étienne Bonnot de Condillac (1715 - 1780) dedicou-se ao mundo das ciências e da filosofia. Sua vasta produção intelectual abarcou preponderantemente temáticas concernentes à teoria do conhecimento e à filosofia da linguagem. Nesta dissertação, à luz de princípios teórico-metodológicos oriundos da Historiografia-Linguística, o objetivo é elaborar uma síntese sobre a obra de Condillac, principalmente no que diz respeito às reflexões linguísticas que ela encerra. Nesse sentido, ao explorar algumas das características do pensamento científico e filosófico da modernidade aglutinada no século XVIII, mostra-se que a obra condillacquiana trava um rico diálogo com a tradição filosófica, sobretudo, com o racionalismo e com o empirismo, dentro de um contexto dominado pelo ideário iluminista próprio da França antes e após a revolução burguesa de 1789, período no qual o conhecimento científico, fundado, sobretudo, no poder da racionalidade humana, é colocado, mais uma vez, como o alvo a ser almejado por todas as civilizações interessadas em progredir plenamente. Como conclusão, ratifica-se que, pela primeira vez na história dos estudos linguísticos, o conceito de linguagem aparece na teoria do conhecimento de Condillac como resultado de elaborações teóricas demasiadamente desvinculadas das perspectivas metafísicas e especulativas até então predominantes. Sendo assim, a linguagem verbal humana aparece em sua obra como o órgão biofísico responsável pela viabilização, otimização e, sobretudo, pelo condicionamento da comunicação, mediante o uso de signos linguísticos articulados e sistematizados em língua. Esta, por sua vez, acaba se tornando um verdadeiro vício para os seres humanos, porque é vista, definitivamente, como protagonista tanto na gênese quanto no desenvolvimento do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia-Linguística. Epistemologia. Condillac. Linguagem.

ABSTRACT

Beyond a cloistered life in convents, Abbot Étienne Bonnot de Condillac (1715 - 1780) devoted himself to the world of science and philosophy. His vast intellectual production encompassed mainly issues concerning the theory of knowledge and philosophy of language. In light of theoretical and methodological principles stemming from the Historiography-Linguistics, this thesis aims to develop an overview of the work of Condillac, especially with regard to the linguistic reflections that it encloses. In this sense, to explore some of the characteristics of the scientific and philosophical thought of agglutinated modernity in the eighteenth century, it is demonstrated that the Condillacian work provokes a rich dialogue with the philosophical tradition, especially with rationalism and empiricism, within a context dominated by the Enlightenment ideas of France before and after the bourgeois revolution of 1789, a period in which scientific knowledge, based mainly in the power of human rationality is placed, once again, as the objective to be pursued by all civilizations interested in developing themselves fully. In conclusion, it is confirmed that for the first time in the history of linguistic studies, the concept of language appears in Condillacian knowledge of theory as a result of theoretical elaborations too detached from metaphysical and speculative perspectives that were prevalent until then. Thus, the human verbal language appears in his work as the biophysical body responsible for feasibility, optimization, and especially the communication conditioning through the use of articulated and systematized linguistic signs in language. It has, in turn, become a real addiction to humans, because it is definitely seen as a protagonist both in the genesis and the development of knowledge.

KEYWORDS: Linguistics Historiography. Epistemology. Condillac. Language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FUNDAMENTOS DE HISTORIOGRAFIA-LINGUÍSTICA.....	17
2. BREVE EXPOSIÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM: DE PLATÃO A CONDILLAC	28
2.1. Gênese e desenvolvimento das ciências e da filosofia modernas	28
2.1. Breve histórico dos estudos sobre a linguagem	38
3. FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM CONDILLAC	50
3.1 O sensualismo como um empirismo radical.....	50
3.2 Das sensações para a língua	71
3.3 Condillac e a linguística moderna	80
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado das atividades de um projeto maior no âmbito da pesquisa que é realizada na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Tratam-se das atividades do IMAGO¹, um grupo de pesquisadores que, sob a coordenação do professor Dr. Sebastião Elias Milani, começou a estudar os monumentos constituintes da linguística moderna, a partir de uma perspectiva teórica e metodológica inspirada nos princípios e fundamentos oriundos da Historiográfica-Linguística.

Como atividades do grupo, que, no decorrer do tempo, foi sendo constituído tanto por alunos de graduação quanto por alunos de pós-graduação, o Dr. Milani costuma ofertar disciplinas no Programa de Pós-Graduação da referida instituição. Em uma dessas disciplinas, ministrada no primeiro semestre de 2013, e intitulada *Síntese Historiográfico-Linguística de Estudos de Língua e de Linguagem*, tive a oportunidade, na condição ainda de aluno especial, de conhecer de maneira mais aprofundada a obra de importantes pensadores no campo dos estudos sobre línguas e linguagem, desde a filosofia essencialista de Platão (427 a. C. – 347 a. C.) na Grécia Antiga até chegar ao marxismo de Mikhail Bakhtin (1895 – 1975), filósofo russo do século XX.

Exposto a várias e variadas reflexões linguísticas, a um verdadeiro arsenal de conceitos e métodos que perpassaram a história dos estudos linguísticos no Ocidente, um pensador em especial me despertou grande interesse. Refiro-me ao filósofo da linguagem do século XVIII, Étienne Bonnot de Condillac (1714 – 1780), grande iluminista francês, cuja obra encerra uma interessante reflexão sobre a linguagem humana. Logo ao primeiro contato com sua produção intelectual, fiquei impactado com o fato de seus escritos dialogarem, direta e indiretamente, com uma vasta tradição filosófica e linguística, servindo, segundo Paul Bouissac (2012, p. 94-95), como fonte de leitura e de inspiração a ninguém mais, ninguém menos, que Michel Bréal (1832 – 1915), um dos mais proeminentes linguísticos de seu tempo e o principal mentor do jovem Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) que, posteriormente, levará o crédito de ter fundado a Linguística enquanto ciência moderna.

¹ O grupo IMAGO (Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem) começou suas atividades em 2006 na Faculdade Letras da UFG (vide o site: <https://imago.letras.ufg.br>). Tomei conhecimento de sua existência em 2010, quando comecei a trabalhar na UFG como técnico-administrativo. Todavia, somente comecei a participar efetivamente do Grupo em 2012, quando passei a frequentar as aulas do prof. Sebastião Milani, principalmente como aluno especial do Programa de Pós-Graduação. Assim, pude conhecer alguns de seus trabalhos, entre os quais: *Historiografia Linguística de Ferdinand de Saussure* (2011), *Aspectos Historiográficos-Linguísticos do século XIX: Humboldt, Whitney e Saussure* (2012) e *Historiografia Linguística de Wilhelm Von Humboldt: conceitos e métodos* (2012).

Em outros termos, pode-se dizer que o interesse pelas reflexões do Abade de Condillac, como ficou conhecido no meio intelectual, surgiu, nesse primeiro momento, a partir da constatação deste paradoxo: sua obra está diretamente relacionada ao nascimento da ciência que os linguistas estudam e praticam e, no entanto, estes a ignoram ou dela conhecem muito pouco.

Nessas circunstâncias, veio à tona a ideia de propor, como projeto de pesquisa para o mestrado, um trabalho que objetivasse fazer uma historiografia-linguística da obra de Condillac, tentando mostrar, que, pela primeira vez na história dos estudos linguísticos no Ocidente, o conceito linguagem² apareceu, com bastante evidências, desvinculado de perspectivas puramente metafísicas e especulativas, tão típicas do século XVIII e anteriores. Assim, nasceu a tese de que a obra condillacquiana – de grande penetração nos círculos intelectuais dos séculos XVIII e XIX – e menos conhecida e divulgada posteriormente – teve um papel importante no desenvolvimento e consolidação dos estudos linguísticos enquanto campo autônomo de investigação científica.

Conforme Jonathan Culler (1979, p.46), nos séculos XVII e XVIII, havia o pressuposto de que estudar línguas e a linguagem poderia lançar luz sobre a natureza do pensamento, bem como da própria mente humana. Nesse período, os estudos linguísticos assumem duas formas diferentes, a depender do tipo de questão formulada acerca do pensamento. A primeira abordagem, porque tomava a linguagem verbal como uma imagem do pensamento, buscava descobrir e compreender uma lógica universal, ou as leis da razão, numa perspectiva atemporal ou sincrônica.

Em contrapartida, a outra forma de abordagem surgiu justamente por conta dessa ausência da dimensão temporal nos estudos linguísticos. Reconheceu-se que, se o objetivo é compreender o pensamento, não é suficiente elaborar uma gramática lógica. Antes, dever-se-ia discutir também a formação e o desenvolvimento das ideias; a dizer, para se compreender a mente humana, dever-se-ia saber como as ideias se desenvolvem a partir das sensações. Foi

² Mesmo que em filosofia da linguagem e em outras áreas do conhecimento, seja comum usar língua e linguagem indistintamente (a depender da língua em que se escreve, isso pode acontecer até em trabalhos de linguistas), em linguística moderna, costuma-se fazer a distinção entre tais conceitos. Consoante Jean Dubois et al. (2006), linguagem é entendida como “a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializado”; enquanto que língua, no sentido mais corrente, refere-se a “um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade”. Dessa forma, neste trabalho, quando se faz referência às reflexões linguísticas de Condillac, que é um autor do século XVIII, o referente é, preponderantemente, a linguagem. Como era comum naquela tradição de estudos filosóficos, Condillac nem sempre fazia a distinção entre língua e linguagem, dicotomia esta que somente ganhou fama e repercussão em meados do século XX, a partir das releituras do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure.

precisamente este problema que Condillac apontou em seus escritos, principalmente, no *Tratado das Sensações*.

Grosso modo, pode-se dizer que Condillac dispôs-se a demonstrar, passo a passo, que a reflexão e, em última instância, a racionalidade humana teve sua origem nas sensações, isto é, são resultantes das relações dos homens com a natureza e as circunstâncias decorrentes. Nesse mecanismo de derivação, no qual a sensação veio a se tornar ideia e pensamento, a manipulação de signos convencionais foi de extrema importância para o sucesso de todo processo. Aos olhos de hoje, a natureza precisa deste seu argumento pode parecer desimportante ou mesmo ingênua, porém, é preciso considerar que, em linhas gerais, sua teorização sobre a linguagem teve desdobramentos muito mais significativos, porque, depois de Condillac, os estudos sobre línguas e linguagem nunca mais perderam totalmente os vínculos com o empirismo, isto é, com uma perspectiva que enxerga o fenômeno da linguagem como um objeto apreensível, sobretudo, do ponto de vista físico.

(...) o que importa (em seu argumento) é a direção a que ele o leva. Tentando mostrar que o pensamento tem uma origem natural, que a existência da reflexão e das ideias abstratas é algo que pode ser explicado, ele foi além da tese de que a linguagem é uma figuração do pensamento {a posição do século XVIII} para argumentar que as ideias abstratas são um resultado do processo pelo qual os signos se criam. Ele teve, portanto, de demonstrar que havia um processo pelo qual uma linguagem de signos convencionais poderia surgir de uma experiência primitiva e não-reflexiva. Teve de preocupar-se com a origem da linguagem (CULLER, 1979, p. 47).

É nesse sentido que se revisita a obra de Condillac, para se conhecer melhor a própria história dos estudos linguísticos. Em sua epistemologia e em sua filosofia da linguagem, existe a compreensão – no mínimo, embrionária – de que a linguagem verbal humana assume certo protagonismo tanto na gênese quanto no desenvolvimento do conhecimento humano. Conseqüentemente, tal compreensão abriu o caminho para que seus sucessores pudessem estudar as línguas naturais como mais autonomia em relação à filosofia e outras áreas do saber, o que viabilizou, no século XIX, o trabalho dos gramáticos comparatistas.

Conforme afirma Eugenio Coseriu (1921 – 2002), no livro intitulado *Tradição e novidade na ciência da linguagem*, a história da linguística é ainda uma história muito estranha, posto que lhe falta muitas vezes coerência na demonstração das continuidades e rupturas. Para o linguista, uma fotografia da linguística que é realizada contemporaneamente revelaria que, não raro, as práticas investigativas de hoje encontram-se desconectadas com a história dos estudos sobre línguas e linguagem. Quando muito, só se conhece um passado mais recente e ignora-se quase que completamente o que estiver mais afastado.

Mesmo as teorias mais conhecidas e mais discutidas contemporaneamente não são estudadas em suas conexões históricas e historiográficas. Decerto, à medida que vai crescendo a familiaridade com a obra de Condillac, percebe-se que existem ainda muitas histórias a serem contadas e recontadas nos estudos sobre línguas e linguagem. Coseriu estava se referindo a seu contexto acadêmico em 1980. No entanto, sua avaliação se encaixaria perfeitamente ao contexto brasileiro atual, no qual o modismo acadêmico sobrevive com bastante vitalidade.

Aliás, pode-se afirmar que nunca fizeram tanta falta os intelectuais como Ferdinand de Saussure, cuja capacidade de diálogo com o passado e de síntese da tradição ainda impressiona àqueles que teimam em conhecê-lo mais de perto. A genialidade de Saussure reside, primeiramente, em sua percepção de que a linguagem humana consiste em algo complexo em demasia, sendo preciso a definição de um método menos falível para abordá-la; e, segundo, em seu interesse incomensurável pela história e pela historiografia dos estudos acerca das línguas e da linguagem humana ao longo dos séculos, o que lhe causou a impressão de que tudo já fora dito, mas que ainda era necessário amenizar certas confusões de ordem conceitual e, principalmente, de ordem metodológica.

Respeitando as singularidades e objetivos de cada autor, pode-se dizer que, de forma semelhante à obra de Saussure no século XX, os escritos de Condillac também apontam para a necessidade de redimensionamento do olhar em matéria de línguas e linguagem. Sua obra também é um exemplo de que a novidade em ciência é sempre fruto de um diálogo intenso e constante com a tradição.

Dessa maneira, voltar ao passado – ao se tentar construir uma Historiografia-Linguística de um filósofo da linguagem do século XVIII - em vez de simples prática de erudição desinteressada, torna-se necessidade tendo em vista a crise da razão e o esfacelamento do conhecimento tão característicos da contemporaneidade, inaugurando um movimento de reflexão e autoquestionamento, que se fortalece, sobretudo, pela necessidade de se redimensionar as perspectivas do discurso histórico, evidenciando a relação entre conceitos e métodos, entre configurações sociais e intervenções individuais. Nos estudos linguísticos, como em outros ramos do conhecimento, pulsa essa necessidade de retornar às questões clássicas, porque contribui para a fundamentação do presente e, em última instância, permite enxergar o fluxo que é o conhecimento científico, sempre em constante processo de atualização teórico-metodológica.

Condillac nasceu em 30 de setembro de 1715, em Grenoble, França. Desde cedo orientado para a carreira eclesiástica, tornou-se sacerdote em 1740, depois de estudar teologia

em Saint-Sulpice e na Sorbonne. Mas seus interesses o orientaram para a ciência em vez da religião. Então se mudou para Paris, aproximando-se dos enciclopedistas, principalmente de seu primo Jean le Rond D'Alembert (1717 – 1783), de Denis Diderot (1713 - 1784) e de Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778). Foi também preceptor do Infante Ferdinando na corte de Parma (1753-1767), de sorte que sua vida foi dedicada à produção intelectual, abarcando várias temáticas, sobretudo as concernentes à teoria do conhecimento e à filosofia da linguagem. Veio a falecer na pequena localidade de Flux, França, em 1780.

Era o filho mais jovem de uma grande família. Tanto seu pai quanto sua mãe vieram de uma família de advogados e burocratas que conseguiram entrar para a *noblesse de robe*³, no início do século XVIII, uma vez que, Gabriel Bonnot, o pai de Étienne, pagou 10 mil libras para o secretário do Rei, no Tribunal de Justiça do Parlement do Dauphiné, o que lhe rendeu o título de visconde de Mably.

Gabriel Bonnot acumulou uma verdadeira fortuna valendo de seus serviços e influência. Ele investiu, sobretudo, em terras, atingindo seu ápice econômico em 1720, vindo a falecer em setembro 1726, deixando sua esposa e seus filhos em situação ainda privilegiada, apesar das perdas financeiras ocorridas nos últimos anos, de sorte que, para cada um dos filhos, foi legada a soma de 25.000 libras. A mãe de Étienne também possuía grande fortuna, que foi construída por longo tempo. Assim, calcula-se que, somando ambas as heranças, Condillac teria direito a receber aproximadamente cerca de 1.300 libras por ano, o que lhe possibilitou uma vida sem grandes preocupações com o próprio sustento.

Como homem atuante nos grandes debates científicos e filosóficos de seu tempo, Condillac escreveu uma obra de variação temática impressionante, cuja maior característica é a junção harmônica de erudição e raciocínio lógico. No campo da política e da economia, publicou o *Curso de Estudos para a Educação do Príncipe de Parma* (1775) e *O Comércio e o Governo Tratados um em Relação com o Outro* (1776). Tratando sobre filosofia da arte, escreveu *Investigações a respeito das Origens das Ideias sobre a Beleza* (1749). Adentrando as ciências naturais, elaborou o *Tratado sobre os Animais* (1755). Somada ao fato de que um mesmo tema aparece sorrateiramente em mais de uma obra, essa variedade dificulta uma categorização exata de sua produção intelectual.

³ Segundo a *Encyclopædia Britannica*, *Noblesse de robe* é uma expressão de língua francesa, muito recorrente nos séculos XVII e XVIII, que designava uma classe específica de nobres hereditários, os quais adquiriram sua posição através do trabalho em altos cargos do Estado. A expressão foi derivada das vestes específicas (espécie de togas) que usavam em serviço. A classe já existia anteriormente, mas foi só no século XVII que os seus membros adquiriram o direito de transmitir aos seus herdeiros o *status* de nobreza. (Fonte: <http://global.britannica.com/topic/noblesse-de-robe>).

Para os fins deste trabalho, a intenção foi constituir um *corpus* com obras que, de forma direta ou indireta, sorrateira ou pujante, tratassem do conceito de linguagem. Nesse sentido, foram selecionados principalmente o *Tratado dos Sistemas* (1749) e o *Tratado das Sensações* (1754), ficando como fonte de consulta secundária o *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746), a *Lógica* (1780) e a *Língua dos Cálculos* (1798).

A partir da leitura cuidadosa do *Tratado dos Sistemas* e do *Tratado das Sensações*, buscou-se, ao longo do trabalho, elaborar uma síntese de sua produção intelectual acerca do conceito de linguagem. Esta é, na verdade, a grande tarefa a ser empreendida, tomando, para tanto, Condillac como um monumento, um todo estruturado que representa certa corrente de pensamento dentro de uma dada sociedade, via uma língua específica, buscando com isso identificar o que há nele de ruptura metodológica e de continuidade conceitual (MILANI, 2011).

O trabalho foi dividido, portanto, em três capítulos. No primeiro deles, denominado “Fundamentos da Historiografia-Linguística”, houve um empenho em trazer à tona algumas considerações, que façam sentido no âmbito das ciências da linguagem, sobre a Historiografia-Linguística enquanto teoria e método de abordagem diacrônica de textos teóricos sobre línguas e linguagem. Assim, mediante uma breve revisão da literatura, tentou-se evidenciar os fundamentos e princípios teóricos e metodológicos que a sustentam. Longe de querer esgotar a discussão em todas os seus pormenores e possibilidades, a intenção maior foi a de esclarecer quais parâmetros investigativos serviram para inspirar a metodologia aqui adotada.

Trata-se muito mais de um primeiro exercício reflexivo sobre a Historiografia-Linguística do que, propriamente, uma descrição de como esse arcabouço teórico-metodológico norteou ou deveria ter norteado, a ferro e fogo, o presente trabalho. Assim, este capítulo, muito embora não tenha sido escrito com esta finalidade, pode contribuir também para a fixação da seguinte ideia: a história de uma ciência e a geração de novos conhecimentos nesta ciência são coisas que podem e devem andar sempre juntas. Como todo conhecimento é construído social e historicamente, toda ciência precisa refletir sobre essa própria dimensão historicizante que a constitui. Logo, ver-se-á que a Historiografia-Linguística se coloca como uma potente ferramenta a quem deseja flexionar o olhar em busca de uma visão mais panorâmica, mais globalizante, portanto, mais completa nos estudos linguísticos.

No segundo capítulo, cujo título é “Estudos sobre a linguagem: de Platão à Condillac”, foram reunidos fatos, passagens e argumentos que possam contribuir para a contextualização histórica da obra do Abade de Condillac. Obviamente, o objetivo foi o de traçar um breve panorama histórico do campo de estudo sobre a linguagem, abordando figuras e movimentos

intelectuais que vão desde os gregos antigos até os contemporâneos de Condillac, passando por alguns tópicos concernentes à produção intelectual da Idade Média e do Renascimento. Essas aproximações históricas se fizeram necessárias, posto que o entendimento da metodologia e dos conceitos linguísticos trabalhados em Condillac suscita necessariamente o entendimento das abordagens feitas pelos seus interlocutores. Em outras palavras, houve aqui uma preocupação em trazer à tona elementos da enunciação relacionados à produção intelectual de Condillac, as evidências do tempo e do lugar em que seus textos foram produzidos.

Nesse sentido, foram realizadas algumas considerações de cunho histórico acerca da ciência e da filosofia modernas. A ideia foi expor o cenário em que nasceram a ciência e a filosofia modernas, descrevendo alguns de seus temas, problemas e características. Estes conhecimentos tornam-se importantes na medida em que podem evitar, aos olhos da contemporaneidade, algum estranhamento em relação aos posicionamentos do Abade. Abordaram-se o racionalismo de matriz cartesiana e o empirismo de viés britânico como movimentos intelectuais que dialogaram e influenciaram a obra condillacquiana. A razão desse direcionamento é simples: assume-se como hipótese a ideia de que Condillac, antes de ser racionalista radical, ou apenas mais um empirista fundamentalista, ele elaborou um pensamento híbrido, aproveitando as características de cada uma das correntes filosóficas aludidas.

No terceiro capítulo, chamado de “Filosofia da Linguagem em Condillac”, houve um esforço em expor o pensamento linguístico de Condillac, buscando entender, na estrutura de sua obra, a metodologia empreendida para a abordagem do conceito de linguagem, bem como as relações e vínculos estabelecidos direta ou indiretamente com a tradição que lhe antecede. A dizer, nesta etapa, denominada nos estudos historiográficos-linguísticos como imanência, buscou-se fazer uma síntese dos conteúdos presentes na obra em estudo, privilegiando sua configuração interna, isto é, sua dimensão linguística propriamente; deixando em segundo plano, na medida em que isso for possível, as demais informações de caráter contextual.

Esta etapa corresponde à elaboração de uma síntese sobre a estrutura do pensamento linguístico de Condillac, enfatizando o caráter empirista de sua teoria do conhecimento e a importância de seus escritos para a posteridade. Para tanto, foram selecionadas três de suas obras para, quais sejam, o *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746), o *Tratado dos Sistemas* (1749) e o *Tratado das Sensações* (1754). Entende-se que são nestes livros que Condillac consegue explicar mais precisamente suas reflexões sobre a linguagem verbal humana. Evidentemente, sempre que se fez necessário, entraram em cena passagens de seus outros livros.

1. FUNDAMENTOS DE HISTORIOGRAFIA-LINGUÍSTICA

Neste primeiro capítulo, foram feitas algumas considerações preliminares acerca da Historiografia-Linguística, discorrendo sobre a forma como ela é concebida e caracterizada neste trabalho, não almejando, evidentemente, esmiuçar todas as potenciais questões implicadas. Antes, a intenção é fazer uma rápida revisão da literatura e esclarecer quais foram os parâmetros investigativos que inspiraram a realização desta pesquisa.

Existe atualmente um lento processo, porém com demonstração de certa consistência e pujança, de institucionalização da Historiografia-Linguística como disciplina e campo de pesquisa no contexto acadêmico brasileiro. De acordo com Olga Coelho e Maria Hackerott (2012), em momentos como o vivenciado atualmente, em que os estudos linguísticos vêm se desenvolvendo num ritmo cada vez mais acelerado, alcançando um grau de complexidade e de ramificação nunca antes testemunhado, torna-se oportuno:

(...) reservar um lugar para as reflexões e para técnicas que permitam recuperar e preservar memórias sobre os percursos da Linguística e, principalmente, empregá-las como um conjunto de experiências capazes de fundamentar projetos futuros. Conhecer a dimensão histórica da Linguística leva o pesquisador a uma maior consciência entre o lugar que ele ocupa na área de investigação, assim como a uma melhor compreensão do lugar dessa área no universo da ciência e da sociedade (COELHO; HACKEROTT, 2012, p. 381).

Assim, embora não seja este o objetivo precípua, as pesquisas na área da Historiografia-Linguística podem ajudar a disseminar a compreensão de que a história de uma ciência qualquer e a geração de novos conhecimentos nesta ciência são coisas que necessariamente precisam caminhar lado a lado.

Para Konrad Koerner (1989, p.47), essa maior consciência e essa melhor compreensão da dimensão histórica dos estudos linguísticos propiciam aos estudiosos da área uma intimidade – extremamente necessária – para com as configurações epistemológicas e metodológicas que constituem ou constituíram as ciências da linguagem ao longo dos séculos, ajudando-lhes a ter uma maior inteligibilidade e uma maior flexibilidade frente aos problemas previstos e não previstos nos diferentes construtos teóricos em evidência na contemporaneidade.

Por assim dizer, o conhecimento decorrente da prática investigativa sintonizada com a Historiografia-Linguística acaba aguçando a capacidade do pesquisador de distinguir, dentre a enorme variedade de temas e perspectivas, os verdadeiros avanços em seu campo de estudo, contribuindo para o reconhecimento, em uma época de crescente especialização, dos esforços científicos empreendidos no passado e sua relevância para a pesquisa atual ou futura.

Entretanto, refletir de forma mais ou menos deliberada e sistematizada sobre as próprias práticas investigativas, de modo a recuperar os esforços anteriores, não é um empreendimento investigativo tão recente assim, e não é uma postura exclusiva dos historiógrafos-linguísticos ou dos historiadores da linguística. Antes, com as óbvias diferenças metodológicas de captação e tratamento dos dados, trata-se de uma prática e uma postura bastante antigas nos estudos sobre línguas e linguagem, bem como nas ciências de uma forma geral.

Na história da filosofia e das ciências, a geração de conhecimento sempre foi um processo marcado pela interação e interlocução de ideias e de pensadores. Sempre existiu uma relação de diálogo, nem sempre amistoso, entre as gerações de cientistas que se sucedem no tempo. Em vários momentos, o equívoco de uns foi a mola propulsora para que outros empreendessem uma inovação nunca antes pensada. Devido a essa limitação, toda ciência carece muito de um meta-conhecimento, que é todo tipo de reflexão que ela produz sobre sua própria história, no intuito de se evitar a repetição dos mesmos equívocos, ou a reinvenção mecânica e acrítica de teorias há muito inventadas.

Na própria história dos estudos sobre línguas e linguagem, têm-se vários exemplos de avanços científicos, conseguidos devido ao esforço conjunto de gerações distantes no tempo e no espaço. Talvez o caso mais intrigante seja o gerativismo de meados do século XX, que, conforme depoimento do próprio Noam Chomsky (1997), não foi outra coisa senão um desdobramento de uma releitura realizada sobre os racionalistas do século XVII, em especial, uma releitura da *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal*, escrita por Antoine Arnauld (1612 – 1694) e Claude Lancelot (1615 – 1695) por volta de 1660.

Em relação aos estudos linguísticos, o cenário não é muito diferente. Existe aqui também a necessidade de se reconhecer que suas escolhas teóricas e metodológicas não são infalíveis, absolutamente. Há uma urgência mesmo em flexionar o olhar para si mesmo, no intuito de conhecer os equívocos de ontem e seus desdobramentos no presente. Todavia, tem-se ainda, nesse meio específico, muita dificuldade em se perder algum tempo dedicando-se a compreender os equívocos cometidos num tempo inacessível, seja porque este tempo esteja ainda muito recente, dificultando a geração de uma perspectiva mais nítida, seja porque esteja num passado suficientemente distante a ponto de os equívocos ficarem relegados à ignorância ou ao descaso.

Desde 1970, pesquisadores como Konrad Koerner, Sylvain Auroux e Pierre Swiggers, Xavier Laborda Gil, embora não sejam completamente unânimes quanto a questões terminológicas e possíveis escopos de aplicações, têm manifestado grande interesse pelos

estudos de abordagem historiográfica dentro dos estudos sobre línguas e linguagem. De fato, eles vêm apresentando propostas teóricas e metodológicas que vêm contribuindo para transformar a Historiografia-Linguística em algo a mais do que uma simples disciplina interessada em situar as ideias, as obras e os autores em maior destaque em determinados tempos e espaços.

Em outras palavras, os trabalhos destes e de outros autores vêm reforçando a premissa segundo a qual o passado existe para ser apreendido criticamente, e jamais para ser esquecido ou repetido; o que vem deixando cada vez mais evidente que o progresso de uma ciência pressupõe, paralelamente, um esforço no sentido de compreender melhor a sua gênese e o seu desenvolvimento.

Parafraseando Auroux (2009) – para quem todo conhecimento é uma realidade histórica e para quem todo fazer científico é resultado de um processo contínuo de acumulação e de sistematização de conhecimentos – toda ciência precisa, de tempos em tempos, passar por revisões historiográficas, se ela quiser mesmo manter-se em pleno desenvolvimento. Ou seja, a inovação de uma ciência depende, em grande medida, da conexão constante e revigorante com o seu passado recente e remoto.

Nesse sentido, dentro dos estudos sobre línguas e linguagem, a Historiografia-Linguística almeja ser esta ferramenta de apreensão da produção de conhecimento, sempre no sentido de constituir inteligibilidade acerca de autores, obras, conceitos e movimentos intelectuais que tenham contribuído para edificar o que hoje chamamos de forma generalizada de linguística, ou estudos linguísticos ou ciências da linguagem.

Então, fazer historiografia-linguística é sempre um movimento de flexão do olhar, como alguém que precisasse alcançar o horizonte e, para tal, resolvesse atingir um ponto privilegiado. Fazer a historiografia-linguística de um filósofo da linguagem do século XVIII, com uma distância temporal de mais de duzentos anos, torna-se uma aventura imprevisível, porque resultante do embate constante entre as forças coercitivas inerentes a toda tradição científica e a curiosidade e a subjetividade de quem se propõe a empreender uma investigação dessa natureza.

Aliás, é justamente dessa consciência da parcialidade, da limitação e da imprevisibilidade de uma abordagem diacrônica acerca de toda e qualquer produção de conhecimento, que a Historiografia vai nascer e se alimentar, enquanto método investigativo do campo da história. Para Charles-Olivier Carbonell (1930 – 2013), em *La Historiografía*, a atividade historiográfica consiste na melhor maneira de se conhecer uma sociedade, porque é

justamente quando o ser humano representa para si e para os outros o passado que lhes diz respeito, que se torna possível flagrar a identidade que se quer forjar, seja a própria, seja a alheia:

O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso — um discurso escrito e que se afirma verdadeiro — que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa — supondo que ela ainda existe e que a semi-amnésia de que parece ferida não é reveladora da morte. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem (CARBONELL, 2001, p. 08, tradução nossa⁴).

Colocada nesse patamar, a historiografia permite aos seres humanos organizados em sociedade o ato de conhecer o outro, estando este outro longe ou perto no tempo e no espaço; ademais, permite conhecer a si próprio em decorrência do encontro com o alheio e com o diferente. Assim, o ato de conhecer possui, por natureza e definição, uma temporalidade inerente, um horizonte de retrospectão, bem como um horizonte de projeção. Ou, nas palavras de Auroux (2009, p. 11), “o saber não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o imagina ou o idealiza”.

Em Émile Benveniste (1902 – 1976), em um texto chamado *Os níveis de análise linguística*, há uma sinalização para que, dentro dos estudos linguísticos, haja uma conexão entre objeto e metodologias de abordagens possíveis. O autor ensina que o método de toda ciência deve estar em sintonia com a natureza do seu objeto de investigação. Nesse momento, como concebe a língua como um sistema orgânico e articulado de signos linguísticos, ele apresenta um método para a apreensão de uma língua natural, trazendo a noção de nível, que é obtida em decorrência dos processos de segmentação e de substituição no trabalho de descrição linguística. Esta noção de nível, segundo o linguista, seria “essencial na determinação do procedimento de análise” (BENVENISTE, 2005, p. 127).

De forma semelhante, a natureza do objeto de estudo da Historiografia-Linguística acaba influenciando em sua metodologia de abordagem. A dizer, existe aqui também uma conexão e uma sintonia entre a historicidade das teorizações sobre línguas e linguagem materializadas em textos e a perspectiva diacrônica da Historiografia-Linguística, que lança

⁴ No original: Qué es la historiografía? Nada más que la historia del discurso — un discurso escrito y que dice ser cierto — que los hombres han hecho sobre el pasado, sobre su pasado. Porque la historiografía es el mejor de los testimonios que podemos tener sobre las culturas desaparecidas, sobre la nuestra también, suponiendo que exista todavía y que la semi-amnesia de que parece adolecer no revele su muerte. una sociedad no se descubre jamás tan bien como cuando proyecta tras de sí su propia imagen.

mão de recortes no tempo e no espaço para tentar flagrar a eventual continuidade das configurações epistemológicas e, ao mesmo tempo, as possíveis inovações metodológicas empreendidas por um determinado texto ou autor.

Nessa mesma linha de raciocínio, com o objetivo evidente de estabelecer alguns parâmetros metodológicos para a Historiografia-Linguística, Konrad Koerner (1996) vai definir esse tipo de abordagem, primeiramente, como uma atividade metahistórica, porque é de sua alçada refletir sobre os fundamentos de como empreender a escrita de uma história; em seguida, afirma que a historiografia-linguística é, ao mesmo tempo, o próprio resultado dessa empreitada. Desta definição, advém a necessidade de se fazer algumas distinções de ordem tanto conceitual quanto terminológica.

Em primeiro lugar, faz-se preciso distinguir Historiografia-Linguística de Historiografia da Linguística (HoL) ou da História das Ciências da Linguagem. Para Koerner, a Historiografia-Linguística é mais do que um termo para se referir à atividade de “escrever a ou uma história” e tem mais a ver com o “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios”, tendo como o objeto de estudo as “ideias sobre a linguagem e proposições para sua descrição e explicação” (KOERNER, 1996, p.49). No caso da Historiografia da Linguística (HoL) ou da História das Ciências da Linguagem, tratam-se de meros registros da história (ou meras escritas da história), ou seja, trabalhos que visam contar o início e o desenvolvimento da pesquisa em linguística, enquanto ciência moderna.

Assim, em Historiografia-Linguística, parte-se sempre da premissa segundo a qual nenhum pensamento científico nasce no vácuo, desprovido de mentor ou mestre. Igualmente, nenhuma ciência nasce inteira da cabeça de um único indivíduo, como no mito da deusa Palas Atena, que nasceu da cabeça de Zeus completamente preparada para a guerra. Tudo tem sua história, inclusive uma ciência ou uma área do conhecimento. Nem toda evidência participa da eternidade, porque o que se configura na atualidade como evidente raramente o foi no passado: “Nenhum cientista nasce sem ter sido orientado por outro cientista, ou instituição científica. Tais instituições se fundem numa rede de pensadores que organizam uma corrente lógica e estruturada da qual nenhum pensamento científico escapa” (MILANI, 2008a, p.04).

Ainda seguindo o raciocínio de Koerner (1996), consiste em um grande truísmo afirmar que a história dos estudos linguísticos não pode ser estudada no vácuo, simplesmente como uma sucessão de teorias sobre línguas e linguagem, divorciadas do clima geral de opinião no qual foram formuladas. Seu contexto deve também incluir o conhecimento de como as outras disciplinas, tanto as vizinhas quanto as distantes, estavam naquele determinado ponto do tempo.

Disso decorre o caráter e a vocação inter e transdisciplinar da Historiografia-Linguística. Nesse sentido, dadas as condições contemporâneas de reprodução da existência – marcadas pela efemeridade, separação dos saberes, pelo endeusamento da tecnologia –, afirmar e defender a necessidade de manter os vínculos com o passado vem se tornando cada vez mais uma postura necessária dentro e fora do meio acadêmico.

Nessas circunstâncias, diante da grande dificuldade encontrada para superar a especialização e a fragmentação epistemológica que tanto caracterizam as sociedades contemporâneas, Koerner aponta para a necessidade de se retornar criticamente ao passado, porque só assim se torna possível enxergar com mais clareza e sobriedade o fluxo intenso que é o conhecimento científico, sempre em constante processo de atualização teórica e metodológica.

Em relação ao método da Historiografia-Linguística precisamente, Koerner diz que o trabalho do historiógrafo-linguista deve seguir três princípios básicos: 1) contextualização, 2) imanência e 3) adequação teórica. O princípio da contextualização diz respeito à busca para compreender o clima intelectual presente à época da produção dos textos estudados, visto que não faz muito sentido abordar as teorizações linguísticas como se elas tivessem surgido descoladas da sociedade e da cultura geral onde foram elaboradas. Esse princípio visa estabelecer o espírito de época que permeia o objeto de estudo.

Para Jarbas Vargas Nascimento (2005, p.23), “o princípio da contextualização visa dar sentido às informações materializadas no documento”. O que significa que, nesta etapa, o historiógrafo-linguista precisa buscar as relações, potenciais, improváveis, ou evidentes, entre as reflexões linguísticas e o seu contexto social, histórico, político e cultural, levando em conta também outros elementos considerados importantes, como fontes marcadas e não marcadas, dados biográficos, aspectos editoriais como capa, tiragem, prefácio e sumário, etc.

O princípio da imanência está relacionado à necessidade de se fazer uma leitura aprofundada da obra, autor ou conceito em questão, focalizando a estrutura do construto teórico e metodológico adotado. Esse procedimento é primeira e essencialmente um trabalho com o texto em si, uma espécie de decodificação dos termos, teorias e métodos empregados. Nas palavras de Ronaldo Batista (2013, p.76), “o que se pretende é compreender o objeto de análise em sua própria natureza e configuração social e temporal, isto é, analisar o pensamento linguístico tal como ele se define”.

Nesta leitura de cunho estrutural, o historiógrafo-linguista deve buscar, na medida do possível, desprender-se do presente e de suas configurações ideológicas, no intuito de evitar

qualquer tipo de confusão conceitual e/ou terminológica. A dizer, é preciso ter em mente que o quadro geral da teoria e da terminologia usado nos textos em estudo deve ser definido internamente, e jamais em função de correntes linguísticas e categorias analíticas anacrônicas, porque seriam posteriores ou contemporâneas.

Por fim, o princípio da adequação teórica diz respeito ao processo de comparação e interpretação dos textos abordados em relação às perspectivas teórico-metodológicas atuais, no sentido de tentar traduzir e transportar, do tempo passado para o presente, temas e abordagens determinadas. Ainda para Nascimento (2005), neste momento, faz-se um esforço no sentido de compreender o passado inerente ao objeto de estudo para, em seguida, poder interpretá-lo à luz das perspectivas científicas contemporâneas. Dessa maneira, “processa-se por esse princípio uma atividade hermenêutica, cujo objetivo é realçar os fatos do passado, mediados pela preocupação do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem” (NASCIMENTO, 2005, p. 23).

Portanto, em certa medida, fazer a adequação teórica de um documento consiste numa espécie de “aventura” epistemológica da parte do pesquisador, porque este se arrisca numa espinhosa tarefa, que é a de estabelecer uma ligação entre os conceitos sintetizados e seus desdobramentos nos estudos posteriores sobre línguas e linguagem.

Para Cristina Altman (2009, p. 128), um estudo ancorado nos fundamentos da Historiografia-Linguística deve assumir como seu desafio “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”. Ou seja, quando faz uso do método da historiografia, a historiógrafo-linguista está se empenhando em compreender os fatores que exerceram alguma influência em determinado pensamento linguístico, possibilitando o surgimento de uma teoria e/ou a incorporação dessa teoria a determinadas práticas investigativas.

Na tentativa de atualizar o debate, Milani (2008b) vai dizer que o texto, enquanto documento a ser estudado, deve ser visto como um fato social sincrônico, enquanto a língua deve ser entendida como um fato social diacrônico, isto é, o elemento que é usado para fazer o registro da cultura da sociedade em que o texto foi produzido. Nesses termos, em pesquisas sobre um autor e sua obra, cabe ao historiógrafo-linguista a tarefa de separar o que é individual do que é social, podendo seguir os seguintes passos e procedimentos:

- 1º estabelecer uma biografia básica, vinculada à área temática pesquisada.
- 2º estabelecer os conceitos básicos produzidos, numa síntese precisa.
- 3º vincular os fatos da vida pessoal e científica/acadêmica e conceitos às instituições e às pessoas a ele relacionadas.

- 4º verificar fontes preceptoras e fontes escritas.
- 5º mapear os conceitos das fontes.
- 6º descrever os métodos ou o método.
- 7º vincular o método às ciências com suas respectivas fontes.
- 8º verificar o traço diferenciador do método do autor.
- 9º mostrar a contribuição de seu método para os conceitos.
- 10º relatar os avanços da obra (MILANI, 2011, p. 33).

Ainda conforme Milani (2011, p. 09), num empreendimento investigativo orientado pela Historiografia-Linguística, deve-se tomar por objeto de estudo o conjunto das próprias reflexões teóricas produzidas ao longo da história da humanidade acerca das línguas naturais e da linguagem verbal humana, reflexões estas que sempre se encontram materializadas em alguma língua particular e sistematizadas em textos, dentro de um recorte temporal e espacial:

Na Historiografia-Linguística, propõe-se que se estude sob o prisma da individualidade metodológica estruturada em discurso a conceituação geral da Linguística, fazendo uso de sua terminologia e de seus conceitos [...] o objeto de estudo da Historiografia Linguística, portanto, é o texto, como monumento, ou seja, reconhecido por representar um pensamento dentro de uma sociedade e por ser produzido em uma língua (MILANI, 2011, p.10).

Em linhas gerais, pode-se dizer que caberia ao historiógrafo-linguista o trabalho de demonstrar as fontes refratadas e a idiosincrasia iniciada, distinguindo o que é social e o que é individual nos textos abordados. Então, dever-se-ia justificar a denominação dessa ciência, Historiografia-Linguística, primeiro porque ela estuda as metodologias resultantes de toda e qualquer teorização sobre línguas e linguagem, segundo porque, para dar cabo a essa empreitada, inspira-se em pressupostos teóricos-metodológicos da *Nova História* (ou história total ou história estrutural), movimento intelectual de vanguarda dentro dos estudos históricos, surgido no início do século XX, que vai fazer profundas críticas ao modelo tradicional de se fazer história, sempre limitado aos aspectos políticos e econômicos dos Estados Nações.

Em verdade, a *Nova História* consistiu em um movimento historiográfico que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, fundado por Lucien Febvre (1878 – 1956) e Marc Bloch (1886 – 1944), em 1929. Ambos tinham como proposta ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos. O movimento renovou e ampliou o quadro das pesquisas históricas ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, rompendo com a compartimentação da história e das ciências humanas e privilegiando os métodos pluridisciplinares. Em geral, divide-se a trajetória da *Escola* em três fases principais: Primeira

geração, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; segunda geração, dirigida por Fernand Braudel (1902 – 1985) e terceira geração, composta por vários pesquisadores, com destaque para Jacques Le Goff (1924 – 2014) e Pierre Nora, além de Philippe Ariès (1914 – 1984) e Michel Vovelle.

Dessa maneira, como vem ponderando Peter Burke (1992, 2010a), houve um aprofundamento e, por tabela, um importante avanço nos estudos sobre as relações entre linguagem e história, decorrentes do esforço dos historiadores da *Escola dos Annales*, visto que a revista funcionou como um ponto aglutinador dos principais pensadores da história existentes na época. Como ponto norteador, não obstante as divergências entre seus integrantes, a revista refletia uma concepção estruturada de mundo e de conhecimento, cujas partes se encontravam todas conectadas, de modo que a história, de tudo e de todos, passa a ser digna de plateia e de público, uma vez que toda atividade humana está irremediavelmente inscrita no tempo.

Em resumo, eis alguns princípios que norteiam o trabalho do historiógrafo em sintonia com os valores da *Nova História*, conforme Peter Burke (1992):

1) A história não diz respeito apenas à política, mas à toda e qualquer atividade humana. Tudo tem uma história (ideias, morte, infância, loucura, clima, gestos, corpo, etc.) porque tudo é construído social e culturalmente.

2) Enquanto a história tradicional oferece uma visão de cima, uma perspectiva que é sempre dos grandes feitos dos grandes homens (sobretudo, estadistas), cabendo ao resto da humanidade papéis insignificantes no drama da história, a *Nova História* é vista de baixo, a partir das visões dos homens e das mulheres comuns.

3) Se a história tradicional trabalha com a narrativa dos (grandes) acontecimentos (políticos), a *Nova História* se preocupa com a análise das estruturas.

4) Se a história tradicional se baseia em documentos (registros oficiais, emanados dos governos e guardados em arquivos), os historiadores da *Nova História* ampliam o conceito de documento, passando a trabalhar também com outros tipos de fontes: textos orais, textos visuais, dados oriundos do comércio, etc.

5) Em vez de querer explicar os fenômenos observáveis em termos exatos e definitivos, como quer a história tradicional, a *Nova História* procura encarar os fenômenos de várias perspectivas, lançando mão de várias explicações, sem a pretensão de encerrar a discussão atingindo a verdade dos fatos. O objetivo é antes problematizar do que explicar.

6) Enquanto a história tradicional pretende ser objetiva, tentando mostrar os fatos como eles “realmente” aconteceram, a *Nova História* se desvincula desse ideário positivista, porque

tem ciência de que o olhar humano jamais reflete a realidade, sendo, portanto, inevitavelmente parcial.

Em alguma medida, a Historiografia-Linguística, enquanto metodologia para se abordar diacronicamente as teorizações sobre os fenômenos linguísticos, não é um desdobramento automático, mas uma consequência plausível relacionada à eclosão dessa verdadeira revolução operada no pensamento historiográfico ocidental, ocasionado pela *Nova História*. Desse modo, ratifica-se que fazer um estudo sobre um autor, um conceito ou uma obra, implica, principalmente, em elaborar uma síntese acerca do corpus de textos adotados como um monumento, um todo estruturado que representa certa corrente de pensamento dentro de uma dada sociedade. Trata-se de enxergar as evidências do tempo e do lugar em que dados textos foram produzidos, abrindo caminho para a percepção de sua estrutura e funcionamento.

Pelo exposto, nesta tentativa preliminar de caracterizar a pesquisa em Historiografia-Linguística, ressalta-se que esse tipo de investigação consiste em um trabalho de natureza essencialmente interdisciplinar, posto que há um comprometimento em não isolar o documento (teorias sobre línguas e linguagem) de seu contexto social, histórico e cultural:

A historiografia-linguística tem muitos parceiros, como a História, a Literatura, as artes, a Sociologia, a Filologia, a Psicologia, a Filosofia, toma emprestado de todas essas áreas algo técnico, porque promove uma revisão do documento. Da História o conhecimento e reconhecimento dos grandes eventos, o ponto de vista do dominante. Da Literatura a estruturação da narrativa e os jogos de verossimilhança. Da Sociologia o conhecimento sócio antropológico e os limites dos fatos e da realidade social. Da Filologia o reconhecimento da estrutura do documento e de sua relação física com o tempo. Da Psicologia os conceitos e compreensões do comportamento e do pensamento dos homens em sociedade e em isolamento. A Filosofia empresta toda sua história e sua compreensão da arte de pensar e de transformar pensamento em conceitos e em linguagens (MILANI, 2008b, p. 02).

Desse modo, no dizer de Nascimento (2005), uma das vantagens da Historiografia-Linguística é justamente essa sua capacidade de viabilizar a sistematização em língua dos dados do passado, tornando-os memória; decerto, é seu poder de reconstituição, no/pelo documento, dos dados passados, impossíveis de serem reconstituídos por outros processos, como, por exemplo, o de rememoração.

Portanto, como lição preliminar e como condição necessária e imprescindível para o prosseguimento deste trabalho, assume-se que a cientificidade de um saber não o protege de um resultado inesperado ou mesmo de um equívoco, de um resultado que não condiz com a realidade do fenômeno observado, como queriam os positivistas de outrora. Em outras palavras,

é preciso assumir que a geração de todo conhecimento, inclusive o científico, está fadada a ser parcial, porque sempre estará limitado no tempo e no espaço que a circunscreve, de modo que, se não se leva em consideração este aspecto fundamental, o sucesso de qualquer empreendimento investigativo vai estar sempre comprometido.

2. BREVE EXPOSIÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM: DE PLATÃO A CONDILLAC

Ao se levar em conta que o entendimento da metodologia e dos conceitos linguísticos trabalhados em Condillac depende, em alguma medida, do entendimento das abordagens feitas pelos seus interlocutores (sejam eles contemporâneos, sejam antecessores), faz-se, neste capítulo, um breve resumo acerca da história dos estudos sobre a linguagem no Ocidente, enfatizando a configuração do pensamento linguístico concernente a vários momentos da história desse campo de estudo.

Elenca-se, nesse sentido, alguns pensadores e episódios da história dos estudos sobre a linguagem que, de alguma forma, estão relacionados com a obra do Abade de Condillac. Evidentemente, em vez de uma impossível reconstrução da realidade passada, o objetivo é fazer uma aproximação histórica – estrategicamente sucinta –, abarcando um percurso de teorização linguística que se inicia com os gregos antigos, passa pela Idade Média e pelo Renascimento, e chega a Condillac e seus contemporâneos.

Não obstante a complexidade e os riscos implicados na empreitada, a intenção foi trazer à tona elementos da enunciação relacionados à produção intelectual do filósofo, as evidências do tempo e do lugar em que seus textos foram produzidos, porque se acredita que uma melhor compreensão de tais elementos contextuais pode contribuir para o entendimento de seus escritos, bem como ajudar a explicar as razões que levaram sua obra a ter uma boa receptividade nos círculos intelectuais franceses do século XVIII.

2.1. Gênese e desenvolvimento das ciências e da filosofia modernas

No mundo ocidental, o debate sobre o papel que desempenham a razão e a experiência na construção do conhecimento – científico, inclusive – remonta ao mundo antigo, atravessa os medievais, estende-se aos modernos e consiste em um tema que até hoje desperta o interesse de filósofos e de cientistas de várias áreas do saber. O tema fora tratado pelos pré-socráticos, os quais, dada a maneira como abordavam o assunto, dividiam-se entre racionalistas e empiristas.

O racionalismo e o empirismo representam visões opostas na maneira de explicar como os homens adquirem conhecimentos. A classificação em correntes de pensamento, evidentemente, foi realizada pelos pensadores posteriores, já que nem os gregos antigos nem os medievais tinham clara em mente esta separação entre as duas tendências. Ao se olhar para a história das ciências e da filosofia, nunca as controvérsias decorrentes desta questão estiveram

tão na pauta do dia como na modernidade, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Em se tratando da obra de Condillac, por exemplo, a compreensão de sua filosofia da linguagem só se faz satisfatória quando se envereda por sua teoria do conhecimento. Com efeito, a questão da geração e da natureza do conhecimento humano norteou boa parte da produção filosófica desse período, de sorte que houve um grande desenvolvimento neste campo de estudo.

Contribuíram significativamente para esse avanço tanto os trabalhos dos racionalistas quanto os dos empiristas. Em conformidade com Moser; Mulder e Trout (2004), pode-se resumir essas duas vertentes, dizendo que, para o racionalismo, a razão não empírica é a fonte de todo conhecimento, ao passo que, para o empirismo, a fonte de todo conhecimento é a experiência sensorial. No primeiro grupo, o dos racionalistas, encontram-se figuras imponentes como Nicolas Malebranche (1638 - 1715), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 - 1716), René Descartes (1596 - 1650), Baruch Spinoza (1632 - 1677) e Christian Wolff, Immanuel Kant (1724 - 1804), dentre outros. Entre os empiristas, ganharam destaque os nomes de Nicolau Copérnico (1473 - 1543), Francis Bacon (1561 - 1626), Johannes Kepler (1571 - 1630), Galileu Galilei (1564 - 1642), Isaac Newton (1642 - 1726), John Locke (1632 - 1704), George Berkeley (1685 - 1753), David Hume (1711 - 1776).

O embate entre razão e experiência constituiu-se como problema filosófico por ter sido muito recorrente na história da filosofia, desde Platão até chegar aos contemporâneos, encontrando seu lugar de maior tensão na modernidade. Em Platão, a discussão acerca dos limites do conhecimento humano está relacionada à natureza de sua filosofia, cuja meta consistia em buscar o conhecimento verdadeiro, aquilo que é mais universal nos fatos do mundo, ou melhor, aquilo que lhes é essencial. Em sua cosmovisão, Platão defendeu claramente a existência de uma realidade suprassensível e, ao mesmo tempo, admitiu que os homens possuem a capacidade de acessá-la mediante o uso deliberado da razão, como explica Roger Scruton:

Platão afirmara que a verdade do mundo não é revelada à comum percepção dos sentidos, mas somente à razão; que as verdades do raciocínio são necessárias, eternas, (e como diríamos agora) *a priori*; que cultivando o raciocínio o homem pode chegar a entender a si próprio, Deus e o mundo como essas coisas são em si mesmas, livre do manto sombrio da experiência (SCRUTON, 2008, p. 28).

Além disso, é possível identificar em sua filosofia a presença marcante do pitagorismo⁵, principalmente no diálogo *Timeu*, uma vez que a forma do mundo em Platão corresponde a uma forma puramente matemática. Em consequência, como acredita que a natureza do objeto apreendido deve implicar no método de apreensão mais adequado, o mundo, porque pura matemática, só poderia ser apreendido de verdade matematicamente. Ora, porque o próprio criador construiu o universo valendo-se das matemáticas, no portal de sua Academia, Platão colocou a seguinte advertência: “Quem não é geômetra não entre”, fazendo alusão ao fato de que os conhecimentos mais elevados só poderiam ser acessados se mediados pela geometria.

Na filosofia platônica, a experiência foi entendida como um modo de conhecimento inferior, talvez necessário como ponto de partida, mas sempre inferior: a experiência é só o início do verdadeiro conhecimento, sendo que, em muitos casos, ela pode se tornar até um obstáculo na construção da ciência e do conhecimento verdadeiro. A experiência possibilitaria aos homens o acesso ao mundo material, mundo das formas imperfeitas, mutáveis e fugidias. Assim, o conhecimento que se fixasse nesse registro teria as mesmas características de seu fundamento – a imperfeição e a mera aparência – e, por esse motivo, poderia ser considerado como uma *doxa*, isto é, conhecimentos que se pautam em opiniões e estão em constantes mutações devido à particularidade e à fugacidade de seu fundamento.

Aristóteles (384 a. C. - 322 a. C.), por outro lado, não foi tão radical quanto Platão na recusa à experiência (ou *empeiria*). Segundo o estagirita, a experiência é necessária, mas nem sempre suficiente para a construção de conhecimentos. Por esta lógica, a experiência funciona como o principal pressuposto do conhecimento. A insuficiência da experiência está na impossibilidade de se traduzir aquilo que foi apreendido por esse mecanismo em algo que seja universal e necessário, porque, pela experiência, só se pode obter pensamentos particulares e contingentes.

Para Aristóteles, que foi o principal discípulo de Platão, existem seis graus distintos de conhecimento e uma hierarquia clara entre eles⁶. O conhecimento sem experiência consiste, nesse esquema, em um conhecimento vazio, porque desprovido de fundamento. Grosso modo, o universal só poderia existir onde houvesse experiência e o pensamento dos homens poderia

⁵ Doutrina da antiga escola de Pitágoras, que foi um filósofo grego sobre o qual muito pouco se sabe. Para Nicola Abbagnano (2007), em seu *Dicionário de Filosofia*, o pitagorismo foi uma espécie de seita mística segundo a qual os números constituem os princípios ou os elementos constitutivos das coisas. Esta doutrina, por meio do platonismo, também teria presidido os primórdios da ciência moderna.

⁶ Ver essa categorização, principalmente, em *Organon* e também na *Ética a Nicômaco*. Para Aristóteles, são seis os níveis do conhecimento: sensação ou *asthesis*, memória ou *mneme*, experiência ou *empeiria*, técnica ou *techne*, ciência ou *episteme*, por fim, sabedoria ou *sofia*.

até se guiar pelas matemáticas, porém, isto não implica provar que o mundo em si mesmo é ou tenha sido constituído matematicamente. A arte e a técnica, que são frutos da experiência, fazem parte do universal. E quem tem a ciência, teria, por tabela, a arte e a técnica juntas, acrescidas sempre do conhecimento de causa dos fenômenos.

Em seu sistema filosófico, o estagirita defendia que, quando os fatos observados destoassem da teoria, não se poderia forjá-los, distorcê-los, para que coubesse no argumento teórico de um jeito ou de outro, como era do feitio de alguns pitagóricos. Antes, seria preciso rever essa teoria, adequando-a à experiência, porque o mundo não funciona conforme o raciocínio humano. Mas o raciocínio humano não deve mover-se sem ser perpassado pelo movimento do mundo. Sendo assim, exigir matemáticas em tudo seria pura insensatez, porque é preciso ter cuidado com essa sina de enxergar números em tudo. Em poucas palavras, o mundo é tão complexo que ele pode não caber em formulações matemáticas.

É claro que a posição de Aristóteles é contrastável em relação à posição de Platão. Mas o maior contraste existe entre Aristóteles e a posição de Pitágoras (571 a. C - 500 a. C). O conceito pitagórico de cosmo (princípio geral de organização das coisas, universo ordenado, o contrário de caos) é de fundamental importância para se entender a reação do estagirita. Para Pitágoras, o mundo é somente ordenamento. É só por isso que ele é passível de apreensão. O real tem que ter lógica para que possa ser entendido. Em alguma medida, isso era consenso entre Platão e Aristóteles, porque, se o mundo fosse sempre fugidio e inconstante, apenas se teriam experiência e memória. Então, a *episteme* e a *sofia* seriam simplesmente impossíveis de alcance e concretização.

Em outras palavras, o cosmo, para os pitagóricos, é apenas *arque*, isto é, número, ordem, relação de proporção. Todo o universo não é outra coisa senão uma harmonia de números e proporções. Os próprios corpos sensíveis, as coisas em geral, os entes, possuem relações de proporção. Logo, são números. Tudo no mundo é uma matemática e uma música ao mesmo tempo. Mas porque eternas e constantes, os homens desaprenderam a percebê-las. Passaram a prestar atenção tão somente nas irregularidades. O som do universo nada mais é do que isso chamado silêncio.

Ao contrário dos pitagóricos, que acreditavam ser possível explicar o mundo matematicamente pelo poder da razão, Aristóteles e seus discípulos naturalistas só queriam observar e classificar as coisas do mundo empírico. A racionalidade humana é que deveria, na medida do possível, estar em conformidade com a natureza e seus fenômenos. É preciso salvar e conservar as aparências, os fatos observados, mesmo os que sejam discrepantes e irregulares.

Jamais descartá-los em razão da beleza e da sobrevivência das teorizações. É preciso, então, que a teoria não contrarie a experiência com o mundo.

Como resume Alexandre Koyré (1892 - 1964), no texto intitulado “Galileu e Platão”, a construção do conhecimento filosófico e científico, de Aristóteles em diante, sempre sentirá a necessidade de corresponder aos fatos, mesmo que nem sempre assuma isso como prioridade. A construção do conhecimento em Aristóteles procurou se basear na experiência dos sentidos do corpo, em detrimento da pura manifestação da racionalidade. Decerto, em sua teoria do conhecimento, que era resultado de uma perspectiva antimatemática de ciência e de filosofia, o alicerce dos conhecimentos sempre foi a percepção sensível, relegando as abstrações lógicas para um segundo plano. Dessa forma, Aristóteles intenta explicar, em língua ordinária, o mundo acessível aos sentidos. Sua física, por exemplo, parte da experiência do senso-comum para descrever os fenômenos observados sistematicamente, dentro de uma cosmogonia onde cada coisa deve estar ou deve caminhar naturalmente para o seu devido lugar.

Consoante Manoel Vasconcellos (2014), na Idade Média, a construção de conhecimento foi marcada por uma intrínseca ligação com a religião, sobretudo, com o cristianismo, embora tenha havido importantes contribuições oriundas da cultura dos árabes e dos judeus. Foi muito comum a utilização da filosofia para tratar de temas que são, em si mesmos, teológicos. Inclusive, nesse momento, eram ainda muito tênues as linhas que distinguem os pensamentos filosóficos e teológicos.

Levando-se em conta critérios temáticos e cronológicos, a filosofia medieval costuma ser dividida em duas grandes etapas: a Patrística e a Escolástica. A Patrística consistiu no pensamento dos chamados Padres da Igreja, isto é, os fundadores do pensamento cristão. Este momento é situado entre o fim da era apostólica até meados do século V. A Escolástica recebeu esse nome por ter sido o pensamento elaborado também pelo clero, mas agora alocados nas escolas ou universidades. Esse período se inicia por volta do século V e prolonga-se até o início do Renascimento.

No tocante à Escolástica, seu apogeu foi alcançado principalmente a partir do nascimento e do desenvolvimento das primeiras universidades entre os séculos XIII e XIV, as quais, sob o controle da Igreja, contribuíam significativamente para a consolidação de métodos eficientes de investigação e de transmissão dos saberes. Por essa via, em vez de vertente filosófica ou teológica, a Escolástica deve ser entendida muito mais como um conjunto de métodos de ensino que buscaram conciliar a fé e a razão, isto é, o cristianismo e a filosofia da Grécia Antiga (VASCONCELLOS, 2014). Nesses parâmetros, Santo Agostinho, como um

típico neoplatônico, defendia uma maior subordinação da razão em relação à fé, por entender que esta possuía uma função restauradora da decadente racionalidade humana; enquanto Tomás de Aquino, mais familiarizado ao aristotelismo, defendia certa autonomia da razão na condução das investigações, inclusive no campo dos estudos teológicos.

Para dar respostas aos problemas de seu tempo, a Patrística e a Escolástica tinham em comum a construção de um pensamento filosófico que fincava suas raízes na antiguidade. Quer dizer, mesmo que os desafios investigativos fossem medievais, o conceito e a prática de ciência e de filosofia estavam fundamentados no mundo antigo, principalmente, em Platão e em Aristóteles. As investigações ganhavam em valor à medida que conseguissem apresentar demonstrações lógicas. Seguindo a categorização aristotélica, a ciência seria o conhecimento da natureza e principalmente o da causa de um objeto ou fenômeno, enquanto a filosofia estava relacionada ao conhecimento das coisas humanas e divinas, acompanhado sempre do estudo do bem viver.

Com base em *A filosofia na Idade Média*, de Étienne Gilson (1884 - 1978), percebe-se que a filosofia e a ciência medievais se comportaram como uma extensão da tradição greco-romana, com muitos trabalhos no campo das artes liberais do *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e do *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia). O desenvolvimento desses dois campos do saber foi tão intenso que, contemporaneamente, muitos historiadores se empenharam em refutar a tese segundo a qual a Idade Média consistiu em um período sem luz, porque desprovidos de esclarecimento, ou seja, uma Idade das Trevas⁷.

Nesse sentido, Carlos Arthur Nascimento (1992) alerta para a necessidade de se tentar enxergar a Idade Média pelos seus próprios olhos, porque os medievais, evidentemente, nunca se sentiram entre os antigos e os modernos. Aliás, eles não se sentiam no meio de nada. Pelo contrário, enxergavam-se como anões montados nas costas dos gigantes, que eram os pensadores da Antiguidade. Por isso mesmo, a metáfora mais apropriada para este período é aquela que faz alusão à figura de Cila, monstro de várias cabeças aparentemente em harmonia, mas que latem todas ao mesmo tempo, refletindo querelas internas, como uma imensa *dysfonia*.

Em todo caso, apesar desse cenário repleto de discussões e querelas, não houve muito progresso no que diz respeito à teoria do conhecimento, situação que só veio a mudar no Renascimento, momento em que ocorrerá um avanço extraordinário em relação a este debate

⁷ Conforme Nascimento (1992), Christoph Keller (1638–1707) foi o autor da periodização histórica tradicional (Idades Antiga, Média e Moderna) e quem primeiro relacionou a Idade Média com o estereótipo de Idade das Trevas.

sobre as fontes e os limites do conhecimento humano. Para os modernos, a teorização deveria corresponder aos fatos observados. Porém, o ato de teorizar deveria também demonstrar correspondência e coerência internas, ou melhor, deveria apresentar uma estrutura lógica.

No século XVI, as ideias de Nicolau Copérnico abalaram significativamente a mentalidade coletiva de seu tempo. Ao lançar mão do heliocentrismo, ele alcança dois objetivos complementares. Primeiramente, ele conseguiu refutar a teoria astronômica vigente, o geocentrismo de Cláudio Ptolomeu (90 - 168) e tudo mais o que representava a sua prática científica inspirada em Aristóteles. Paralelamente, ele colocou em xeque o poder milenar da Igreja, ao apontar um equívoco dentro da mitologia judaico-cristã, a qual sempre defendeu a centralidade da Terra dentro do universo. Neste ponto reside a dramaticidade da posição copernicana: a defesa do heliocentrismo significava afirmar, aos olhos da Igreja, que os seres humanos podem não ser as personagens principais da história do universo, como consta na Bíblia Sagrada.

Copérnico enxergou a falta de organicidade no método e nos conceitos das ciências astronômicas de Ptolomeu. Faltava a este uma maior unidade na elaboração da teoria. Para Copérnico, Ptolomeu dava conta de explicar muita coisa satisfatoriamente. O problema era que sua teoria, por vezes, ignorou ou acrescentou estrategicamente um fenômeno que dela destoava, bem à moda do pitagorismo levado ao extremo. Logo, a grande contribuição de Copérnico consistiu na lição segundo a qual, para se fazer ciência, não basta apenas pensar muito sobre algo, é preciso, ao mesmo tempo, entender como o pensamento se processa, enfim, como o sujeito conhece. Esse raciocínio foi de fundamental importância para os trabalhos de seus sucessores, como Galileu Galilei e René Descartes.

Segundo Koyré (1982), a filosofia e a ciência modernas nascem justamente em decorrência da chamada revolução científica dos séculos XVI e XVII, ou revolução copernicana, como também ficou conhecida. Tal revolução, da qual a física de Isaac Newton é produto e expressão, significou mais do que um avanço nos processos de geração de conhecimento técnico e tecnológico, antes, significou uma verdadeira mutação intelectual, uma reviravolta no espírito dos homens, que começaram a desprender-se da vida contemplativa (ou seja, a vida da *theoria*, até então considerada mais elevada, por culpa de Platão e de Aristóteles e seus continuadores na Idade Média), para adotar uma vida ativa, de intervenção na natureza, buscando operá-la ou mesmo dominá-la.

Logo depois de Copérnico, Galileu Galilei foi quem acelerou todo esse processo revolucionário. Ao empreender seus estudos e experimentos, contribuiu para o

desenvolvimento técnico-científico e, mais do que tudo, provocou profundos desdobramentos metodológicos e epistemológicos no fazer filosófico e científico. Ao falar dos movimentos dos planetas, do heliocentrismo, dos movimentos da terra, Galileu dá lições mais gerais sobre o conhecer humano, o fazer científico. Ensinou, principalmente, que o resultado da observação depende, em alguma medida, da natureza do observador. Este, porque dotado de razão, não é uma tábula rasa ou uma folha em branco ou um aluno passível de preenchimento conteudístico, mas uma tábula formatada para receber os cortes do estilete ou uma folha preta de pautas para receber a letra do escritor ou um juiz conhecedor do código por meio do qual deve julgar.

Para Galileu, os fenômenos da natureza deveriam sempre ser levados em conta, mas, ao abordá-los, o filósofo-cientista deveria levar o código consigo, isto é, as matemáticas. Com a enorme distância temporal, é possível dizer, alegoricamente, que Galileu possuía uma inteligência incomum em relação seus contemporâneos. Quando ele olhava para o céu, não olhava como quem apenas coleta dados, mas o fazia como um matemático, um pitagórico moderado, para ser mais exato. Não mais um pitagorismo fundamentalista, como Ptolomeu, que enaltecia a teoria em detrimento dos fenômenos. Para Galileu, a teoria deve salvar os fenômenos e, além disso, deve ser sistemática, coerente internamente, matematicamente plausível.

A ciência e a filosofia modernas⁸ concebidas e praticadas por Galileu caracterizavam-se pela simbiose entre ciência e técnica, entre observação e experiência e, mais do que tudo, está marcada pela introdução da experimentação. Ele era contrário à ciência feita em função da autoridade dos filósofos tradicionais, como é o caso de Aristóteles. Tampouco apreciava a filosofia e a ciência que a Igreja ensinava nas universidades. Ao construir seu telescópio, deu um golpe na astronomia e cosmologia de sua época, porque mostrou que é pela experimentação que se podia interrogar a natureza metodicamente. Essas interrogações eram feitas em linguagem matemática, ou melhor, geométrica, e não na linguagem do senso comum.

Galileu não apenas lançou mão de novas teorias contrárias às de um velho mundo por ele conhecido. Ele foi além, ajudando a destruir todo um mundo velho e criando um novíssimo. Foi Galileu, no século XVII, quem deu a mais importante contribuição para a reformulação da própria inteligência humana, atualizando tanto o conceito de conhecimento quanto o de ciência.

⁸ Embora seja comum, na história da filosofia e das ciências, indicar o Humanismo e o Renascimento – em suma, o século XV – como os marcos inauguradores da filosofia moderna, entende-se, com base em Rivoqui (1999), que a filosofia moderna se consolidou notadamente nos séculos XVI e XVII, quando da eclosão de uma verdadeira revolução científica (em grande parte, protagonizada por Francis Bacon e Galileu Galilei), culminando na sistematização de um novo tipo de saber sobre a natureza, uma saber mais experimental, portanto, distinto do saber filosófico escolástico (de cunho metafísico, estritamente especulativo e contemplativo).

Note-se que o velho mundo, com o qual Galileu se deparou, carregava consigo o sistema filosófico-científico proposto pelos antigos e medievais. (MARICONDA, 2006). Portanto, é principalmente em Galileu que a mutação intelectual é operada. Fazendo frente, sobretudo, à física aristotélica, a física galilaica é ao mesmo tempo fruto e expressão dessa revolução técnica e científica de seu tempo. Há em sua epistemologia a relação de implicação nunca antes vista entre observação e experiência, teoria e experimento. Nesse ponto específico, em *La Filosofía de la Ilustración*, Ernest Cassirer (1874 - 1945) afirma que:

A teoria do movimento de Galileu se propõe a uma tarefa mais ampla e sua problematização culmina em uma camada mais profunda de elaboração conceitual da ciência natural, porque já não se trata mais de dominar um círculo, tão amplo e tão importante, de fenômenos naturais, e sim alcançar o fundamento geral da dinâmica, da teoria da natureza como tal. E Galileu se dá conta de que a contemplação direta da natureza não consegue ficar à altura desta tarefa, de modo que se faz preciso chamar em sua ajuda outros meios de conhecimento e a outras funções espirituais (CASSIRER, 2013, p. 24-25, tradução nossa⁹).

Portanto, em uma visão mais panorâmica, somente possível pelo distanciamento temporal, pode-se dizer que o que se chama de filosofia e de ciência modernas muito tem a ver com dois processos correlatos: de um lado, tem-se a transformação operada na física por Copérnico e Galileu; de outro, observa-se a transformação operada na Metafísica e na teoria do conhecimento por Descartes (KOYRÉ, 1982). Colocando de outra forma, a recusa e a dependência da filosofia moderna em relação à filosofia medieval se manifestaram em dois planos, um científico e outro epistemológico. No plano das ciências, tenta-se empreender um movimento de revisão e superação do pensamento de Aristóteles, sobretudo na astronomia e na física, movimento esse protagonizado por Copérnico e por Galileu. Já no plano epistemológico, principalmente com Descartes, produzem-se as condições ideais para uma profunda reflexão filosófica sobre o que é o conhecimento científico, acarretando numa inversão dos graus aristotélicos do conhecimento.

Consoante Franklin Silva e Leopoldo (2005), é na modernidade, mais do que em qualquer outra época, que acontece uma inversão radical da ordem dos conhecimentos: em vez da adoração à experiência, ocorre o endeusamento da razão. Ou seja, a busca pelo saber

⁹ No original: “La teoría del movimiento de Galileo se propone una tarea más amplia y su problema lleva a una capa más profunda de la elaboración conceptual de la ciencia natural, porque ya no se trata de dominar un círculo, tan amplio y tan importante, de fenómenos naturales, sino de alcanzar el fundamento general de la dinámica, de la teoría de la naturaleza como tal. Y Galileo se da cuenta de que la contemplación directa de la naturaleza no está a la altura de esta tarea, sino que tiene que llamar en su ayuda a otros medios de conocimiento y a otras funciones espirituales”.

verdadeiro volta a ser pautado sobremaneira pela racionalidade, e a experiência deixa de ser vista como o princípio e o fundamento de tudo. É no pensamento cartesiano que esta inversão se sistematiza. Desnecessário salientar que não se trata precisamente de uma recusa por completo do conhecimento sensorial. Não se refutam absolutamente os sentidos nem os conhecimentos deles derivados. O que Descartes faz é retirar o conhecimento empírico da categoria de coisa fundante de todos os outros conhecimentos. A *empeiria* é recolocada sob suspeita, assim como o fizeram Pitágoras e Platão.

É, pois, na modernidade, com a afirmação da subjetividade, que o estatuto da alma humana é posto em análise: ela deixa de ser vista apenas como um vazio que precisa ser preenchido de qualquer forma; antes, ela passa a ser concebida como uma forma que só pode ser preenchida de determinadas maneiras. Os homens não conhecem de qualquer jeito. Há sempre regras previamente estabelecidas. Isso foi uma iluminação na Física e depois se espalhou pelas ciências em geral. O nascimento da modernidade está relacionado com a necessidade de se voltar os olhos para quem está conhecendo, que é o sujeito do conhecimento.

Ora, para os neoplatônicos, se é necessário conhecer o mundo em seus aspectos essências e universais, torna-se mister desvelar, antes de tudo, a própria alma que conhece, o próprio funcionamento do pensamento (MOSER; MULDER e TROUT, 2004). Não é porque o conhecimento começa pela experiência que se pode concebê-la como a base, o fundamento de todos os conhecimentos. Como já foi dito, remonta ao pitagorismo essa ideia de que as matemáticas constituem a melhor maneira de expressar e abordar a natureza, justamente porque a natureza seria constituída matematicamente. Por isso, Platão teve uma grande prole: Descartes, Leibniz e Kant, por exemplo. Em todos esses pensadores, pulsa a veneração pela racionalidade, que é colocada no ápice da pirâmide dos conhecimentos, capaz de orientar os rumos da humanidade na direção de um eventual progresso.

Em suma, as grandes transformações técnicas e científicas, ocorridas a partir dos séculos XV e XVI, exerceram forte influência em todas as esferas da conjuntura social, impactando sobremaneira nos vários círculos intelectuais existentes (SCRUTON, 2008). A filosofia moderna não é outra coisa senão o resultado dessas profundas mudanças políticas, socioeconômicas e culturais que ensejaram um novo espírito de investigação científica. Como se pode notar, Platão e Aristóteles, no Ocidente, foram os iniciadores dos estudos sobre o conhecimento humano. Muitos dos filósofos posteriores, tanto na Idade Média quanto na Idade Moderna, tiveram como base, em última instância, as lições oriundas desses dois pensadores.

O aperfeiçoamento técnico e tecnológico alcançado culminou numa perplexidade diante do mundo, uma nova postura diante da natureza que atingiu a todos os domínios do saber, sobretudo, a filosofia, que se tornou profana, rechaçando o divino e rompendo com a dominação do pensamento escolástico, por natureza ortodoxo e autoritário. Caem por terra as concepções metafísicas do mundo. Copérnico, Galileu, Descartes e Newton surgem e se consolidam como percussores de uma nova maneira de se pensar e de se fazer ciências e filosofia. É nesse contexto que se pode classificar a obra de Condillac como filosofia moderna, não somente porque ela foi produzida na Idade Moderna, mas, principalmente, porque nela pulsa essa tensão entre o racionalismo e o empirismo, ou seja, nela reside essa busca pelo equilíbrio entre a razão e a experiência nas teorizações filosóficas sobre o conhecimento humano.

O embate entre racionalistas e empiristas foi o principal motor da filosofia moderna. No que diz respeito às teorias do conhecimento, o homem moderno busca um maior equilíbrio entre razão e experiência. Ocorre que, nessa busca frenética, ora acaba supervalorizando a razão, ora termina supervalorizando a experiência. Como será melhor detalhado, ao observar a obra de Condillac, é possível enxergar a influência tanto do racionalismo quanto do empirismo. Por um lado, a exaltação pelas matemáticas, que foi retomada no século XVII por René Descartes, aparece ainda com muita força em sua obra, principalmente, em seu *Tratado dos Sistemas*, em sua *Lógica* e em sua *Língua dos Cálculos*. Por outro, a importância da experiência e dos sentidos na construção dos conhecimentos, tema resgatado por John Locke, perpassa os seus escritos, sobretudo, o *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos* e o *Tratado das Sensações*.

2.1. Breve histórico dos estudos sobre a linguagem

Conforme Eugenio Coseriu (1980a), desde Platão e Aristóteles, passando pelos filósofos medievais e modernos, até chegar aos atuais cientistas da linguagem, os fenômenos linguísticos ora são abordados por perspectivas que privilegiam seus aspectos internos, porque preocupadas com as estruturas formais; ora são estudados por perspectivas que privilegiam os seus aspectos exteriores, porque são da ordem do social e do histórico.

Em poucas palavras, pode-se dizer que, de um lado, têm-se os estudos de cunho teórico e descritivo, e, de outro, os estudos de feição comparativo e histórico. Os primeiros concentram-se nos sistemas linguísticos, estudando suas diversas formas de configurações existentes, enquanto os segundos focalizam o contexto no qual a linguagem e as línguas encontram-se envolvidas, atentando-se para o papel dos falantes e para as variações e mudanças linguísticas

em pleno curso.

Nesse sentido, os estudos sobre línguas e linguagem estariam num *continuum* entre períodos teorizadores e historicistas, num movimento que se reveste de certa regularidade. Isso ratifica uma obviedade que, não raro, passa despercebida: quanto mais os atuais estudos linguísticos pelem para romper com a tradição, mais eles fazem parte dela: “os temas teóricos e descritivos da linguística atual recuam à Antiguidade e à Idade Média e, sobretudo, ao século XVIII; [enquanto] os históricos e comparativos, à linguística do Renascimento e do século XIX” (COSERIU, 1980a p. 09). Ainda segundo Coseriu, o século XX foi essencialmente teorizante, enquanto o século XXI tende a ser um período para se fazer a revisão do passado recente e remoto. Essas duas orientações, no âmbito dos estudos sobre línguas e linguagem, podem ser mais bem visualizadas no quadro panorâmico proposto pelo próprio Coseriu (1980a, p. 04):

1	2	3
Origens > Renascimento	Renascimento > Século XVIII	Século XVIII
Caráter Interno	Caráter Externo	Caráter Interno
Teoria/Descrição	História/Comparação	Teoria/Descrição
4	5	6
Século XIX	Século XX	Século XXI
Caráter Externo	Caráter Interno	Caráter Externo
História/Comparação	Teoria/Descrição	História/Comparação

Quadro: panorama segundo Coseriu

De acordo com o esquema acima, da Antiguidade Clássica até os primórdios do Renascimento, o que predominou como núcleo do interesse linguístico foram os problemas de descrição e de definição referentes à essência da linguagem e às categorias das línguas. Para Maurice Leroy (1971, p. 19), o problema essencial, que se colocava para os filósofos da Grécia Antiga, consistia na elaboração de uma teoria do conhecimento que conseguisse definir e explicar “as relações entre a noção e a palavra que a designa”.

Nesse aspecto, conforme Barbara Weedwood (2002), o *Crátilo* de Platão é, sem dúvida, um dos textos fundadores dentro da cultura ocidental, porque inaugurou o confronto de duas concepções da linguagem verbal humana fundamentalmente opostas, a saber, a língua como fonte de conhecimentos *versus* a língua como simples meio de comunicação.

O debate do diálogo gira em torno da natureza dos nomes. Crátilo é a personagem que defende a posição naturalista e Hermógenes, por sua vez, sustenta a posição oposta, convencionalista. Nesse debate, o ponto nevrálgico consiste justamente na definição do estatuto da linguagem. Ora, se as línguas são elementos que fazem parte da natureza, elas deveriam, por contaminação, conformar-se a certos princípios de ordem natural. Por outro lado, se são concebidas como entidades puramente culturais, elas devem, necessariamente, ser regidas por princípios convencionais ou até mesmo arbitrários.

No desfecho, a personagem Sócrates vai admitir que a função da língua é representar as coisas do mundo. Consequentemente, seria seu dever manter-se ajustada a essa natureza imutável inerente aos conceitos. Da qualidade dessa relação depende a instauração do discurso verdadeiro ou do discurso falso. O discurso verdadeiro surge quando a palavra se ajusta à coisa, e a sentença exprime uma verdade sobre essa coisa. Um discurso que não fosse ajustado à coisa geraria uma proposição falsa. Desse modo, o criador de palavras, ou legislador, nos termos platônicos, “deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si” (PLATÃO, 1973, p. 128).

Para Platão, a atemporalidade da natureza deve repercutir na essência da linguagem verbal. A dizer, como a essência dos objetos do mundo empírico deve conservar-se ao longo do tempo, também as palavras de uma língua devem permanecer constantes, a fim de viabilizar a representação desses objetos. Se a natureza e a essência das coisas não variam, a língua, que é feita para representá-las, também não pode nem deve variar. Só assim concebida, ela pode ser um instrumento útil aos homens na construção do conhecimento. Do contrário – aceitar que os nomes sejam apenas convenções culturais –, significa conceber a língua como um instrumento inútil aos filósofos em sua árdua tarefa de conhecer verdadeiramente o mundo que os cerca.

De acordo com Julia Kristeva (1969), Platão encerra, no diálogo em referência, uma complexa concepção de linguagem, sempre oscilando entre as duas posições em jogo, como se sua intenção fosse mesmo sinalizar para a impossibilidade de se afirmar algo convictamente sobre o assunto, situação que não teria ocorrido em nenhum outro diálogo. Por conseguinte, Platão teria optado pelo caráter convencional da linguagem, mas dando uma significação mais precisa ao termo convenção, posto que consegue conciliar as duas teses, afirmando que a língua é, pois, uma criação humana e, neste sentido, convencional, mas que provém da essência das coisas que representa e, neste sentido, essa criação é natural.

Reforçando essa hipótese sobre a oscilação de Platão, Weedwood (2002) diz que o

filósofo deixa indícios de que há um pouco de verdade em ambas as posições. Embora muitas palavras possuam uma correção intrínseca, de acordo com a natureza (*phýsis*), aquelas palavras em que tal estrutura natural não pode ser detectada, seja porque mal formadas originalmente, seja porque corrompidas ao longo do tempo, são entendidas por convenção (*thései*). “Em suma, embora a língua, na origem, tenha estado ligada diretamente à realidade – e vestígios dessa conexão ainda possam ser encontrados –, agora ela já seria um caminho muito tortuoso para o conhecimento da realidade” (WEEDWOOD, 2002, p. 27).

A partir de Aristóteles e dos estoicos, os gregos antigos conseguiram elaborar, de fato, alguns estudos mais completos sobre a linguagem verbal humana, chegando às asserções de cunho gramatical. Nas palavras de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904 - 1970), em sua *História da Linguística*, os gregos antigos conseguiram chegar “a um debate referente à natureza da gramática, isto é, das regras subjacentes que existem no uso da linguagem” (1975, p. 18). Ou seja, com Aristóteles, o estudo filosófico da linguagem chegou a um elevado patamar de descrição e passou a ser chamado de gramática, evidenciando o importante papel da escrita como fator estimulante da reflexão linguística.

Todavia, não obstante os séculos transcorridos, ainda é muito complicado caracterizar o pensamento linguístico de Aristóteles, se é que existe nele alguma reflexão de natureza estritamente linguística. Primeiro porque há uma imensa querela girando em torno da sua obra no que diz respeito a problemas de autoria, fontes fidedignas e tradução de seus textos; segundo porque, nos livros que chegaram à contemporaneidade, a língua é sempre vista em sua relação com o pensamento racional, tanto que foi Aristóteles o principal responsável pelo desenvolvimento do estudo lógico da linguagem, o qual prevaleceu até o advento da linguística nos moldes modernos, como resume Guillermo Thomsen:

O último dos grandes filósofos, Aristóteles, dedicou-se à filosofia da linguagem e lhe cabe a honra de ter impulsionado um certo conhecimento sobre as categorias gramaticais, ainda que, em verdade, somente quando se relaciona com a lógica, já que de modo algum ele foi um gramático. Ademais, nunca é uma empreitada fácil determinar qual seja seu pensamento, em razão, em parte, das dúvidas de crítica textual inerentes aos diversos escritos deixados a nós sob sua suposta autoria (THOMSEN, 1945, p. 24, tradução nossa¹⁰).

¹⁰ No original: “El último de los grandes filósofos, Aristóteles, ocupóse de la filosofía del lenguaje e le cabe el honor de haber impulsado un tanto el conocimiento de las categorías gramaticales, aunque, en realidad, sólo en cuanto se relaciona con la lógica, ya que en modo alguno es gramático. Por lo demás, no es siempre empresa fácil determinar cuál sea su pensamiento, a causa, en parte, de las dudas de crítica textual inherentes a los diversos escritos llegados a nosotros bajo su nombre”.

Na Idade Média, continuaram em voga várias das preocupações e interesses próprios da Antiguidade Clássica. A descrição gramatical limitava-se exclusivamente ao latim, repetindo-se em toda cristandade as lições de vários gramáticos famosos, como Denis de Trácia, Donato e Prisciano.

Nesse período, Dante Alighieri (1265 - 1321) escreveu o *Devulgari eloquencia*, trabalho no qual descreveu e comparou catorze dialetos localizados na península itálica, Sicília e Sardenha. Tratou-se de um estudo inacabado motivado muito mais por fatores literários do que linguísticos. Segundo Georges Mounin (1910 - 1993), Dante, ao final de sua empreitada, repudiou a todos os dialetos, sem exclusão do próprio toscano, que era a sua língua materna. O que o grande poeta do Renascimento procurava era saber qual das línguas neolatinas estudadas parecia mais com o latim, que era o idioma considerado ideal para tratar dos grandes temas da literatura, como o amor, as armas e a virtude. Destarte, o que o poeta procurava era um idioma que fosse “<vulgar ilustre>, <cardinal, áulico e crucial>” (MOUNIN, 1970, p. 114, grifos do autor).

De resto, durante a Idade Média, foram elaboradas as chamadas gramáticas especulativas, em que os gramáticos e filósofos, geralmente ligados à Igreja, tentavam definir os modos de correlação entre três domínios distintos: o mundo real, o pensamento e a linguagem. Supunha-se que esses três domínios compartilhavam estruturas comuns, e que cada um deles representava um tipo de categoria diferente, mas que podiam ser postas em paralelo, com base na elaboração de analogias formais.

Para Robert Henry Robins (1921 - 2000), em sua famosa *Pequena história da linguística*, a Renascença foi um dos estágios civilizatórios mais produtivos e dinâmicos da história da humanidade. Nele, a humanidade buscou conhecer melhor o passado, no intuito de subsidiar a construção do presente e do futuro. Em outras palavras, o Renascimento inaugurou o mundo moderno, posto que é nesse período que se configuram vários dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que, mais tarde, tornar-se-iam característicos da Idade Moderna. Ao mesmo tempo, consistiu em um movimento bastante voltado para o passado, com vistas a redescobrir e revalorizar a cultura greco-romana. Assim, durante o período, “o sólido conhecimento do passado clássico e o vigoroso dinamismo do presente deram extraordinária vitalidade a todas as formas de atividade humana” (ROBINS, 1983, p. 74).

Todas essas transformações geraram uma profunda alteração de percepção sobre a vida em sociedade, a filosofia e as ciências. Em relação aos estudos linguísticos, o impacto delas foi muito grande, deixando o cenário de investigações muito mais complexo, porque mais

numeroso e emaranhado. As línguas passaram a ser vistas como instituições sujeitas às intempéries temporais. Ao estudo do latim e do grego clássicos, somou-se ainda o estudo do árabe e, sobretudo, do hebraico, considerada à época a primeira língua falada na terra ou mesmo a língua de Deus.

Em uma alegoria interessante, Burke (2010a) diz que o clima do Renascimento se assemelhava à situação vivenciada pelos homens quando decidiram construir a Torre de Babel, visto que havia muita gente de diferentes origens e falando línguas distintas. Esse contato entre várias e diferentes línguas favoreceu decisivamente uma tomada de consciência mais evidente para com a historicidade dos fenômenos linguísticos. Dois fatos contribuíram em larga medida para essa situação. Em 1492, Cristóvão Colombo (1451 - 1506) chegou ao Novo Mundo, dando início ao processo de expansão da Europa para todo o globo. Em 1453, Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, caiu nas mãos dos turcos, o que ocasionou o deslocamento para a Europa de muitos eruditos e, conseqüentemente, de uma vasta bibliografia de obras clássicas.

Ainda segundo Burke (2010b), o desenvolvimento das culturas e dos Estados nacionais também corroborou para a valorização dos vernáculos, os quais passaram a ser objetos de estudo e reflexão pelos gramáticos e filósofos. Para se fortalecerem, tais línguas precisaram angariar o *status* de línguas nacionais, no sentido de viabilizar a unificação dos povos e das culturas. Além disso, essa valorização ganhava ainda mais impulso com as primeiras traduções dos textos religiosos dos protestantes. À medida que os Estados nacionais se consolidavam, muitos vernáculos passaram a ganhar relevância.

Todo esse incentivo à consolidação dos vernáculos europeus resultou numa diversificação e numa mistura de idiomas e, por consequência, na necessidade de uma padronização linguística, promovida principalmente pelas academias e expressa mediante a publicação de gramáticas e dicionários. Entretanto, como lembra Weedwood (2002), mais do que descrever e analisar cientificamente, tais estudos gramaticais dos vernáculos tinham muitas vezes a intenção de mostrar que essas línguas apresentavam regras tão sistemáticas quanto às regras das línguas clássicas, como o grego e o latim.

De todo modo, ao fim do século XVI, já é possível vislumbrar alguns dos princípios que irão influenciar a reflexão linguística dos dois séculos posteriores. As pesquisas no campo da linguagem começam a se libertar das disciplinas correlatas, embora mantenham com a lógica intrínsecas relações. Caminha-se com passos firmes da especulação para observação dos fenômenos, de sorte que, em alguns momentos, o empirismo vai se misturar à metafísica e com ela aprimorar-se. Mais uma vez, o debate sobre a natureza da linguagem humana é atualizado

e reeditado. Porém, agora, em vez do confronto maniqueísta entre naturalismo *versus* convencionalismo, vigora, segundo Kristeva, citação abaixo, “a língua é uma *ratio* e a língua é um *uso*”:

(...) a controvérsia entre a concepção segundo a qual a língua é uma *ratio* e aquela segundo a qual a língua é um *uso*. *Phýsis e Théseis* tornam-se razão ou natureza/uso. Mas os dois termos da dicotomia não se excluem, como acontecia no tempo de Platão: sobrepõem-se e atravessam verticalmente a linguagem que, desse modo, se desdobra em: fundo lógico (racional, necessário, regulado) e enunciação propriamente linguística (variada, irreduzível ao seu fundo, a captar nas suas diversas manifestações no interior de uma mesma língua ou de uma língua para outra) (KRISTEVA, 1969, p. 183).

O fato é que a situação das línguas europeias já era muito diferente daquela verificada durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, principalmente em razão do crescimento da alfabetização e da adaptação dos vernáculos às suas novas funções. Um novo cenário estava colocado. Quanto aos estudos sobre a linguagem, houve uma maior consciência da diversidade e da historicidade das línguas reinstaurava. No plano filosófico, houve o retorno da velha querela acerca da natureza da linguagem verbal humana. Isto é, a maior consciência da variação e da mudança das línguas naturais trazia novamente a discussão sobre sua capacidade de representarem com perfeição os objetos do mundo.

Quanto a este novo panorama, Robins (1983) relata que, desde a Renascença, tinham sido episódicas as tentativas de estudos relacionados à história da linguagem e à comparação diacrônica das línguas. No entanto, e de forma paralela, o peso das pesquisas linguísticas recaiu sobremaneira na descrição e na análise dos idiomas, no desenvolvimento de teorias sincrônicas, nas questões de cunho pedagógico e, finalmente, no que pode ser chamada, amplamente, de filosofia da linguagem, que são as teorias gerais sobre a importância e a função da linguagem na vida humana.

Para Câmara Jr. (1975), o século XVII ficou caracterizado como o período no qual redobrou-se a atenção para as modernas línguas da Europa, ficando o latim definitivamente em segundo plano. Cada vez com mais intensidade, os países passavam a demonstrar entusiasmo por suas próprias línguas vernáculas, o que gerou o aumento de gramáticas dessas línguas, sempre combinando a orientação lógica, a normatividade, o prescritivismo e, em menor medida, a observação dos fenômenos linguísticos.

No que toca à orientada lógica, merece destaque o grande desenvolvimento do racionalismo, como corrente filosófica expoente do século XVII na Europa continental, tendo

em Descartes seu principal precursor. Como explicado antes, para os racionalistas, que enxergam na razão o fundamento do conhecimento humano, a linguagem verbal constitui o elemento mais distintivo da espécie humana, porque é por ela que os homens expressam mais genuinamente a sua racionalidade.

Como desdobramento do impacto do racionalismo cartesiano, surgiram as chamadas gramáticas gerais, assim conhecidas porque, em vez de focalizar a mudança histórica das línguas, tentavam retratar a estabilidade da relação entre a gramática e o pensamento, isto é, tentavam comprovar que as estruturas das línguas possuem uma relação de implicação com as estruturas da racionalidade humana, de modo que as diferentes línguas eram concebidas apenas como variedades de um sistema lógico e racional mais geral. Destarte, em suas abordagens, tais gramáticas misturavam abstração filosófica e descrição linguística, sempre numa perspectiva universal.

Entre as mais famosas, destacou-se sobremaneira a *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal* que, entre outras facetas, alcançou bastante êxito à época, ao defender princípios que buscavam ultrapassar a descrição de uma língua particular, no intuito deliberado de se aproximar da descrição da linguagem verbal humana em sua universalidade. A preocupação era demonstrar a presença marcante de princípios lógicos na linguagem, excluindo-se a referência à variação temporal das línguas. Embora não goze do devido prestígio nos círculos linguísticos contemporâneos, essa tradição racionalista foi seguida por vários autores importantes, como Leibniz no século XVIII, Wilhelm von Humboldt (1767 - 1835) e Gotlob Frege (1848 - 1925) no século XIX, e Noam Chomsky no século XX.

Para Georges Mounin (1970), houve uma grande produção de gramáticas gerais nos séculos XVII e XVIII, muito embora, em seu conjunto, não tenham significado muito progresso, nem do ponto de vista metodológico, muito menos da perspectiva do funcionamento das unidades de primeira articulação. Antes, a imensa maioria delas ainda se encontrava sob a influência do aristotelismo e do racionalismo cartesiano de *Port-Royal*, uma vez que a) concebiam as línguas naturais como as entidades cujo fim último consistia em viabilizar a enunciação dos pensamentos, b) assumiam a universalidade das categorias gramaticais, c) fundamentavam a sintaxe na lógica da ordem das palavras e d) partiam sempre do pressuposto de uma conexão profunda e de uma sincronia lógica entre funcionamento do pensamento e do discurso (MOUNIN, 1970, p. 147).

Além do interesse pela racionalização e universalização da linguagem, é preciso relacionar o surgimento da *Gramática de Port-Royal* e suas congêneres ao forte prescritivismo

presente no contexto francês do século XVII, em que os estudos sobre a “arte de bem falar” havia ganhado fórum privilegiado. Não era para menos. Ao se colocar linguagem e pensamento numa relação de implicação, o falar bem passou a ser considerado o resultado natural e automático do pensar bem. E o contrário também passou a ser verdadeiro, um bom raciocínio pressupunha necessariamente um bom domínio linguístico. Esse argumento alcançou tanto sucesso que conseguiu extrapolar as fronteiras de seu tempo, sendo verificável, por exemplo, em qualquer gramática escolar dos séculos posteriores.

Nesse sentido, logo no início da *Gramática de Port-Royal*, Arnauld e Lancelot explicaram que ali continham fundamentos da arte de falar, os quais, na avaliação dos próprios autores, seriam explicados de modo claro e natural. Para ratificar sua face universalista, afirmaram que, ao longo da obra, estariam descrevendo aspectos comuns a todas as línguas, bem como estariam apontando as principais diferenças encontradas entre elas. Contudo, no plano filosófico, esta suposta universalidade ficava restrita ao domínio do pensamento, porque, em termos de estrutura linguística, ficava condicionada aos limites de certas línguas, todas indo-europeias ou afro-asiáticas, entre elas o francês, o latim, o grego e o hebraico, que eram as mais conhecidas à época.

Concomitante ao estudo gramatical, o inventário descritivo das línguas faladas continuava a ser desenvolvido, valendo-se dos mais variados princípios teórico-metodológicos, todos resultantes dos esforços advindos, sobretudo, dos dois séculos antecessores. Tendo por objetivo a catalogação do maior número possível de línguas, muitos missionários e escritores viajantes empreenderam verdadeiras expedições nos continentes asiático, americano e africano.

Nesse contexto, o logicismo em matéria de linguagem conviveu lado a lado com as embrionárias abordagens comparatistas das diversas línguas naturais, visto que crescia no ambiente intelectual a tese segundo a qual teria havido, num passado distante, uma espécie de protolíngua, da qual todas as demais teriam se originado. Consoante Câmara Jr. (1975) é esta tese que vai ser o mote fundador da linguística histórico-comparativa no século XIX, a qual mobilizará todos os esforços necessários para concretizar a catalogação de todas as línguas do mundo, conhecidas e não conhecidas.

Para Leroy (1971), entretanto, o século XVIII estava ainda sob forte influência do logicismo cartesiano, sobretudo, por conta do sucesso e da repercussão que obtiveram as reimpressões da *Gramática de Port-Royal*, de sorte que a linguagem aparece sempre como um sistema de funcionamento, como uma mecânica cujas regras poderiam ser estudadas como as

de qualquer outro objeto físico. O termo mecânico, inclusive, vai se tornar muito corriqueiro em várias obras de caráter descritivo.

Em outros termos, no século XVIII, o estudo sobre línguas e linguagem não havia conseguido escapar do espírito de classificação e de sistematização que invadira todas as ciências existentes naquele período. A geometria parece ser o modelo sobre o qual se tentam construir todo e qualquer conhecimento que se queira científico, em verdadeira veneração e idolatria pela ordem, clareza, precisão e exatidão. Assim, o maior efeito dessa primeira tentativa de geometrização no domínio da linguagem foi a tendência para a sistematização da multiplicidade das línguas observadas, embora se tente reduzir todos esses diversos tipos a uma língua original comum, universal e, conseqüentemente, natural.

Julia Kristeva (1969) ratifica essa visão do século XVIII como herdeira da concepção racionalista da linguagem que os senhores de *Port-Royal* e os seus sucessores lhe legaram, porque a linguagem era concebida como uma diversidade de idiomas que tinham na base as mesmas regras lógicas que constituem uma espécie de constante, a natureza humana:

O resultado deste quadro no domínio da linguagem é que os filósofos e os gramáticos procuraram – mais do que anteriormente – esclarecer as particularidades específicas de cada objecto (língua), libertando-o completamente do impacto do latim, por um lado, e por outro lado, em larga medida, da dependência lógica, sem no entanto lhe tirarem o fundamento universal a que agora chamam natural em vez de lógico (KRISTEVA, 1969, p. 200).

No entanto, em contraposição ao racionalismo cartesiano, não se pode deixar de mencionar o impacto que o empirismo de matriz britânica causou nos estudos sobre línguas e linguagem, principalmente no século XVIII. Muitos filósofos, influenciados pelas reflexões de Locke, mobilizaram-se no sentido de apresentarem teorias que refutassem o racionalismo cartesiano e a conseqüente teoria das ideias inatas. Ao mesmo tempo, tais teorias deveriam explicar os fenômenos da natureza, entre eles o da linguagem, por uma perspectiva estritamente empirista, na qual a experiência aparecesse como o fundamento, por excelência, do conhecimento humano.

Neste cenário, em que conviviam tanto estudos voltados para a elaboração de gramáticas gerais quanto esforços no intuito de promover descrições de línguas naturais, desenvolveu-se com semelhante intensidade o debate sobre a origem das línguas e a natureza da linguagem verbal humana. O primeiro tema, nos séculos XVII e XVIII, apareceu nos trabalhos de Giambattista Vico (1668 - 1744), Hobbes e Johann Gottfried von Herder (1744 - 1803), Leibniz,

do próprio Condillac e de Jean-Jacques Rousseau, entre outros.

Em relação às pesquisas voltadas para a compreensão da linguagem humana em termos de estrutura e funcionamento, pode-se citar os trabalhos de Locke, Herder e Condillac, principalmente. Esses pensadores, resguardadas as particularidades de suas abordagens, tinham em comum a convicção de que todos os conhecimentos humanos têm ou tiveram sua origem a partir do contato dos órgãos do sentido com o mundo que os circunda. Afirmavam ainda que a linguagem verbal era uma criação dos homens, nascida da necessidade da natureza e, portanto, não era uma dádiva divina, postulado esse demasiadamente revolucionário para um tempo em que a religiosidade imperava em todas as esferas sociais. O empirismo, nesses termos, irá contribuir decisivamente para o progresso das ciências da natureza e irá preparar uma alteração epistemológica que reorientará os estudos para as observações concretas.

Em resumo, pode-se afirmar que o século XVIII foi, preponderante, um período de muita teoria, em que a historicidade ficou em segundo plano. Nos estudos da gramática, imperam o logicismo aristotélico combinado com o racionalismo cartesiano resultante de *Port-Royal*. Inclusive, ao observar o artigo “Língua” da *Encyclopédie*, percebe-se que a acepção de língua ali presente corresponde a uma instituição cuja finalidade é enunciar os pensamentos e que as categorias gramaticais são necessariamente universais, haja vista que a sintaxe das palavras é um reflexo da sintaxe dos pensamentos.

Paralelamente, o inventário das línguas faladas continuou a ser construído pelos mais diversos intelectuais de várias regiões da Europa, cada qual com suas próprias motivações e lançando mão de métodos mais ou menos confiáveis cientificamente. Nesse aspecto, continuou-se a se fazer o que já era feito nos dois séculos anteriores: catalogar e comparar as línguas, valendo-se de vários critérios, imperando fatores como a origem geográfica, o suposto parentesco, as semelhanças tipológicas, bem como as conveniências política e estética.

Foi nessas circunstâncias, num período caracterizado pela crescente teorização sobre a linguagem, dentro de um clima científico e filosófico marcado pelo embate entre racionalistas e empiristas, que vários pensadores elaboraram suas reflexões linguísticas. Assim, se até o final do século do século XVII a produção intelectual produzida acerca da linguagem permanecia relativamente modesta, a situação começa a mudar drasticamente no século XVIII, período no qual os estudos sobre línguas e linguagem multiplicaram-se e diversificaram-se de modo impressionante.

Portanto, como afirma Mounin (1970), o século XVIII encerra uma tão complexa multiplicidade de enfoques, bem como uma dinâmica cultural e intelectual tão intensas, que

será preciso ainda muito esforço, por parte dos historiadores da linguagem e dos historiógrafos-linguistas, para que seja possível a construção de uma visão mais panorâmica e mais consistente de sua configuração e de sua importância para os estudos linguísticos posteriores. Isto é, o tema da linguagem, no século XVIII, passou a interessar a uma gama tão grande de intelectuais, fomentando uma intensa discussão linguística entre filósofos, políticos, economistas e religiosos, que o período carece urgentemente de ser explorado e investigado, porque, “em geral, não se dispõe neste campo senão de juízos formulados segundo o ponto de vista do século XIX, do tempo em que nasciam e triunfavam a atitude e o método históricos (MOUNIN, 1970, p. 145).

Nesse ponto, Mounin está coberto de razão. Basta fazer algumas consultas aos principais livros de história da linguística, inclusive, aqueles disponíveis em língua portuguesa, para se notar a grande ausência ou mesmo a ignorância que existe em relação às teorizações sobre a linguagem oriundas do século XVIII. Em parte, este fato pode ser explicado porque, no Brasil e em outras partes do mundo, acredita-se cegamente que os estudos linguísticos começaram com Saussure ou, no limite, foram iniciados pelos comparatistas e neogramáticos do século XIX. Assim, tudo que foi feito antes disso tem apenas valor histórico ou ornamental.

Entretanto, é preciso levar em conta que, em toda a história das ciências, nenhuma teoria nasceu do nada. Há sempre uma história de teorias antecedentes e conectadas. Portanto, não seriam possíveis nem a obra de Saussure nem os trabalhos dos comparatistas e neogramáticos se não fossem as reflexões sobre a linguagem que vieram antes deles, inclusive, as teorizações realizadas no século XVIII.

3. FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM CONDILLAC

Realiza-se, neste terceiro capítulo, a descrição do pensamento linguístico do Abade de Condillac, limitando o trabalho ao conceito de linguagem presente em sua obra. Ao longo dessa abordagem, sempre que se fez necessário, procurou-se ressaltar as eventuais fontes refratadas na obra condillacquiana, bem como alguns dos desdobramentos de seu pensamento na obra de seus sucessores.

Para tanto, enfatizou-se, primeiramente, o caráter inovador de sua teoria do conhecimento, discorrendo sobre a natureza radical de seu empirismo. Em seguida, abordou-se sua filosofia da linguagem, atentando-se para sua configuração epistemológica e conexões metodológicas. Nesses dois primeiros itens (4.1 e 4.2), principalmente, tem-se a intenção de demonstrar que, em Condillac, a teoria do conhecimento e a filosofia da linguagem, por se misturarem em muitos aspectos, devem ser estudadas uma do lado da outra. É nesse sentido que sua radicalização do empirismo lockeano foi de fundamental relevância para a constituição de sua abordagem em relação ao conceito de linguagem.

Ao final do capítulo, empreende-se uma espécie de avaliação acerca do impacto da obra condillacquiana no âmbito dos estudos linguísticos posteriores. Apesar das muitas e inevitáveis limitações de uma empreitada como esta, entende-se que tal avaliação se fez necessária, sobretudo, porque Condillac, apesar da importância que a ele se atribui, é ainda um pensador pouco estudado no meio acadêmico brasileiro, tanto nas ciências da linguagem quanto na filosofia da linguagem.

3.1 O sensualismo como um empirismo radical

Em certa medida, pode-se dizer que a autenticidade de Condillac reside principalmente em dois pontos: de um lado, ele radicalizou o empirismo de matriz britânica, transformando-o em sensualismo¹¹; e de outro, ele ressignificou, a partir das leituras críticas que fez da tradição filosófica, o papel da linguagem verbal na constituição do conhecimento humano. Em relação ao primeiro ponto, quando o filósofo se debruçou sobre a alma, ele não estava necessariamente

¹¹ Na obra de Condillac, o sensualismo é o conceito usado recorrentemente por seus comentadores para designar o empirismo radical pensado e proposto, sobretudo, em seu *Tratado das Sensações*. Fazendo frente ao empirismo de Locke, para quem todos os conhecimentos vêm ou dos sentidos ou da reflexão, a radicalidade de Condillac reside na defesa intransigente de que, na alma humana, nada é inato, nem os conteúdos, nem operações mentais como a reflexão.

querendo desvendar sua natureza, como seria do feitio de um Platão e de alguns racionalistas seus seguidores. Antes, enquanto filósofo moderno, herdeiro dos progressos proporcionados pelas obras de Galileu, Descartes, Newton e Locke, o Abade estava muito mais interessado em compreender as operações do espírito, descrevendo-as em termos mais mecânicos e mais concretos.

Dizer que a autenticidade de Condillac reside em sua radicalização do empirismo de matriz britânica, significa destacar que o Abade, além de ter sido um leitor da tradição filosófica a que tinha acesso, transformou-se no maior estudioso da obra de John Locke na França, o grande empirista da modernidade. Foi nas pegadas do mestre inglês que Condillac realizou a descrição da gênese do conhecimento humano, não admitindo outro princípio explicativo senão aquele da sensação que deve dar conta tanto do conteúdo quanto da forma do conhecimento.

Para tanto, o Abade lançou mão do método genético, empreendendo um movimento de ir à origem das ideias, refazendo todo o seu percurso, do seu nascimento ao seu funcionamento ligadas aos signos. Com relação ao conteúdo, o Abade sabia que Locke havia dito o essencial. Todavia, sabia também que o filósofo inglês havia deixado brechas quanto à explanação da forma, permanecendo suas reflexões ainda muito duais ou mesmo dúbias, porque, ao mesmo tempo que repudiava o inatismo¹², concebia as operações da alma como sendo naturalmente inatas.

Para Locke, a alma possuía a capacidade de processar os dados originários (chamados de sensações por Condillac), de modo que todas as atividades pareceram a ele qualidades inatas. Em contrapartida, Condillac, em vez de supô-las inatas, viu-se obrigado, desde o início, a explicar a gênese de tais operações. Desse ponto de vista, comenta o Abade, o maior erro de Locke foi não suspeitar que todas as operações da alma poderiam ser também resultantes das próprias sensações transformadas. Portanto, em Condillac, tudo em matéria de inteligência teve sua origem na sensação: a percepção, a consciência, a atenção, a memória e a imaginação e até mesmo a reflexão seriam apenas modos particulares nos quais as sensações haveriam se transformado.

¹² Conforme Abbagnano (2007), o inatismo é a doutrina segundo a qual existem no ser humano conhecimentos ou princípios práticos inatos, ou seja, não adquiridos com a experiência ou pela experiência. A doutrina da reminiscência de Platão pode ser considerada uma forma clássica de inatismo, já que postula que a alma traz consigo, ao encarnar-se em um corpo, ideias que contemplou quando existia separada deste no mundo inteligível e das quais agora se recorda. Em Descartes, as ideias inatas têm um papel fundamental em sua epistemologia, constituindo a base da certeza e da possibilidade do conhecimento, dado seu caráter imediato e evidente. No pensamento linguístico contemporâneo, o inatismo pode ser encontrado nas teorias de Chomsky, já que ele defende a ideia de que há uma estrutura linguística do pensamento *a priori*, que é universal e, portanto, inata.

De alguma forma, o sensualismo condillacquiano pode ser entendido como uma reação aos exageros da metafísica racionalista. Consoante Moser, Mulder e Trout (2004), a vertente racionalista, porque acreditava na existência de ideias e de princípios inatos na alma, postulava que alguns conhecimentos são resultantes única e exclusivamente da racionalidade humana. Para Descartes, certamente o racionalista mais bem-sucedido, os sentidos deveriam ser sempre postos em xeque, justamente porque desempenham um papel primeiro na ordem do tempo.

Assim, o racionalismo cartesiano promoveu uma significativa separação entre dois mundos, o da alma e o do corpo, isto é, entre o intelecto e a matéria. Tudo que é da ordem da matéria só pode ter efeitos materiais. Tudo que é da ordem do espírito só pode ter efeito espiritual. Há, enfim, uma nítida separação entre mundo irreal, porque sensível, e mundo real, porque inteligível. O conhecimento que se quer científico deveria ser gerado pela alma, tendo o corpo e os órgãos dos sentidos apenas papéis secundários, a saber, a capacidade de sentir é compartilhada com todos, inclusive com os animais. Porém, pensar é atividade exclusiva da espécie humana. É a capacidade de gerar o conhecimento balizado pela razão que distingue os homens dos outros seres vivos. Embora a questão seja tratada superficialmente, há em Descartes alguns indícios de que essa racionalidade só poderia se manifestar linguisticamente.

Vivendo num período assolado por guerras (como a Guerra dos 30 anos, de 1618 a 1648) e intensas perseguições religiosas (Massacre de São Bartolomeu em 1572, por exemplo), Descartes e seus sucessores aprenderam a apegarem-se às teorizações que se queriam indubitáveis, como é o caso das ciências das matemáticas e da geometria. Eles sentiam a necessidade de descobrir uma metodologia de investigação filosófica sobre a qual se pudesse construir uma espécie de conhecimento realmente imune a toda e qualquer armadilha arquitetada pelos sentidos falíveis do corpo humano.

Além disso, o racionalismo cartesiano representou a grande retomada de Platão e de Pitágoras, para quem as matemáticas consistem no ápice dos saberes, porque são, ao mesmo tempo, a linguagem natural do universo e o único instrumento capaz de apreender o mundo exatamente como ele é. Ainda segundo Moser; Mulder e Trout (2004), Descartes entendia que as coisas aprendidas via todos os processos educacionais presentes na sociedade são fundamentadas em princípios que são tidos como verdadeiros, mas que nunca são postos à prova. Assim, propôs a estratégia de se adotar a condição de certeza na análise de um conhecimento que se quer científico e filosófico, o que implica em verificar se tal conhecimento elimina todas possibilidades reais de erro (infallibilidade) e se não suscita qualquer dúvida acerca da veracidade da proposição em questão (indubitabilidade).

Conforme explanação de Noam Chomsky (1997), a solução encontrada por Descartes foi a afirmação de que, para merecer crédito, o conhecimento não poderia provir da experiência. Antes, ele deveria ser fundamentado nos princípios e operações inatos na alma. Em relação ao método para atingir este conhecimento, Descartes propôs colocar em dúvida qualquer conhecimento que não seja claro e distinto. Em suas *Meditações*, ele defendeu que a produção de conhecimentos exatos não poderia se dar utilizando os mesmos métodos que geraram conhecimentos falsos. Então, na busca pelo método científico infalível, concluiu que precisaria primeiramente se livrar de todo sistema vigente dos conhecimentos. Seria preciso, portanto, duvidar de tudo, de forma estratégica e conscientemente exagerada. É o que ele chamou de dúvida hiperbólica e metódica.

A dúvida cartesiana caracterizava-se como metódica porque não almejava duvidar de qualquer coisa de modo aleatório, mas focar direto na fonte dos conhecimentos, que são os cinco sentidos. É hiperbólica porque se trata de um grande exagero, visando a homogeneizar as diferenças qualitativas dos diversos conteúdos de todos os tipos possíveis de dúvidas. Ao duvidar da existência real de tudo, o espírito se percebe como aquele que duvida, logo, não pode duvidar de sua própria existência. Essa constatação importa muito porque, assim, Descartes acabou se dando conta de que existem as coisas que lhe pertencem, que é sua natureza intelectual, e as coisas que não lhe pertencem, porque próprias do corpo (SCRUTON, 2008).

Comparado com o fazer da anatomia, numa aproximação metafórica, é possível entender melhor este método cartesiano apenas esboçado até aqui: o anatomista, para conhecer o cadáver, não joga uma bomba nele, destruindo-o conseqüentemente; antes, ele abre o corpo sistematicamente. Por tabela, Descartes não tem como destruir o ponto de vista do senso-comum, baseado nos sentidos, ele apenas retira dos sentidos o caráter de alicerce, de fundamento do conhecimento. Seguindo essa linha de raciocínio, a dúvida em Descartes não chega a ser uma dinamite, mas um bisturi. Ele não buscava destruir o sistema aristotélico, queria apenas desconstruí-lo, para, em seguida, poder substituí-lo por outro.

Nesse sentido, é a partir dos pensadores modernos que a racionalidade é colocada como ponto nevrálgico em relação a todas as outras faculdades humanas, de modo que a reflexão, este ato de dobrar o pensamento para trás, passa a ser vista como o fundamento da ontologia e da epistemologia, por excelência. Toda a Idade Moderna, em suas diversas esferas e segundo ritmos variados conforme seus tempos e espaços, vai se encarregar de repensar o que veio antes, culminando no ato, enfim, de repensar-se.

Ora, se para os medievais, e também em parte para os antigos, o sujeito deveria calar-

se para aprender a fala dos fenômenos. Para os modernos, o sujeito deveria interrogar a natureza, questioná-la ao máximo. O código que permitiria essa comunicação seria naturalmente a ciência matemática, que se tornaria a deusa da modernidade, sobretudo, a partir dos copernicanos e dos galilaicos. Estes, ao romperem com Ptolomeu, deixaram de enxergar as matemáticas como apenas uma ferramenta, apenas um instrumento racional usado por vezes irracionalmente.

Na modernidade, a razão torna-se um fim, e não mais apenas um meio. As matemáticas, que são as coisas mais racionais que existem, tornam-se a única linguagem possível para acessar o que é real. O homem moderno nasce querendo mudar a natureza, dominando-a, diferentemente do homem medieval e do antigo, que apenas se esforçavam para contemplá-la. São os modernos, portanto, que colocam a subjetividade humana no centro das teorias do conhecimento, visando a mostrar que o homem, antes de começar a conhecer os objetos externos do mundo empírico, precisa conhecer a si próprio, ou seja, necessita compreender o funcionamento do processo de conhecer.

Nesse percurso, as ciências e a filosofia modernas tentam explicar o mundo pelo número, pela figura e pelo movimento. Trata-se de uma revolução científica que pode ser entendida como o deslocamento do polo do objeto para o polo do sujeito. O homem antigo e medieval relacionava-se com o mundo como uma esponja, tentando sugar nele o que há de conhecimento; enquanto que na modernidade – que começa com Copérnico, fortalece-se em Galileu, sistematiza-se em Descartes e radicaliza-se em Kant – o homem põe a natureza sob interrogatório, tranca-a num laboratório e, como numa sessão de tortura, busca as respostas exatas para suas perguntas. Nasce, então, a ciência do artesão e, sobretudo, a ciência do engenheiro.

Contudo, pode ser enganosa essa afirmação acerca da predominância do racionalismo, porque pode contribuir para o ocultamento de certas complexidades que abrangem o período. Por exemplo, pode levar a crer que os seguidores de Platão e de Descartes reinaram soberanos durante todo o tempo, o que, evidentemente, destoa da realidade. Como consta nos manuais de história da filosofia, fazendo frente ao movimento racionalista, ganhou muita força a vertente do empirismo.

Sem querer entrar em maiores querelas, Kristeva (1969) explica que a filosofia produzida no século XVIII foi marcada pela ascensão do empirismo e, paralelamente, por visíveis ranços do racionalismo, de maneira que essas duas vertentes filosóficas perpassaram, em alguma medida, todas as formas de produção de conhecimento, inclusive, as reflexões

acerca do conceito de linguagem então vigente. Mais do que isso, o embate entre essas duas perspectivas epistemológicas desencadeou teorias diversas sobre a origem e o desenvolvimento das línguas.

No plano gramatical – aliás, inseparável do plano filosófico, porque qualquer filósofo do século XVIII se ocupava da linguagem e das línguas e qualquer gramático era obviamente um filósofo – a particularidade das relações estritamente linguísticas, diferenciadas das leis lógicas do pensamento, é finalmente explicitada, o que leva a uma descrição sintática das relações frásticas e interfrásticas. Nesse caminho, a gramática da *Enciclopédia* vai representar com clareza estes primeiros esforços de elaboração de uma sintaxe estritamente linguística.

Consoante Cassirer (2013), o século XVIII realizou mais um deslocamento de acento do que uma mudança radical em relação ao século anterior. O que mudou de forma significativa foi o peso e o papel da razão e da experiência. No século XVII, como foi mostrado, a tendência era partir de uma certeza tão inabalável, isto é, algo que coubesse em uma ideia tão clara e distinta a ponto de gerar uma cadeia de outras certezas, tornando-as igualmente indubitáveis. Tenta-se, então, deduzir de um único princípio os sistemas componentes do universo. O “penso, logo existo”, de Descartes, é o protótipo desse fazer científico e filosófico.

Os empiristas vão criticar e refutar veementemente a maneira racionalista de se filosofar e se fazer ciência, assinalando que é inútil partir das ideias, das abstrações, dos construtos teóricos descolados da *empiria*, porque o essencial é partir de fatos solidamente consolidados. Ernest Cassirer (2013) esclarece que, no século XVIII, período no qual a Ilustração encontrava-se consolidada em boa parte da Europa, a razão e o progresso intelectual da humanidade foram estabelecidos como objetos de interesse.

No plano intelectual, Newton foi preferido em detrimento de Descartes, assim como a física moderna foi privilegiada em relação à filosofia metafísica e tradicional. Para os iluministas, não fazia mais sentido o método da dedução; em vez dele, era a observação e a experiência que deviam nortear o fazer científico, ocasionando uma profunda revisão na teoria do conhecimento, com os interesses se deslocando dos princípios abstratos em direção aos fenômenos empíricos e particulares:

A Ilustração não recorre nem adere ao ideário de um estilo de pensar presente nos ensinamentos filosóficos do passado, antes, ela procura seguir o modelo que lhe oferece a ciência natural de seu tempo. Trata-se de se revolver a questão central do método da filosofia, preferindo muito mais as *regulae philosophandi* de Newton ao *Discurso do método* de Descartes (CASSIRER,

2013, p. 21, tradução nossa¹³).

Conforme Luiz Roberto Manzoni, em um texto chamado “O empirismo na radicalidade”, que introduz o *Tratado das Sensações* (1993), a tese empirista certamente tem relação com o legado de Isaac Newton, cuja obra ratifica o fundamental papel da experiência na construção do conhecimento científico. Segundo Newton, cabe tão somente à ciência dar conta dos fenômenos, sendo preciso partir primeiramente da experiência, posto que a pesquisa sobre a essência e ou a substância das coisas são, no mínimo, interditas ao espírito humano. Aliás, a síntese newtoniana entre razão e experiência consiste em uma das chaves para se entender o pensamento do século XVIII nas suas linhas principais.

Não se deve esquecer que Newton, partindo de seus parâmetros científicos, conseguiu a façanha de reduzir o sistema do mundo físico a um só princípio, o da gravitação. “Pela primeira vez na história um conjunto à primeira vista heteróclito de fenômenos era explicado através de um único princípio e, através disso, tornou-se possível a constituição de um verdadeiro sistema do mundo físico” (MONZANI, 1993, p. 08). Desse modo, no século XVIII, todos viveram sob o fascínio da obra de Newton, de sorte que seu método passou a ser modelar para os outros campos do saber. O próprio Condillac, em várias passagens de sua obra, colocou a ciência de Newton como o referencial de todas as ciências.

Afinal, pensava-se que, se foi possível achar uma lei em algum domínio específico, seria possível achá-las em toda parte. Muitos tentaram fazer na filosofia o que Newton fez na Física. Tornou-se a grande obsessão do século encontrar para o domínio espiritual algo similar ao papel exercido pela gravitação no mundo físico, isto é, um princípio unitário que desse conta dessa massa complexa de fenômenos no âmbito das humanidades. Nas palavras de Manzoni: “faltava um Newton das ciências humanas”.

David Hume, por exemplo, subintitula sua obra principal de *Ensaio para introduzir o Método Experimental nas Matérias Morais*. Antes de Hume, no entanto, Locke tinha tentado coisa parecida. Cassirer (2013) explica que a autoridade de Locke em todas as questões de psicologia e de teoria do conhecimento é quase incontestada durante a primeira metade do século XVIII. Menciona, inclusive, o fato de que François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694 – 1778), teria situado Locke acima de Platão, e que Jean le Rond d’Alembert,

¹³ No original: “La Ilustración no recoge el ideal de este estilo de pensar en las enseñanzas filosóficas del pasado, sino que lo forma ella misma según el modelo que le ofrece la ciencia natural de su tiempo. Se trata de resolver la cuestión central del método de la filosofía, no ya volviendo al *Discurso del método* de Descartes, sino, más bien, a las *regulae philosophandi* de Newton”.

afirma, na introdução da *Enciclopédia*, que Locke teria sido o criador da filosofia científica, tal como Newton o foi da física científica.

Retomando Monzani (1993), é sobretudo a Voltaire que se deve a divisão sistemática das ideias de Newton e de Locke, delineando claramente a nova configuração do conhecimento filosófico e científico que se impunha no século XVIII. É a partir dessa assimilação e dessa difusão que ocorrerá uma mudança de eixo sobre o qual irá se orientar o saber iluminista. Fortalece-se a convicção de que a experiência tem papel privilegiado na constituição do conhecimento, com a exceção dos saberes matemáticos, e cresce a desconfiança em relação a todo sistema que não parta da experiência. Em suma, a filosofia clássica ou racionalista, encabeçada por Descartes, vê crescer e se desenvolver a sua contraproposta, o empirismo protagonizado por Newton e Locke.

Desse embate se alimentarão a filosofia e a ciência do século XVIII. Como resultado, este programa apresentou duas facetas, uma positiva e uma negativa. A faceta positiva foi porque impulsionou a expansão e o refinamento da pesquisa sobre as origens e os limites do nosso conhecimento. Neste ponto, a teoria do conhecimento passa a ser um departamento da psicologia e seu método próprio não será outro senão o genético: ora, se a experiência é a origem de todo conhecimento, é necessário rastrear, a partir de percepções elementares, os indícios desse percurso. A faceta negativa, no sentido de se negar algo, apareceu porque, partindo do princípio de que o empirismo está correto, fez-se preciso, portanto, denunciar os desvios e abusos das filosofias anteriores, as quais, desprezando esse solo originário do conhecimento, construíram seus sistemas tendo as nuvens como alicerces.

É nesse panorama científico e filosófico que se situa a obra de Condillac. O grande debate entre racionalistas e empiristas, que movimentou o cenário intelectual do século XVII e XVIII, permeou sua produção intelectual, irremediavelmente. Condillac, mais do que qualquer outro filósofo de seu tempo, sentiu a necessidade esclarecer como funcionava o sistema do conhecimento humano. Em suas investigações, realizou um esforço teórico no sentido de alcançar a gênese e o desenvolvimento das ideias que constituem os pensamentos, chegando a formular a tese segundo a qual todos os conhecimentos humanos são oriundos, em última instância, do conjunto das relações entre a mente e o mundo externo com o qual ela se relaciona.

Condillac utilizou-se dos resultados alcançados por Locke em seu *Ensaio acerca do entendimento humano*. É da obra de Locke que o Abade retirou sua convicção de que a experiência é o fundamento do conhecimento humano. No entanto, há em Condillac, mais do que no filósofo inglês, a compreensão de que razão e experiência, em de vez posições opostas

e antagônicas, são, em verdade, complementares, a dizer, são dois extremos de um mesmo fenômeno. Em outras palavras, não obstante sua inclinação empirista, estava fora da alçada do Abade escapar do clima racionalista que ainda se fazia presente. Por conta disso, sua produção filosófica possui uma alta dose de hibridismo, na medida em que é expressão e desdobramento de seu tempo e lugar, como assevera Kristeva (1969):

Ora, é a filosofia sensualista e empirista que fornece o fundamento teórico a partir do qual se constrói a descrição gramatical do século. Locke e Leibniz, e em França os <ideólogos> com Condillac à cabeça, propõem a teoria do signo como princípio geral dessa língua comum que se manifesta em várias línguas concretas. Retomam assim as teorias do signo da Grécia, da Idade Média e da lógica cartesiana embora as transformem: se, para os filósofos do século XVIII, o pensamento é uma articulação dos signos que são os elementos linguísticos, o problema é o definir a via pela qual se vai da sensação para o signo linguístico (KRISTEVA, 1969, p. 204, grifos da autora).

Por argumentos diferentes, Robins (1983) chega a conclusão parecida, ao afirmar que racionalismo e empirismo, em vez de duelarem, passaram a se complementar, sobretudo no que diz respeito à busca por uma origem aceitável da linguagem humana, grande desafio colocado à intelectualidade do século XVIII. A razão para essa complementaridade pode ser colocada na conta da ascensão do movimento romântico e anti-racionalista, que crescia nos últimos anos daquele século:

A aliança entre tais pessoas não é de causar surpresa. Pela linguagem, o homem comunica o conhecimento coletivamente acumulado e os argumentos e princípios da razão; pode, em síntese, veicular tudo aquilo que os racionalistas do Iluminismo tinham na mais alta conta. A linguagem também é meio de expressão das emoções e dos sentimentos individuais, i.e., daquilo que o Romantismo tanto exaltava. Em suma, podemos dizer que o homem de razão, *Vernunftmensch*, e o homem de sentimentos, *Gefühlsmensch*, se realizam graças aos recursos da linguagem (ROBINS, 1983, p. 120).

Nesse sentido, Condillac revela-se um filósofo enraizado em sua época. Ao se deparar com seus escritos sobre conhecimento e linguagem, é possível constatar que o Abade assimilou algumas certezas básicas que constituíram o horizonte do pensamento iluminista. Há em seu pensamento, por exemplo, uma crítica radical aos valores e princípios que caracterizam o Antigo Regime. Há também uma depreciação deliberada em relação à natureza metafísica da filosofia até então produzida, bem como uma rejeição à teoria racionalista das ideias inatas, que estava bastante em voga desde o século XVII, devido, sobretudo, ao trabalho de Descartes. Ao mesmo tempo, Condillac corroborou para a laicização das ciências e da filosofia, uma vez que, em suas reflexões, a linguagem é abordada de um ponto de vista mais materialista e menos

idealista, da mesma forma que as ideias, como objetos do conhecimento, aparecem como resultantes da experiência, e não como coisas dadas no espírito.

A tese empirista de Locke, da qual o sensualismo de Condillac é desdobramento, tem relação, seguramente, com o legado de Newton, cuja obra ratifica o fundamental papel da experiência na construção do conhecimento científico. De acordo com Cassirer (1976), na ciência de Newton, dar conta dos fenômenos suscitava partir primeiramente da experiência, sendo a pesquisa sobre a essência ou a substância das coisas no mínimo interditas ao espírito humano. Além disso, como entusiasta da Ilustração, acreditava que a felicidade geral da humanidade suscitava uma educação que a retirasse da escuridão na qual se encontrava há bastante tempo. Então, a partir de sua aproximação com os Enciclopedistas, Newton tornou-se um grande divulgador do espírito das luzes.

Segundo Manzoni (1993), o legado do século XVIII para a posteridade é justamente essa certeza newtoniana de que não existe oposição entre pensamento e experiência, mas apenas subordinação do primeiro pela segunda. É inútil partir das ideias, o essencial é partir de fatos solidamente estabelecidos. “Mas é inútil também se deter nos fatos. Eles, isoladamente, não levam a nada. É preciso, examinando os fatos, perceber aquilo que os une, o que os relaciona, como se ligam uns aos outros e que da justaposição se passe a relações inteligíveis, isto é, a um sistema” (MANZONI, 1993, p. 11).

Seguindo as lições de Newton, Condillac empreendeu uma investigação cujo fim era constatar o sistema do conhecimento humano. Logo, descrever a gênese das faculdades da alma tornou-se o mote tanto do *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* quanto do *Tratado das Sensações*. Contudo, se a empreitada é relativamente bem-sucedida no primeiro livro, justamente porque neste a exposição foi mais simples e mais resumida; no segundo, Condillac vai se deparar, em suas considerações, com um problema ainda maior, que ameaçava as bases de suas teorizações. Ora, em sendo a reflexão uma faculdade da alma aprendida e não inata, resta saber e explicar como os homens aprenderam a refletir, a julgar, a comparar, etc.

Consoante Manzoni (1993), uma das razões que levaram Condillac a compor o *Tratado das Sensações* – trabalho que, mais tarde, seria considerado sua obra-prima – diz respeito ao fato de o Abade ter assumido que seu *Ensaio* teria encerrado alguns problemas e pontos obscuros, gerando, portanto, alguma confusão em sua recepção. Então, o *Tratado das Sensações* foi escrito para levar as hipóteses centrais de Condillac às últimas consequências, procurando apagar as dúvidas que, eventualmente, não tenham sido esclarecidas no *Ensaio*. Dessa forma, nos dois trabalhos supracitados, Condillac estudou a origem e o desenvolvimento dos

conhecimentos humanos e, por tabela, o nascimento da linguagem verbal, desde sua forma primordial de ação, passando por graus intermediários, até chegar às formas mais evoluídas e abstratas. O que vai distinguir as duas obras é a qualidade da abordagem, pois do *Ensaio* para o *Tratado*, a complexidade e o nível de detalhamento aumentam consideravelmente.

Leitor atento do *Ensaio sobre o entendimento humano* de Locke, ao qual fez várias referências ao longo de suas obras, o Abade repudiou um tipo específico de metafísica, “aquela ambiciosa que quer sondar todos os mistérios, a natureza e a essência dos seres, as causas mais escondidas” (CONDILLAC, 2003, p. 03¹⁴), para defender que os filósofos deveriam adotar uma atitude investigativa mais modesta e mais ajustada às limitações do espírito. Desse modo, em vez de se preocuparem com aquilo que está além de seu alcance, os filósofos deveriam se concentrar em suas potencialidades, transitando sempre dentro de seus limites e capacidades cognitivas.

Para o Abade, no primeiro caso, a metafísica se acostumou a transformar toda a natureza em uma espécie de fantasia, multiplicando indefinidamente os erros e as confusões provocadas por noções vagas e termos empregados acriticamente. Conquanto, no segundo caso, tenta-se ver as coisas apenas como elas podem ser vistas, prezando pela precisão e pela clareza das palavras e das ideias. Na introdução do *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*, por exemplo, Condillac revela que seu objetivo é reconduzir tudo aquilo que concerne ao espírito a um só princípio, sendo que esse princípio não poderia ser uma proposição vaga, nem uma máxima abstrata, nem uma suposição gratuita, e sim algo decorrente de uma experiência concreta e constante, cujas consequências deveriam ser todas confirmadas por novas experiências.

Esse posicionamento do Abade introduz uma modificação radical no pensamento de Locke, quando afirma que não existem dois atos cognoscitivos, a sensação e a reflexão. Antes, há um só ato cognoscitivo interno, que é a atenção, a qual deve ser entendida como aquela atividade que penetra os dados da percepção externa e os assimila. Isto é, para Condillac, o meio que tornou possível a passagem da sensação à reflexão foi a adoção dos sinais, ou melhor, o uso deliberado dos signos. Sem eles, seria muito mais complicada a progressão do intelecto humano. Para se ter ideias sobre as quais se possa refletir, foi necessário instituir signos que servissem de ligação para as diversas coleções de ideias simples. As noções foram se tornando

¹⁴ No original: “one has the ambition of solving all mysteries; nature, the essence of all beings, the most hidden causes”.

cada vez mais exatas, na medida em que foram sendo convencionados, ordenadamente, os signos que deveriam fixá-las.

A segunda razão para a produção do *Tratado das Sensações*, esta considerada oficial por seus comentadores, está relacionada com o projeto condillacquiano – que é, em certa medida, um projeto da própria filosofia moderna do século XVIII, em suas facetas racionalista e empirista – de se chegar a um veredito no que diz respeito ao fundamento e aos limites do conhecimento humano. É exatamente essa questão, e os problemas dela decorrentes, que permeiam as páginas do *Tratado das Sensações*. Condillac desconfiava que, aos pensamentos humanos, corresponderiam objetos do mundo externo, como era o credo do senso-comum. Ao mesmo tempo, sabia que, a não ser pelos caminhos tradicionais da metafísica, provar essa correspondência era uma tarefa praticamente impossível, como ele próprio assinalou logo no início do *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*: “Para falar metaforicamente, quando subimos até aos céus, ou quando descemos em direção aos abismos, não saímos jamais de nós mesmos e é sempre nosso próprio pensamento o que percebemos” (CONDILLAC, 2003, p. 11, tradução nossa¹⁵).

A questão que se colocava era a seguinte: como é possível construir conhecimentos confiáveis, isentos dos grandes erros que sempre vitimaram os cientistas e filósofos de todos os tempos, se não se sabe ainda como funcionam nitidamente as operações da alma? Nessas circunstâncias, saber como o conhecimento humano é gerado significava potencializar as chances de se pensar melhor e de conduzir os juízos de modo mais adequado. Ou, nas palavras de Manzoni (1993, p. 16): “como podemos chegar à noção de uma existência externa já que o dado inicial do qual partimos é a sensação, algo que, em princípio, é subjetivo, e que, segundo os próprios postulados da filosofia de Condillac, tudo o mais que acontece no domínio espiritual nada mais são que os avatares da sensação, aquilo que denominou sensação transformada?”.

Para responder a essa questão, Condillac elabora a sua famosa hipótese empirista da estátua revestida de mármore, a qual irá abrindo diferentes canais, de modo gradual e contínuo, representando, simbolicamente, a origem dos sentidos do corpo. Trata-se de uma alegoria de que Condillac se valeu no intuito de explicitar suas ideias acerca da gênese e do processamento do conhecimento. Quanto a esse esforço teórico, o filósofo alertou para a natureza da estratégia adotada, objetivando se resguardar de possíveis arguições. A estratégia foi a construção de uma

¹⁵ No original: “Whether we raise ourselves, to speak metaphorically, into the heavens or descend into the abyss, we do not go beyond ourselves; and we never perceive anything but our own thought”.

hipótese que, embora mantenha laços com a realidade, não pode, na condição de hipótese, ser identificada integralmente com ela.

Nessa alegoria, concebe-se uma estátua longe do convívio social, sem conhecimento de língua ou outra manifestação da linguagem, totalmente isenta de toda e qualquer interferência externa, começando a funcionar lenta e gradualmente do ponto zero, a partir, exclusivamente, desse dado originário que é a sensação. Tal estátua se encontraria com as mesmas estruturas de um recém-nascido, exceto o fato de estar revestida da camada de mármore. Essa história hipotética de um Adão mitológico consistiu em um recurso retórico interessante, posto que viabilizou a explanação acerca da derivação de todas as ideias e explicou como os homens adquiriram a noção da existência objetiva dos corpos.

Grosso modo, pode-se dizer que o *Tratado das Sensações* é a exploração sistemática dessa hipótese. Para surtir o efeito preconizado pelo Abade, é necessário, na condição de leitor contemporâneo, colocar-se no lugar da própria estátua. Ora, como a opinião de Condillac era de que a constituição de um conhecimento confiável pressupunha compreender melhor como os próprios seres humanos se acostumaram a construir seus conhecimentos, isto é, como nasceram as ideias e como elas se transformaram em palavras de uma língua, a alegoria da estátua tem a função de descrever o funcionamento da alma e é por esta razão que ela se torna importante na leitura do referido livro: “o principal objetivo desta obra é mostrar como todos os nossos conhecimentos e todas as nossas faculdades veem dos sentidos, ou para falar mais exatamente, das sensações” (CONDILLAC, 1979, p. 45).

Mediante esse procedimento alegórico, Condillac explana a construção simbólica do mundo pelo sujeito segundo as perspectivas das diferentes percepções sensíveis. Começa-se pelo olfato e, depois, abrem-se sucessivamente os outros canais (audição, gosto, visão e tato), de maneira que, analisando-os, primeiro isoladamente e, logo após, em combinação um com os outros, chega-se a constituição simultânea do mundo e do sujeito, a partir desses dados elementares experimentados preliminarmente.

Na epistemologia de Condillac, todas as operações da alma, enquanto sensações transformadas, não comportam nada de verdadeiramente novo. Ou seja, antes de serem processadas, tais operações se encontravam nos dados iniciais dos órgãos dos sentidos. Por esta lógica, as reminiscências, por exemplo, não são outra coisa senão sensações transformadas em arquivos, gravações que podem ser evocadas a qualquer tempo, a depender de uma motivação externa. De forma semelhante, a atenção também deriva de uma sensação, ocorrendo quando, dentre as diferentes impressões que se têm, por algum motivo, uma delas é ressaltada.

Logo no início do *Tratado das Sensações*, Condillac lembra que Aristóteles, mesmo que de forma mais ou menos imprecisa, foi um dos primeiros a defender a ideia de que todos os conhecimentos são oriundos dos sentidos. Posteriormente, foi Locke, no século XVII, quem trouxe mais profundidade à essa discussão, apesar de suas imprecisões. Como explicado por Koyré (1982), o século XVII pode ser entendido como a grande *revanche* de Platão, porque foi um período em que ocorreu uma verdadeira revitalização de suas ideias, entre as quais, a ideia pitagórica de que as matemáticas estavam na base de tudo no mundo, bem como a ideia de que existem dois mundos: o mundo empírico, da matéria, das aparências, mundo da ordem do corpo, das coisas sensíveis e, por tabela, corruptível; e o mundo ideal, das essências, do real, um mundo da ordem da alma e, por isso mesmo, incorruptível.

Dessa maneira, no correr do livro, Condillac faz uma severa problematização acerca da teoria racionalista das ideias inatas, apontando cada uma de suas inconsistências. Para os inatistas, os conhecimentos seriam basicamente de dois tipos, os que resultam da experiência e os que se encontram na mente humana de forma *a priori*, independentemente da natureza e da qualidade das experiências vivenciadas. Para Condillac, em contrapartida, não existe conhecimento que não tenha se originado das sensações que, por sua vez, são sempre originárias dos sentidos do corpo. Havia, portanto, uma urgência em voltar toda atenção para as primeiras sensações que chegam à alma humana, no sentido de discernir a razão das primeiras operações:

O que se espera desses filósofos que continuamente recorreram a um instinto que eles não saberiam definir? Ter-se-ia a ilusão de extinguir a fonte dos nossos erros enquanto nossa alma age tão misteriosamente? Portanto, é preciso observamo-nos desde as primeiras operações, voltar à origem de nossas ideias, desenvolvendo sua gênese, seguindo-as até onde for possível acompanhar. Em uma palavra, seria preciso, como o disse Bacon, renovar todo o entendimento humano (CONDILLAC, 1979, p. 45).

Dessa forma, o *Tratado das Sensações* foi o livro em que o Abade demonstrou, com riqueza de detalhes, o processo de geração e desenvolvimento dos conhecimentos humanos, ou seja, o percurso que vai desde o funcionamento dos sentidos, passando pelo processamento das sensações, até o processamento ou arquivamento dessas sensações na alma, onde acabam se tornando ideias e, conseqüentemente, palavras de uma língua natural. Esse direcionamento investigativo é, evidentemente, uma herança lockeana, pois o conteúdo da proposição, salvo significativas diferenças de cunho metodológico, encontrava-se no *Ensaio sobre o entendimento humano*, do filósofo inglês.

Dessa maneira, pode-se dizer que tanto Locke quanto Condillac defendiam que a base mental do ser humano é constituída pelo conjunto de sensações que se experimenta ao longo da

vida, quer dizer, são as sensações obtidas pelos sentidos que fundamentam todos os nossos conhecimentos. No entanto, como mencionado, houve uma diferença marcante entre os dois filósofos. Para Locke, os conteúdos da consciência se originavam das sensações e também da reflexão. Esta era vista como parte integrante e inata da alma humana. Assim, mesmo que tenha combatido deliberadamente a teoria inatista de feição cartesiana ou neoplatônica, Locke não conseguiu se desvencilhar por completo do inatismo.

Quanto a Condillac, que tinha plena ciência da contradição presente nas reflexões de Locke, é possível notar uma maior radicalidade, um mergulho mais profundo no empirismo. Para o Abade, tanto os conteúdos ideacionais quanto as atividades da alma constituem transformações das sensações, isto é, a reflexão não é mais do que a própria sensação transformada de forma ininterrupta. Ela não é uma fonte de ideias, mas um processo aprendido pela alma quando esta processa as sensações provenientes dos sentidos. Então, a reflexão também seria resultado da experiência, e não uma capacidade inata, como queria Locke. Por fim, no pensamento condillacquiano, condicionado por um empirismo radical, nenhuma faculdade da alma é inata. O que é inato é apenas o corpo físico.

Além do mais, Locke apenas apresentou os sentidos do corpo como se constituíssem um conjunto orgânico e homogêneo, sem qualquer especificação ou distinção entre eles. Não obstante a admiração e a influência confessa que sofre da filosofia de Locke, Condillac não titubeia para criticar a generalidade do filósofo inglês, alegando que será preciso estudar cada sentido separadamente, observando também como cada um deles é treinado e como todos se relacionam entre si, ou seja, como todos os elementos interagem com o fito de constituir um sistema. Tudo isso se quer mesmo dar conta de todas as questões envolvidas no processo de geração de conhecimento.

Para Condillac, as sensações produzem modificações na alma dos sujeitos, que podem desembocar em uma inquietação. Tratam-se de impressões que a marcam, deixando rastros que a memória pode ou não arquivar. Com as repetições do processo, com o hábito, a alma começa a fazer comparações, a criar relações, associações, em geral das mais simples às mais complexas. Por fim, as aproximações das impressões formam as ideias que, por sua vez, se inter-relacionam em forma de uma cadeia: “porque, na verdade, os sentidos não são senão causa ocasional. Eles não sentem, só a alma sente, ocasionada pelos órgãos; e é das sensações que a modificam que ela tira todos os seus conhecimentos e todas as suas faculdades” (CONDILLAC, 1979, p. 45).

O *Tratado das Sensações* é dividido em quatro etapas. Na primeira parte, Condillac trata “dos sentidos que, por eles mesmos, não julgam os objetos exteriores”, que são os sentidos do olfato, paladar, audição e visão. Para o filósofo, nenhum destes sentidos, por si mesmos, seria capaz de fornecer o mesmo conhecimento dos objetos exteriores que a união de todos é capaz de fornecer. Um sujeito que só sente odores terá seu sistema de conhecimento formado somente a partir desse sentido, portanto, terá uma alma mais limitada em seu desenvolvimento.

O mesmo aconteceria a quem tivesse apenas o sentido do paladar, da audição ou da visão, isto é, conhecer apenas por um deles também remodelaria e restringiria a forma como se conhece o mundo. Apenas de posse da visão, por exemplo, os homens conseguiriam enxergar as coisas do mundo, mas, certamente, eles as veriam de modo bastante diferente. “Se os filósofos acreditaram no contrário, se se enganaram até mesmo em supor que o olfato podia sozinho regular os movimentos dos animais, é que, na falta de ter analisado as sensações, tomaram como efeito de um único sentido ações para as quais muitos concorrem” (CONDILLAC, 1979, p. 51).

Disso, infere-se que, todos os sentidos do corpo foram educados para sentir desse ou daquele jeito. Ou seja, o discernimento habitual das coisas do mundo está estritamente relacionado com a maneira pela qual o corpo captou todas as experiências via sentidos e como a alma processou as decorrentes sensações via faculdades aprendidas. Para exemplificar o que afirma, Condillac lança mão de uma situação hipotética, na qual coloca, lado a lado, quatro perspectivas humanas diante de um quadro, quais sejam, a visão de um recém-nascido, a percepção de uma criança, a visão de um adulto e, por fim, a perspectiva de um pintor experiente. Com essa colocação, a pretensão do filósofo era evidenciar que toda compreensão humana depende quantitativa e, principalmente, qualitativamente do conjunto de experiências previamente processadas na alma.

Condillac explica ainda que não é possível que a avalanche de sensações se apresente na alma simultaneamente com o mesmo grau de vivacidade. Elas podem até chegar ao mesmo tempo, mas haverá sempre uma sensação preponderando diante das demais, de modo que os seres humanos sempre direcionam sua atenção para uma sensação específica. Conforme a natureza das inquietações e desejos que lhes afetam, haverá sempre algumas sensações que atingirão a alma com mais força e, por isso mesmo, reclamarão por mais atenção e, conseqüentemente, por mais processamento. Isso porque Condillac atribui ao prazer e à dor a condição de fatores determinantes na formação dos seres humanos. Para o Abade, as sensações só podem ser, necessariamente, agradáveis ou desagradáveis. São o prazer e a dor que,

ocupando a capacidade de sentir da alma, produzem a atenção necessária para a formatação e o preenchimento da memória e do juízo.

Como não é possível haver desejos subjacentes ou anteriores à experimentação de um objeto, visto que só se pode desejar ou repudiar uma sensação quando esta foi sentida previamente, é a memória que faz os homens lembrarem do objeto que um dia lhes impactou a alma, provocando nela a inquietação e o sentimento de carência e, em casos extremos, o de privação, que corresponde a um grande mal-estar ocasionado pela ausência de um objeto julgado extremamente necessário à felicidade. Nesse estado, os homens passam a direcionar toda a atenção de suas faculdades em busca da satisfação que é gerada quando ocorre novamente o contato com esse objeto negado e desejado:

Neste caso, a privação de um objeto que julgamos necessário à nossa felicidade nos dá esse mal-estar, esta inquietude que chamamos carência; e donde nascem os desejos. Estas carências se repetem conforme as circunstâncias, frequentemente se formam novas, e ali está o que desenvolve nossos conhecimentos e nossas faculdades (CONDILLAC, 1979, p. 46-47).

O que se chama de desejo não é outra coisa senão esse direcionamento da atenção e ações das faculdades da alma. É isso o que os homens fazem quando desejam: julgam que o gozo de um bem lhe é necessário e imprescindível. A partir dessa convicção, sua alma se ocupa unicamente em procurar pelo que lhe falta. Sendo assim, os desejos nascem das inquietudes. Estas consistem no fundamento que mobiliza os sentidos do corpo, instigando-os a tatear, ver, escutar, sentir, degustar. Ao passo que as sensações induzem a alma a comparar, julgar, refletir, temer, desejar, amar, odiar, esperar, querer, etc.

É esse percurso que todos os seres humanos são forçados a percorrer para conhecerem o mundo circundante. Nesses termos, de empirismo, o pensamento condillacquiano transforma-se em um sensualismo, ao afirmar com todas as letras que as únicas fontes do conhecimento humano são as sensações, de sorte que o próprio ato de pensar pode ser entendido como uma faculdade aprendida pela constante experimentação de sensações. Este é o sistema apontado por Condillac para explicar a geração de conhecimentos nos seres humanos. “É, pois, das sensações que nasce todo o sistema do homem; sistema completo no qual todas as partes são ligadas e se sustentam mutuamente” (CONDILLAC, 1979, p. 47).

Para o filósofo, os homens estarão sempre aptos a sentir e a pensar. Eles estarão, enfim, aptos a conhecer, porque sempre se encontrarão em confronto com os objetos que são exteriores a eles. As sensações decorrentes sempre farão algum sentido aos homens, porque lhes é impossível manter-se indiferentes permanentemente às sensações que lhes permeiam o corpo e

lhes atingem à alma, ao longo da vida. Então, conhecer vem logo depois de sentir:

Se o homem não tivesse nenhum interesse em se ocupar de suas sensações, as impressões que os objetos fariam sobre ele passariam como sombras e não deixariam nenhum vestígio. Depois de muitos anos estaria como no primeiro instante, sem ter adquirido nenhum conhecimento e sem ter outras faculdades senão o sentimento. Mas a natureza das sensações não lhe permite ficar sepultado nesta letargia. Como elas são necessariamente agradáveis ou desagradáveis, ele se interessa em procurar umas e esquivar-se de outras; e quanto mais vivo o contraste entre prazeres e sofrimentos, mais ocasiona ação na alma (CONDILLAC, 1979, p. 46-47).

Com efeito, para o Abade, quando os homens julgam que o gozo de um bem lhe é necessário, a alma se ocupa unicamente deste bem. Se está presente, fixam os olhos nele, estendem os braços para o agarrar. Se está ausente, a imaginação o descreve, e pinta vivamente o prazer de o desfrutar. O desejo, por fim, é a ação das próprias faculdades, que se atribui ao entendimento e que, estando em determinada direção a um objeto pela inquietude que causa sua privação, determina também a ação das faculdades do corpo. Ora, nesse encadeamento lógico, Condillac vai dizer que é do desejo que nascem as paixões, o amor, o ódio, a esperança, o medo, a vontade. E tudo isso ainda não é senão a sensação transformada.

Segundo Condillac, a capacidade humana de sentir pode ter duas possibilidades de encaminhamento. O sentimento em experimentação ora toma o nome de sensação, quando a impressão se faz atualmente sobre os sentidos; ora toma o nome de memória, quando a experiência remonta a uma sensação que foi sentida no passado e arquivada. Na primeira situação, processa-se geralmente algo inédito ou algo ainda não arquivado. Na segunda, reprocessa-se uma sensação que se teve em um passado recente ou remoto.

No entanto, explica o filósofo iluminista, chega-se a certo estágio no processo educativo dos homens em que não se consegue mais distinguir nitidamente essas duas qualidades de sensações, primeiro porque as experiências vão diminuindo ao longo da vida, segundo porque uma memória razoavelmente cheia tende a acionar com mais frequência o processamento da alma, que começa a desarquivar sensações que se assemelham mais ou menos com a sensação inédita sentida atualmente.

Em outras palavras, a memória também é sensação transformada. A alma só é capaz de direcionar sua atenção às sensações que lhe chegam de duas maneiras, basicamente: ela pode estar tendo uma experiência original ao processar uma sensação nova, porque oriunda diretamente dos sentidos do corpo; ou ela pode reprocessar, mesmo sem se dar conta de que se trata de um reprocessamento, sensações que já foram transformadas em memória. Nesses moldes, as sensações vão se tornando, gradativamente, na própria atenção, que, por sua vez,

vão se transformando em comparação e em juízo. Ocorre a comparação quando se tem duas atenções na alma. Tem-se o juízo quando se percebe diferenças e semelhanças entre as sensações. Depois que se tornam atenção, comparação e juízo, as sensações vão se tornando a própria reflexão. Assim, passando de necessidade em necessidade, de desejo em desejo, a imaginação vai se formando, as paixões vão nascendo, a alma vai adquirindo cada vez mais atividade.

Na segunda parte do *Tratado das Sensações*, Condillac trata do tato, o “único sentido que julga por ele mesmo os objetos exteriores”. Para justificar porque julga o tato um sentido distinto dos demais, o Abade declara que apenas o tato é capaz de assessorar e direcionar os outros sentidos, principalmente, o da visão. É apenas o tato, por exemplo, que é capaz de ajudar os olhos a perceberem e a discernirem os objetos exteriores.

Condillac diz que as sensações se agrupam fora da alma, formando tantas coleções quantos objetos sensíveis se possa distinguir. Daí advém duas espécies de ideias: as simples e as complexas. Cada sensação tomada separadamente pode ser encarada como uma ideia simples. Uma ideia é complexa quando formada por várias sensações reunidas. As ideias complexas ainda se dividem em completas e incompletas. As primeiras compreendem todas as qualidades da coisa que representam; as últimas compreendem uma só parte. Como seria muito difícil, senão impossível, conhecer a natureza dos seres e das coisas completamente, não se pode ter ideias completas dos objetos ao redor. Por conta disso, os homens só deveriam tratar das qualidades dos objetos que lhes são acessíveis. Só se tem ideias completas de tudo na metafísica, na moral e nas matemáticas, porque, como já aludido, tais perspectivas têm por fundamento as máximas gerais e as suposições.

Conforme Condillac, as ideias se dividem também em sensíveis e intelectuais. Aquelas representam os objetos que estão agindo atualmente sobre os sentidos. Estas representam os objetos que desapareceram depois de terem realizado sua impressão. Esses dois tipos diferem entre si da mesma maneira que a sensação difere da lembrança. Quanto mais memória se tem, mais ideias intelectuais se pode adquirir. As ideias intelectuais são a base dos conhecimentos mais elaborados, assim como as ideias sensíveis são a sua origem:

Essa base (de ideias intelectuais) torna-se objeto de nossa reflexão; podemos, por intervalos, ocupar-nos unicamente dela e não fazer nenhum uso dos nossos sentidos. É por isso que ela aparece como se estivesse sempre estado aí; dir-se-á que ela precedeu toda espécie de sensação e que não sabemos mais considerá-la no seu princípio. Daí advém o erro das ideias inatas (CONDILLAC, 1979, p. 58).

As ideias intelectuais retraçam-se continuamente. Elas estão sempre sendo comparadas com ideias sensíveis e constituindo novas relações das quais surgem novas ideias intelectuais. Por esse processo, os seres humanos se tornam capazes de julgar melhor os objetos que encontram e reencontram na natureza. Na construção do conhecimento, e considerando as relações de semelhança, eles colocam na mesma classe todos os indivíduos nos quais notam as mesmas qualidades. Considerando as relações de diferença, multiplicam as classes, subordinam umas às outras ou as distinguem sob todos os ângulos. Daí surgem as espécies, os gêneros, as ideias abstratas e gerais:

Todas essas ideias não formam senão uma cadeia: as sensíveis ligam-se à noção de extensão, de maneira que todos os corpos nos aparecem apenas como a extensão diferentemente modificada; as intelectuais ligam-se às sensíveis das quais se originam; renovam-se também frequentemente na ocasião da mais ligeira impressão que se faz sobre os nossos sentidos. A necessidade que as forneceu a nós é o princípio que as restituiu, e se elas passam e repassam sem cessar diante do espírito é porque nossas necessidades se repetem e se sucedem continuamente (CONDILLAC, 1979, p. 59).

Na terceira parte do *Tratado das Sensações*, na qual Condillac trata de “como o tato instrui os outros sentidos para julgar os objetos exteriores”, a visão humana é posta como um órgão que sozinho não consegue enxergar de forma natural a coloração dos objetos que lhes são externos, tendo em vista que as cores são meras modificações que se processam na alma, e não qualidades pré-existentes e inerentes aos objetos.

Para o filósofo, a visão, assim como o olfato, a audição e o paladar, é um órgão que se limita a modificar a alma. É o tato que ensina e orienta os demais sentidos do corpo. Somente o tato tem, em si mesmo, o que transmitir às ideias de grandeza, de figura, de dimensão, etc. A visão, privada dos recursos do tato, não enviaria à alma senão modificações simples que são denominadas cores, assim como o olfato não lhe enviaria senão modificações simples chamadas odores. Apenas a visão tem sobre os outros sentidos a vantagem de aprender com o tato a conferir extensão às suas sensações. É como se as mãos humanas sempre estivessem dizendo algo aos olhos: “façam como nós”. Em uma só palavra, explana Condillac, no primeiro instante em que os olhos se abriram sob a luz, a alma humana começou a ser modificada.

Em suma, todos os conhecimentos humanos advêm dos sentidos. Todas as sensações são, em verdade, maneiras de ser. É a partir dessa negociação entre a mecanicidade dos órgãos dos sentidos e a subjetividade inerente à alma que os seres humanos conhecem o mundo empírico e seus objetos. O tato é considerado o principal órgão dentre os cinco sentidos, porque é somente ele que consegue perceber mais precisamente a extensão de tudo que é diferente do

corpo. A natureza, sempre concebida como *phýsis*¹⁶, uma inteligência cósmica, configurou os homens para serem móveis, para tocar e ter, tocando, uma sensação que lhes faz julgar que há, fora do seu ser que sente, objetos exteriores e, por consequência, extensão e corpos alheios. Portanto, apenas com as sensações do olfato, ou da audição, ou do gosto ou da visão, os homens teriam uma maneira bem mais simples de geração do conhecimento. Igualmente, apenas com o sentido do tato, ele estaria na mesma ignorância se permanecesse imóvel.

É só por meio dos sentidos e de suas interações que as impressões dos objetos conseguem chegar à alma. Se os homens fossem desprovidos de sentidos, seriam seres incapazes de experimentar e não teriam como conhecer o mundo e seus objetos. Mas os sentidos não bastam para conhecer os objetos. Os sentidos são comuns a todos e, no entanto, nem todos possuem exatamente os mesmos conhecimentos. Então, é a alma que sente, e não os sentidos. Somente a alma é capaz de conhecer as sensações. Os seres humanos aprendem a usar os sentidos de maneiras diferentes. Tudo é aprendido, inclusive o modo de sentir o mundo. Sentir é a primeira faculdade da alma. É preciso aprender bem esta arte de conduzir as faculdades. É possível regular a alma quando se aprende a regular os sentidos. É possível regular os órgãos do corpo quando se aprende de que maneira algumas vezes eles são bem conduzidos. E é sempre a natureza que instrui e educa, isto é, os homens são o que são porque suas faculdades foram determinadas por suas necessidades.

Em relação à disposição e maneira de conhecer, o Abade adverte, dizendo que nunca os homens deveriam ter deixado de comportar-se como as crianças, para quem conhecer é sempre por necessidade e é sempre no intuito de atingir distinções, de sorte que, quando erram, é sempre provisoriamente. Ou seja, é a natureza, tendo o prazer e a dor como mestres, quem deve admoestar os homens diante dos erros iminentes. Aliás, ela sempre seguiu alertando-lhes, mas, houve um momento em que pararam de ouvi-la, como explica Condillac, em sua *Lógica*:

Estas advertências não falham nunca, quando as coisas sobre as quais nos enganamos nos são absolutamente necessárias: um juízo falso nos dará prazer e, em seguida, dor; um juízo verdadeiro sempre nos dará prazer, e em seguida, alegria. O prazer e a dor, eis então nossos primeiros mestres: eles nos esclarecem, porque nos advertem se julgamos bem ou se julgamos mal: e é por este motivo que, na infância, fazemos sem nenhuma ajuda progressos que nos parecem tão rápidos quanto surpreendentes (CONDILLAC, 1979, p. 67).

¹⁶ Conforme Abbagnano (2007), quando nasceu, com Aristóteles, e até o advento da ciência moderna, a *phýsis* (Física) era a teoria do movimento dos corpos. No Renascimento e até o século XX, o conceito passa a corresponder ao estudo da ordem experimental da natureza.

Por fim, para Condillac, o único meio de adquirir conhecimentos é seguindo os passos de uma criança, experimentando, via sentidos, o mundo circundante. Do contrário, os homens estarão fadados ao erro, porque julgaram coisas que tem pouca ou nenhuma relação com suas necessidades mais prementes, não sabendo diferenciar os juízos verdadeiros dos falsos. Então, o único meio de adquirir conhecimentos de forma mais segura é se valer da análise como o método investigativo por excelência. É preciso voltar a conhecer da maneira como a natureza sempre exigiu: colocando os juízos ao exame da observação e da experiência.

3.2 Das sensações para a língua

Como mencionado, segundo Manzoni (1993), além da radicalização do empirismo de matriz britânica, o segundo ponto responsável pela autenticidade do pensamento linguístico de Condillac é o papel que ele atribui à linguagem em todo processo cognitivo. A dizer, em sua teoria do conhecimento, a linguagem verbal humana aparece como protagonista no processo de apreensão do mundo e, principalmente, no aprendizado do raciocínio e dos pensamentos mais elaborados.

Na quarta e última parte do *Tratado das Sensações*, Condillac trata “das necessidades, da habilidade e das ideias de um homem isolado que goza de todos os seus sentidos”. Estando os homens com seus sentidos instruídos, depois de várias experiências e da geração de várias sensações, eles passam a analisar quais as necessidades que precisarão ser satisfeitas, e em qual ordem isso precisa ocorrer, no intuito de garantir a sua sobrevivência. Neste processo, “vê-se como o homem, não tendo, inicialmente, sido senão um animal que sente, torna-se um animal que reflete, capaz de cuidar por si mesmo de sua conservação” (CONDILLAC, 1979, p. 57).

Neste ponto, é interessante notar que os termos *sensação* e *ideia* (bem como a relação entre eles), para o Abade, exprimiam algo que ninguém havia conseguido explicar de modo totalmente satisfatório. Do contrário, não haveria controvérsias entre ele e seus contemporâneos. O conceito de sensação, por si só, não constitui propriamente uma ideia, ou seja, um conteúdo do conhecimento, porque, para que isso ocorra, de acordo com a concepção de sistema com a qual Condillac trabalha, é preciso que uma sensação se conecte a outras disponíveis na memória.

Essa conexão foi alcançada com mais facilidade quando os homens passaram a utilizar, como intermediação, signos preponderantemente linguísticos. Esta é, certamente, uma das mais importantes reflexões de Condillac, porque consistiu em uma inovação metodológica nos

estudos filosóficos da linguagem. Como se sabe, era muito forte, até então, a ideia de que as línguas naturais consistiam em empecilhos para o conhecimento, devido ao seu caráter irregular e assistemático. Para a maioria dos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, as línguas representavam uma fonte inesgotável de erros na tarefa de construção do conhecimento, sobretudo, do conhecimento científico. Tanto é assim que, por um bom tempo, foram buscados outros instrumentos, como linguagens matemáticas e as línguas artificialmente construídas¹⁷, consideradas racionais por excelência.

Mesmo não dedicando nenhuma obra específica ao tema, certas proposições de Descartes sobre a natureza da linguagem humana tiveram um impacto relevante na história dos estudos acerca da linguagem, tanto do ponto de vista linguístico quanto do filosófico. Para Descartes, o homem, porque composto de um corpo físico e uma alma imaterial, possui faculdades espirituais exclusivas à espécie, que não podem ser explicadas em bases puramente físicas. Assim, a diferença fundamental entre o homem e o animal recai sobre a linguagem, em particular na capacidade humana de usar a língua sempre de forma criativa e constantemente adaptável aos novos contextos comunicativos, coisa impossível de realização por parte das máquinas ou outros seres vivos:

Já que é algo extraordinário que não existam homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem nem mesmo a exceção dos loucos, que não tenham a capacidade de ordenar diversas palavras, arranjando-as num discurso mediante o qual consigam fazer entender seus pensamentos; e que, ao contrário, não haja animal, por mais perfeito que possa ser, capaz de fazer o mesmo. (...). E isso não prova somente que os animais possuem menos razão do que os homens, mas que não possuem nenhuma razão (DESCARTES, 2004, p. 82-83).

Nesses termos, em Descartes, o homem tem uma faculdade peculiar à espécie, um tipo único e exclusivo de organização intelectual, que não poderia ser atribuído a órgãos periféricos do corpo ou simplesmente relacionados à inteligência geral. Esta faculdade se manifesta justamente no aspecto criador do uso ordinário da linguagem, tendo a propriedade de ser ao mesmo tempo ilimitada em extensão e plenamente livre de estímulos. Dessa maneira, em

¹⁷ Para R. L. Trask, em seu *Dicionário de linguagem e linguística* (2006), uma língua artificial é toda e qualquer língua inventada deliberadamente por uma ou algumas pessoas determinadas. “Desde o século XVII, foram inventadas centenas de línguas artificiais: algumas não passavam de esboços, ao passo que outras eram dotadas de extensas gramáticas e vastos vocabulários. Somente um punhado delas chegaram a ter algum uso”. Muitas das primeiras tentativas foram feitas por filósofos que, ignorando as estruturas das línguas naturais, pretendiam inventar linguagens universais ou lógicas (Descartes, Dalgarno, Wilkins). A partir do século XIX, a criação das línguas artificiais tem se baseado de alguma maneira em línguas naturais existentes (vivas ou mortas). A mais famosa delas é o esperanto, uma língua feita de elementos e peças tirados de várias línguas europeias, criada em 1887 pelo oculista polonês Zamenhof.

consonância com Chomsky (1972, p. 14), “Descartes sustenta que a linguagem é utilizável para a livre expressão do pensamento e para a resposta adequada em qualquer novo contexto, não sendo determinada por qualquer associação fixa de enunciados com estímulos externos ou estados fisiológicos”.

A concepção cartesiana de linguagem significou, seguramente, um grande avanço nesse campo de estudo, principalmente porque atualiza o debate medieval travado entre os realistas e os nominalistas, que, por sua vez, tentava atualizar a velha querela grega entre convencionalismo (*thései*) e naturalismo (*phýsis*). Para os realistas, como Santo Agostinho (354 – 430) e Duns Scot (1265 – 1308), ambos leitores assíduos de Platão, as palavras são manifestações concretas das ideias, visto que existiria uma ligação real e intrínseca entre elas. Para os nominalistas, como São Tomás de Aquino (1225 – 1274), Roscelino (1050 - 1125), Abelardo (1079 – 1142) e Guilherme de Ockham (1285 – 1347), todos admiradores da obra de Aristóteles, as ideias somente encontram ressonância no espírito dos homens, e os nomes, em vez de serem as coisas ou os germes das coisas, são apenas palavras frutos da convenção, tese esta que predominará entre os lógicos por muitos séculos, não obstante a intervenção significativa de Condillac e, depois, a revolução empreendida por Saussure.

A querela dos universais, como ficou conhecida essa questão na história da filosofia, é um capítulo especial no percurso dos estudos filosóficos e linguísticos e, como tal, mereceria uma análise mais aprofundada no que diz respeito ao impacto epistemológico das proposições ali assumidas. Por enquanto, com base em Carlos Arthur Nascimento (1983), interessa salientar que a força da tese nominalista, que foi um desdobramento da tese convencionalista do mundo antigo, contribuiu para o enraizamento da ideia de que a linguagem verbal humana, por seu aspecto irregular e impreciso, não mereceria ser estudada em si mesma. Foi assim que, por muito tempo na história da civilização ocidental, o estudo da linguagem permaneceu limitado e dependente dos estudos de outros objetos, como a alma, o conhecimento, a racionalidade, etc

Na Idade Média, refletiu-se bastante sobre a linguagem, mas sempre em função da lógica. Esta sim foi o carro chefe dos trabalhos realizados, tanto que a Escolástica se preocupou essencialmente com as relações entre linguagem e pensamento, asseverando que as categorias ontológicas do real se espelhavam nas categorias do pensamento, as quais, por sua vez, refletiam-se nas categorias gramaticais. Essa ligação entre realidade, pensamento e linguagem não era colocada em xeque; mas vista naturalmente como um fato absoluto (GILSON, 2001). Como a natureza era vista como uma estrutura essencialmente incorruptível, também o pensamento e a linguagem, em essência, não poderiam se alterar com o passar do tempo. Isso

é fácil de entender quando se pensa na herança da filosofia essencialista de Platão, para quem a natureza era ontologicamente imutável e a filosofia deveria estar voltada para a busca das essências. Logo, não era absurda a proposição de um isomorfismo entre os domínios do real, do mental e do linguístico.

Esse contexto só veio a sofrer alterações mais profundas no fim da Idade Média e, em especial, durante o Renascimento, período no qual cresce o interesse sobre a diversidade linguística, de modo que os estudos se voltaram para a comparação entre diversas línguas e, também, entre as fases históricas de uma mesma língua. Tais investigações foram se intensificando ao longo dos séculos XVI e XVII. Decerto, é a partir de Descartes, que a questão alcança uma reformulação mais contundente. Deixa-se de enxergar a linguagem apenas como expressão e reflexo do pensamento e passa-se a enfatizá-la como sendo o maior indício da racionalidade, a marca distintiva da espécie humana.

Em Condillac, nesse particular, a lição de Descartes é levada ao extremo, a ponto de a linguagem verbal articulada ser, não apenas um indício, mas a própria condição que tornou possível a existência da racionalidade humana. No *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*, a gênese da linguagem é exposta por Condillac sob a forma de uma ficção, na qual se conta a história de duas crianças que, de algum modo, teriam se perdido no deserto algum tempo depois do dilúvio, antes do conhecimento da existência de qualquer signo, linguístico ou não. Nesse conto mítico, esse Adão e essa Eva infantis utilizaram, primeiramente, o que o filósofo chama de uma linguagem de ação, formada por uma mistura de atitudes do corpo, movimentos do rosto e sons inarticulados. Estes teriam sido, para o Abade, os primeiros meios encontrados pelos homens para viabilizarem a comunicação e a expressão de pensamentos.

Quanto a esse aspecto específico de suas reflexões linguísticas, Condillac pode ter influenciado diretamente a obra de Rousseau. É preciso lembrar que ambos conviveram no mesmo clima intelectual e partilharam dos mesmos princípios ideológicos do Iluminismo. Dessa maneira, e não por acaso, Rousseau publicou o seu *Ensaio sobre a origem das línguas* (1781), livro no qual coloca as paixões como os fatores determinantes na instauração da linguagem verbal humana.

Em sua teorização, Rousseau pensou uma tripla origem: a da desigualdade, a da música e, por último, a das línguas. A primeira manifestação da linguagem teria sido ocasionada pelas paixões, que seria inseparável do canto, e mais próxima da poesia do que da prosa. De forma mais precisa, em Rousseau, segundo Frédéric Nef (1995, p. 27), “a gênese da linguagem está ligada à necessidade de comunicação de uma humanidade mais densa, e ela se exprime

concretamente pela multiplicação das inflexões da voz e dos gestos. Gestos e sons imitativos realizam o ideal expressivo dessa primeira linguagem”. Assim, uma sensação de dor, por exemplo, teria motivado um som inarticulado e este processo, junto com os gestos, teria constituído as primeiras formas de comunicação.

Desse modo, para Rousseau, a aparição da linguagem verbal se dá a partir da instauração da vida em sociedade, em que os homens passaram a sentir a necessidade de se comunicar uns com os outros. Porém, o esforço teórico de Rousseau ganha em autenticidade, quando defende que, mais do que as finalidades estritamente pragmáticas, a aparição da linguagem e das línguas se deve à natureza apaixonada da alma humana: “não foi a fome nem a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram (dos homens) as primeiras vozes” (ROUSSEAU, 1998, p. 117).

Como se sabe, essa questão da origem da linguagem e/ou das línguas – como a da origem do homem e da sociedade, à qual aquela está irremediavelmente ligada –, e todas as suas implicações epistemológicas, foi abordada de múltiplas maneiras ao longo de toda a história intelectual: desde os mitos arcaicos e/ou religiosos, passando pelas teorias filosóficas como a exposta no *Crátilo*, de Platão, e pelos relatos de experiências improváveis divulgadas durante séculos, até chegar aos trabalhos de linguistas, antropólogos, arqueólogos e de biólogos, na contemporaneidade. Assim, poucos assuntos se beneficiaram de uma preocupação tão constante e apaixonada. Entretanto, conforme afirma Auroux (2008), é tão somente no século XVIII que, na história do Ocidente, essa discussão ganha um fôlego mais forte, causando um número elevado de publicações:

Inegavelmente o século da Luzes representa um novo ponto de partida para a questão da origem. A laicização abre duas vias muito diferentes; primeiro, a construção de modelos teóricos de emergência da linguagem (Condillac, Herder, Maupertius, Rousseau, notadamente); em seguida, uma abordagem histórica e filológica (De Brosses, Court de Gébelin, Monbodo, Hervas e Panduro, Pallas, Adelung e Valter), que, embora menos conhecida, é de grande importância para a história das ciências (AUROUX, 2008, p. 27).

Em Condillac, a constituição dessa linguagem primitiva é um processo constituído por etapas. Mas, em todas as circunstâncias, serão a necessidade de convivência e o instinto de conservação os elementos que regularão essa semiótica primitiva. De anárquica e violenta, ela vai se transformando, pouco a pouco, em uma língua embrionária ou em uma protolíngua, para, em seguida, quando as ações tiverem sido suficientemente decompostas pelo pensamento, tornar-se finalmente uma língua natural, propriamente dita.

Em outras palavras, o Abade demonstra que, através de um jogo de operações elementares (percepção, imaginação, memória, etc.), os homens, primeiramente, estabeleceram uma linguagem de ação, de cunho pragmático, necessária para a comunicação imediata e para atuação no mundo. Em seguida, eles passaram, progressivamente, a convencionar estruturas mais complexas, com base em signos linguísticos, o que foi de fundamental importância para a sofisticação das operações superiores da alma. Nas palavras de Leon Kossovitch (2011), todo esse processo se deu da seguinte forma:

O começo é simples e sensível: todas as faculdades do entendimento se desenvolvem a partir da atenção, elemento que salta da massa das sensações; os signos se vão emancipando da estreiteza da linguagem de ação; começando individuais, as ideias se generalizam e com o tempo se desatam como espécies de gêneros; as faculdades da vontade, principiando pelas carências, progressivamente se afinam e se diversificam. Afetando todas as sequências, a complexificação gradual assegura o duplo sentido do percurso, pois o compor e o decompor, que se exercem na dupla mão, constituem o método mesmo, a análise que só como ir e vir se concebe (KOSSOVITCH, p. 2011).

Consoante Auroux (1998), nesse esforço teórico, Condillac constrói uma estrutura classificatória dos signos bastante avançada para seu tempo. Num primeiro momento, havia apenas os signos acidentais, objetos que, em determinadas situações, foram instaurados em conexão com algumas ideias também particulares. Trataram-se de signos instaurados por sensações conhecidas no contato com o mundo. Isso porque os homens não são senhores de seus sentimentos e pensamentos: as representações que se efetuam advêm, grosso modo, das circunstâncias que a relação com a natureza proporciona. Posteriormente, surgiram os signos naturais, como os gritos resultantes da necessidade de designar algum tipo de sentimento. Estes apareceram quando um acontecimento de ordem interna, como uma dor, conduziu a uma manifestação externa, como um grito.

Quando do manuseio dos signos acidentais e naturais, os seres humanos não se encontravam livres para manipulá-los ao seu bel prazer. Antes, eram condicionados sempre por fatores que lhes pareciam imperativos. O quadro mudou quando os homens consolidaram, pela necessidade, pelo hábito e mesmo pelo vício, o uso dos signos linguísticos articulados, aqueles escolhidos de modo deliberado, por sua comodidade, plasticidade, alcance, enfim, por sua capacidade de representar as coisas, as ideias destas e, principalmente, as inúmeras relações entre as ideias.

Como delineado, o que interessa a Condillac e aos seus contemporâneos, numa época em que a Ilustração se faz presente com toda força, é mostrar um mundo totalmente desmitificado e laicizado, liberto, portanto, de toda manifestação de ignorância, dos dogmas

religiosos, do peso da tradição e do misticismo. É esse espírito racional e experimental que o Abade tenta emprestar ao mundo das ciências e da filosofia. A causa do interesse do filósofo pelos signos linguísticos tem muito a ver com o fato de ele pretender dar conta do pensamento enquanto processo e manifestação do mundo físico, desvinculado da atmosfera mística e/ou metafísica tão característica da tradição filosófica¹⁸ a qual teve acesso. Para o Abade, o interesse pela linguagem verbal deve-se, portanto, à própria configuração *sensualista* de sua teoria empirista do conhecimento:

A atividade de pensar só pode ocorrer no espírito humano se este dispõe de um suporte material sensível. (...) Condillac não instaura o pensamento humano em sistema de signos como Locke, o qual ele invoca em seu favor. Ele vai mais longe na via do *nominalismo*. Tenho necessidade da linguagem para pensar, não somente porque sem ela eu não chegaria a dominar e analisar a diversidade fenomenal (tenho necessidade dos signos para construir as ideias abstratas e gerais), mas simplesmente porque certos “objetos” de pensamento não correspondem a ideias, quer dizer, a sensações (AUROUX, 1998, p. 112-113, grifos do autor).

Colocando de outra forma, Condillac tentou demonstrar que, a partir da instauração dos signos linguísticos organizados em uma língua, os homens passaram a representar, não apenas os objetos empíricos do mundo externo, mas também as próprias imagens de seus pensamentos. Isto é, pela instituição da linguagem verbal articulada, os homens passaram a elaborar pensamentos sem representação, ou melhor dizendo, pensamentos de segundo grau, porque se trata de representação de signos linguísticos, e não necessariamente a representação daquilo que os signos designam ou significam.

O processo que vai da simples e natural representação semiótica do mundo para a complexa e artificial representação linguística do mundo e dos pensamentos é, pois, inseparável de uma função comunicativa. Trata-se de um processo dialético, porque foi a demanda pela compreensão do pensamento do outro que fez com o homem percebesse a necessidade de decompor o seu pensamento. Foi decompondo o seu pensamento que ele se sentiu impelido a usar e a aprimorar sua linguagem de ação; de modo a fazer dela, nesse movimento cíclico, um instrumento cada vez mais impulsionador da reflexão, como explica Kossovitch (2011):

Começando sensíveis, os signos espiritualizam-se como língua ou linguagem científica. Gerais, as ideias são palavras que não designam, mas classificam e têm sentido: taxionomia que, distinguindo-as, afasta-as cada vez mais da

¹⁸ Segundo Sylvain Auroux (2008), entre as mais conhecidas teorizações linguísticas de natureza religiosa, pode-se citar a teoria de que a linguagem humana consiste em um dom divino (acepção que só começa a ser posta em xeque na modernidade, principalmente a partir do Iluminismo) e a teoria de que as línguas naturais existentes na face da terra derivaram de uma única língua, a língua de Adão (Gênesis, II, 19-20).

confusão primicial. Sistema calcinatório de ideias e signos que se requintam na simplicidade, sistema operatório de faculdades que se linearizam e se acumulam. Tomadas em conjunto, as sucessões avançam, tensão recíproca; determinando-se umas pelas outras, todas elas, consideradas em seus progressos diferenciais, são causadas pelas carências de utilidade, que as contextualizam: sistema liso de diferenças enquanto a utilidade governa (KOSSOVITCH, 2011, p. 27-28).

Portanto, como frisa Nef (1995), não há, propriamente, uma descrição de uma ou mais línguas naturais, nem no *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* nem no *Tratado das Sensações*. Antes, há uma abordagem filosófica sobre a relação que existe entre conhecimento e linguagem, visto que a filosofia da linguagem é subordinada, em Condillac, à sua filosofia do conhecimento de base empirista. A solução dos problemas epistemológicos se encontra em sua teoria da ligação das ideias, seja a ligação com os signos, seja a ligação entre elas mesmas. De forma mais enfática, para o Abade, as ideias se ligam com os signos, e é apenas por esse meio de conexão que elas se ligam entre si mesmas. A ligação das ideias com os signos não é dada assim de repente, de uma só vez, em uma correspondência rígida. Condillac insiste, ao contrário, na aquisição progressiva das operações da alma, e no laço entre a gênese da linguagem verbal e a gênese dessas operações.

Segundo Sofia Vanni Rovighi (1999), Condillac quis mostrar que o homem começou a se expressar por meio de uma linguagem originária do puro instinto e de sinais puramente naturais. Dessa primeira linguagem, que deve ter sido realizada com a ajuda de vários movimentos do corpo, o homem passou muito lentamente a uma linguagem convencional, a qual lhe possibilitou ligar algumas ideias a sinais arbitrários. Logo, “com a invenção da linguagem articulada, que se serve de sinais convencionais, surgiu no homem a reflexão consciente” (RIVOGHI, 1999, p. 369). O próprio Abade tinha plena ciência da reviravolta epistemológica que representava esse aspecto de sua filosofia da linguagem. Em várias passagens de seus escritos, ele aponta para o fato de que foi a fixação das línguas naturais o fator que tornou possíveis a *análise* e, conseqüentemente, um desdobramento do ato de pensar, que nada mais é do que a própria reflexão.

Para Condillac, a natureza havia confeccionado um corpo humano preparado para experimentar o mundo mediante os órgãos dos sentidos, bem como uma alma disposta a processar as sensações decorrentes. Para que esse sistema funcionasse melhor, fez-se preciso uma linguagem, uma maneira de intermediação, que poderia ser concretizada das mais variadas maneiras, valendo-se, por exemplo, de gestos, gritos, desenhos, rabiscos, sinais, símbolos, etc. Assim, o que constituiria a linguagem seria um conjunto sistematizado de sinais ou signos. Foi

pela concretização de uma forma de linguagem que se tornou possível a formação dos conceitos e dos juízos, quer dizer, a concretização do conhecimento.

No entanto, explica o filósofo, nenhuma dessas formas de linguagem se mostrou mais vantajosa aos homens do que o uso de signos linguísticos, isto é, a linguagem verbal e articulada. Para Condillac, as línguas naturais, enquanto sistemas concretos, não podem jamais ser vistas como empecilhos ou fontes de equívocos; pelo contrário, elas consistem nos melhores instrumentos disponíveis à humanidade para viabilizar o conhecimento. Foi somente quando os homens adotaram as línguas naturais como métodos padrão de apreensão do mundo que eles conseguiram se desenvolver e desenvolver tudo que está ao seu redor, simplesmente porque é a articulação da linguagem verbal o jeito mais eficiente de manifestar a racionalidade:

A grande originalidade de Condillac não é difícil de ser percebida, sobretudo se o situarmos em seu tempo. É com ele que se solidifica a ideia de que o pensamento reflexivo tem como pressuposto a instituição da linguagem articulada que traduz a distância quase infinita que existe entre os homens e os animais (MONZANI, 1993, p. 14).

Em sua *Lógica*, o filósofo entende a análise como um método aprendido da própria natureza, responsável pela origem e geração de todas as ideias e de todas as faculdades da alma. Condillac conclui que a arte de raciocinar, sobretudo, cientificamente, só é possível quando a língua se mostra bem constituída, isto é, simples e exata. A fixação das línguas naturais, no decorrer da história, foi um processo contínuo e gradativo, no qual as forças da natureza estiveram presentes ao lado das forças do acaso e da eventualidade. Aos poucos, os homens foram percebendo que a comunicação, a expressão do pensamento e a própria construção do conhecimento são atividades que se realizam com mais facilidade quando existe a intermediação das línguas naturais.

Nas palavras do filósofo, são elas que fazem os conhecimentos, opiniões e preconceitos dos homens. É por meio delas que eles se acostumaram a pensar, porque as transformaram em métodos analíticos quase que exclusivos. Portanto, os seres humanos ficaram viciados na língua na qual e pela qual aprenderam a analisar o mundo ao seu redor. E esse vício, seja para o bem, seja para o mal, não cessou jamais de aumentar.

Interessante ainda é notar que, no pensamento condillacquiano, os homens poderiam conhecer, isto é, apreender o mundo circundante, sem a mediação das línguas naturais. Em princípio, caso fossem outras as necessidades, as inquietudes e os desejos, a linguagem de ação, cujos componentes são inatos, poderia perfeitamente ter tido outros desenvolvimentos e se desdobrado em outros sistemas semióticos, construídos por elementos distintos dos signos

linguísticos. Somente esta assertiva, por sua extensão e complexidade, é merecedora de uma discussão mais aprofundada, o que fugiria ao escopo aqui proposto:

Os elementos da linguagem de ação nasceram com o homem e esses elementos são os órgãos que o autor de nossa natureza nos deu. Desta maneira, há uma linguagem inata, ainda que não haja ideias que o sejam. Com efeito, seria preciso que os elementos de uma linguagem qualquer, preparados antecipadamente, precedessem as nossas ideias, porque, sem signos de qualquer espécie, nos seria impossível analisar nossos pensamentos, para darmos conta do que pensamos, isto é, para vê-lo de maneira diferente (CONDILLAC, 1979, p. 104).

Pelo exposto, fica evidente o lugar de destaque de Condillac no panorama dos estudos filosóficos sobre a linguagem, posto que, na modernidade, foi o filósofo que melhor percebeu a relevância das línguas naturais para a geração e o desenvolvimento da racionalidade humana e, conseqüentemente, para o progresso das civilizações. A dizer, em sua obra, a partir de uma inovação metodológica na abordagem da linguagem, percebeu-se que o uso convencional e deliberado dos signos linguísticos articulados consistiu no fator que viabilizou aos seres humanos avanços cognitivos e sociais nunca antes imaginados, favorecendo, por exemplo, o nascimento da filosofia e das ciências.

3.3 Condillac e a linguística moderna

Condillac apontou os erros e os vícios das ciências e das filosofias anteriores, todas consideradas pouco confiáveis e improdutivas, visto terem sido constituídas, em grande medida, sem qualquer fundamentação na experiência. É especificamente no *Tratado dos Sistemas* que o Abade realizou esta empreitada de ultrajar a filosofia e a ciência de cunho metafísico até então produzidas, demonstrando, detalhadamente, a inutilidade e a ineficiência desses sistemas baseados de modo exclusivo em princípios inconsistentes, porque eram abstratos em demasia.

Em outros termos, o livro representa uma crítica radical à maneira de se fazer ciência e filosofia mais ou menos assistemática de seus contemporâneos e antecessores imediatos, que se valiam ainda exageradamente da metafísica e da pura especulação em seus empreendimentos investigativos. Trata-se de uma obra que “acaba sendo a longa desmontagem dos grandes sistemas abstratos nos diferentes campos do saber; sistemas que mostram os desvios e mesmo a patologia do espírito humano” (MANZONI, 1993, p. 12).

Ao empreender a classificação dos sistemas ao longo da história da filosofia e das

ciências, Condillac constatou que existiram três espécies de princípios, dos quais surgiram três espécies diferentes de sistema: 1) máximas gerais ou abstratas que formam sistemas abstratos, 2) suposições que formam sistemas hipotéticos ou Hipóteses e 3) fatos bem constatados. O que o filósofo chamou de “máximas gerais ou abstratas” são aqueles princípios que, em tese, mostram-se tão evidentes que passam a não sofrer qualquer tipo de questionamento, tornando-se verdades absolutas. Para exemplificar, o Abade menciona a seguinte máxima aristotélica: “é impossível que a mesma coisa seja e não seja”.

O Abade explica ainda que a *La Logique, ou l'Art de penser*, publicada em 1662, por Antoine Arnauld e Pierre Nicole, também é uma obra constituinte dessa maneira de se fazer filosofia, em que o importante, à moda cartesiana, é fundar os conhecimentos em princípios bastante claros. Os autores trazem alguns exemplos: “tudo o que está contido na ideia clara e distinta de uma coisa pode ser afirmado com verdade”; “A existência, pelo possível, está contida na ideia de tudo aquilo que concebemos clara e distintamente” e “O nada não pode ser causa de coisa alguma”.

Condillac diz que não é preciso saber os demais princípios gerais de Arnauld e Nicole, porque em nada acrescentam. Na história da filosofia, pelo menos até a filosofia moderna, imperou esse tipo de princípio e esse tipo de filosofia. Foi como uma febre entre os metafísicos como Leibniz, cuja vida passou a multiplicar tais máximas. Para o Abade, as “máximas gerais ou abstratas” são absolutamente necessárias para pôr ordem nos conhecimentos, porque elas indicam a cada ideia a sua classe. Porém, só por isso, não dá para afirmar que elas sejam universais, que sejam a fonte de nossos conhecimentos e que tenham sido feitas para conduzir a todo e qualquer conhecimento particular. Em resumo, elas são apenas ideias gerais formadas daquilo que há de comum entre várias ideias particulares.

Em relação às “Suposições que formam sistemas hipotéticos ou Hipóteses”, Condillac diz que elas foram muito usadas para explicar as coisas que, de outro modo, seriam inexplicáveis. O Abade acrescenta que as suposições constituíam uma grande ferramenta para quem almejava alcançar a ignorância, posto que resultam da imaginação, da comodidade e dos sonhos. Bastava uma suposição fazer algum sentido e esclarecer algo sobre algum fenômeno, e um filósofo logo aparecia para afirmar ter descoberto o motor da natureza, o sistema universal. Disso nasceu o mito de que a explicação dos fenômenos prova a verdade de uma suposição. Como na primeira classe, os metafísicos foram muito produtivos com esse tipo de filosofia. Valendo-se sempre da imaginação e da fantasia, eles foram se acostumando a utilizar, com muito prazer e facilidade, toda sorte de teorização sobre os fenômenos da natureza.

No entanto, adverte Condillac, as suposições não podem ser consideradas como princípios dos sistemas; antes, elas são no máximo princípios disponíveis a quem deseja descobrir os sistemas. “As suposições não são, propriamente falando, senão conjunturas e se temos necessidade de formá-las é porque estamos condenados a tatear” (CONDILLAC, 1979, p.06). Sobre essas duas primeiras espécies de princípios, as máximas gerais e as suposições, comenta o Abade:

Os metafísicos foram tão inventivos nessa segunda espécie de princípios quanto na primeira e, graças aos seus verdadeiros cuidados, a metafísica não encontrou nada mais que possa ser um mistério para ela. Quem diz metafísica diz, na sua linguagem, a ciência das primeiras verdades, dos primeiros princípios das coisas. Mas é necessário convir que esta ciência não se encontra nas suas obras (CONDILLAC, 1979, p. 04).

No capítulo XIV, “Dos casos nos quais se podem formar sistemas sobre princípios constatados pela experiência”, o Abade falou especificamente do tipo de conhecimento que ele quer ajudar a construir, um conhecimento que busca encontrar seus fundamentos na experiência, no contato direto com a natureza mediante a observação meticulosa e bem direcionada. O filósofo usa todo seu repertório persuasivo para defender que os “fatos bem constatados” são, ou pelo menos deveriam ser, os verdadeiros princípios de toda e qualquer investigação de caráter científico.

Para o iluminista francês, herdeiro de uma tradição filosófica marcada pelo embate entre racionalismo e empirismo, no qual ganharam destaque os nomes de Galileu Galilei, René Descartes, Isaac Newton e John Locke, a natureza consiste em um grande sistema que, por sua vez, seria composto por outros subsistemas. Nesses moldes, caberia à filosofia e às ciências desvendar os sistemas constituintes da natureza, valendo-se exclusivamente dos fatos bem constatados como princípio e da análise como método operacional elementar. Ao explicar as razões pelas quais predominaram falsos sistemas fundamentados em máximas gerais ou em suposições, o Abade argumenta que as dificuldades foram aumentando, ao longo da história, à medida que os seres humanos foram se esquecendo de cultivar o hábito de consultar a experiência ao gerar seus conhecimentos, ou seja, desaprenderam a analisar, que é o processo de decompor e recompor os fenômenos estudados.

Afirmou Condillac que, num primeiro momento da história humana, todos os homens e mulheres conheciam o mundo circundante mediante o crivo da experiência. Entretanto, conforme a vida em sociedade foi se desenvolvendo e se tornando cada vez mais complexa, a apreensão da experiência no e com o mundo foi ficando relegada para um segundo plano, visto

que a conseqüente sociabilização dos conhecimentos foi atrofiando a capacidade de os seres humanos darem os sentidos adequados às experiências únicas e exclusivas que os constituem. Nesse ínterim, a metafísica ganhou terreno, e com ela a especulação infundada e a deturpação de todo e qualquer método investigativo. Pela metafísica, os homens foram se acostumando a se distanciarem do instinto natural que poderia levá-los, no conhecimento das coisas, do mais simples ao mais complexo, haja vista que a construção do conhecimento científico, como a de qualquer outro tipo de conhecimento, nada mais é do que a reconstituição passo a passo dos processos da natureza:

Quando tiveram os fatos em grande quantidade para explicar os fenômenos dos quais se investigava a razão, os sistemas estavam acabados, de qualquer maneira, por eles mesmos, porque os fatos se teriam arranjados a si mesmos na ordem em que se explicavam sucessivamente uns aos outros. Então, ter-se-ia visto que em todo sistema há um primeiro fato, um fato que é o começo e que, por esta razão, se teria chamado princípio: porque princípio e começo são duas palavras que significam originariamente a mesma coisa (CONDILLAC, 1979, p. 06).

Colocando de outra forma, o Abade esclarece que existem e sempre existiram muitos fenômenos na natureza. Os homens conseguiram se dar conta de alguns deles. Todavia, outros fenômenos eles sequer suspeitaram. Por essa falta de hábito de seguir de perto os procedimentos de análise da natureza, os seres humanos desaprenderam a constatar os fatos do mundo natural, o que fez com que seus corpos e mentes se tornassem atrofiados intelectualmente pela ausência de uso.

Por vezes, tem-se nas mãos a explicação de vários fenômenos, entretanto, há uma insistência grande em buscá-la em lugares longínquos. Por exemplo, sempre foi um fato bem constatado a lei da gravidade, mas foi preciso que Newton a enxergasse, para que todos, em seguida, pudessem percebê-la também como um princípio de um fenômeno natural relativamente óbvio. Isso porque os sistemas da natureza são sempre mais antigos do que a filosofia e as ciências que os investigam. É sempre a necessidade que faz com que sua existência seja percebida.

Seguindo o mesmo raciocínio, no capítulo XVI, “Do uso dos sistemas na Física”, Condillac traz a física de Newton para o centro das atenções, colocando-a como o modelo de se fazer ciência a ser seguido, a dizer, de como construir conhecimentos consistentes do ponto de vista teórico e metodológico, porque sedimentados, não em abstrações e em generalidades, ou seja, em máximas gerais e em suposições, mas em fatos bem constatados, na relação entre os homens e o mundo ao seu redor:

Tudo consiste, portanto, na física em explicar os fatos pelos fatos. Quando um só não é só suficiente para explicar todos aqueles que são análogos, devem-se empregar dois, três ou mais. Na verdade, um sistema está ainda bem longe de sua perfeição quando os princípios nele se multiplicam muito. Entretanto, não se deve dispensar de usá-los. Mostrando uma ligação entre um certo número de fenômenos, pode-se ser conduzido à descoberta de um fenômeno que será suficiente para explicá-lo todos (CONDILLAC, 1979, p. 38).

Fechando o livro com o capítulo XVIII, “Considerações sobre os sistemas ou sobre a maneira de estudar as ciências”, o filósofo ratificou seu posicionamento na defesa de que a produção de conhecimento – em ciência e em filosofia que, no fim das contas, eram a mesma coisa à época – precisava urgentemente sofrer uma verdadeira reviravolta. Para o Abade, a produção de conhecimento precisava deixar de ser essencialmente metafísica e especulativa, na qual sempre imperou o poder da tradição e da autoridade dos grandes filósofos da Antiguidade Clássica, para assumir um compromisso cada vez mais regular com a experiência, ou seja, com uma postura de quem deseja e necessita conhecer o mundo e a natureza pela via do experimento.

Relacionado ao conceito de linguagem, outro aspecto que merece destaque é a importância do uso adequado da língua natural na construção dos conhecimentos científicos e filosóficos. Ao longo de todo o *Tratado dos Sistemas*, Condillac destacou que o domínio de uma língua pode levar os homens a pensarem coerentemente, não só porque a língua tornou-se a expressão por excelência do pensamento, mas também porque este ganha em flexibilidade quando estruturado linguisticamente. Esta compreensão culminava, portanto, em postular a existência de uma relação de implicação entre a construção de uma ciência bem fundamentada e a maneira pela qual os homens adquirem e se utilizam de uma língua natural. Quanto maior for o domínio dos recursos disponíveis em uma língua, maiores serão as chances de se conseguir edificar um sistema coerente, isto é, uma ciência que possua objetos e métodos apropriados.

Para demonstrar seu ponto de vista, o filósofo lança mão de uma metáfora, na qual língua e ciência são colocadas no mesmo patamar, visto que, para funcionarem perfeitamente, ambas precisam de usuários, falantes e cientistas, respectivamente, constantemente atentos a cada detalhe e procedimento. Ou seja, tanto a língua quanto a ciência só podem nascer e se desenvolver sob a luz de um rigor metodológico, o que só é possível quando elas são apreendidas como sistemas completos, em que seus elementos se encontram necessariamente interligados. “Uma ciência bem tratada é uma língua feita, não há ciência que não deva estar ao alcance de um homem inteligente, porque toda língua bem feita é uma língua que se entende” (CONDILLAC, 1979, p. 40).

Conforme a explicação do Abade, os seres humanos aprenderam a guardar os

conhecimentos que vão adquirindo ao longo da vida numa rede complexa de ideias gerais e abstratas. Estas só puderam ser guardadas porque foram formatadas em signos linguísticos constituintes de uma língua natural. Assim, à medida que foram adquirindo seus conhecimentos, os homens passaram a distribuí-los em diferentes classes de palavras, dentro de uma morfologia e de uma sintaxe construídas para este fim. Com o passar do tempo e com o hábito, todo este processo, apesar de, em essência, ser artificial e convencional, passou a parecer cada vez mais natural e espontâneo, a ponto de os homens se esquecerem de que um dia foi possível conhecer por processos não mediados pelas línguas naturais.

Nesse processo de estruturação linguística do conhecimento, as classes menos gerais compreendiam os indivíduos e seriam denominadas de espécies. As classes mais gerais constituiriam os gêneros. Estes, com relação às classes que lhes são subordinadas, tornar-se-iam elas mesmas espécies com relação a outras classes mais gerais. É, portanto, por uma classe geral que se deve começar quando se quer representar rapidamente uma multidão de coisas; então, pode-se dizer que ela é um começo ou um princípio. Na ótica de Condillac, isso causou muita confusão para a grande maioria dos filósofos, para quem as máximas gerais e as suposições seriam os princípios das ciências. Mas o Abade adverte:

Eu repito, portanto: só os fatos bem constatados podem ser os verdadeiros princípios das ciências; e se se tomaram por princípio de um sistema suposições ou máximas gerais é porque, sem se dar conta do que se via, se notou que elas são o princípio ou o começo de alguma coisa” (CONDILLAC, 1979, p. 06).

Segundo esse raciocínio, o trabalho de todo cientista demandaria um nível alto de atenção para com as questões linguísticas imbricadas na tarefa de tornar inteligíveis, para si e para a grande parte dos interlocutores, os fundamentos operacionais e epistemológicos de sua ciência. Segundo o Abade, uma ciência bem tratada e bem construída não é outra coisa senão um sistema bem constatado e, depois, bem estruturado linguisticamente. Logo, o aprendizado de uma língua materna parece significar aprender a pensar, aprender a elaborar o pensamento, sendo que fazer ciência e filosofia é, em larga medida, explorar ao máximo o pensamento. Em resumo, fazer ciência e filosofia só é possível quando se tem uma língua bem construída intermediando a relação entre seus falantes e sua experimentação da natureza.

A exposição desse raciocínio desvela como Condillac compreendeu a gênese e o desenvolvimento da linguagem verbal humana. Na relação dos homens com o mundo, a construção decorrente de conhecimentos gerou a necessidade de se aperfeiçoar o processamento e a armazenagem de dados primários ou sensações, mecanismos estes que estimularam o

desenvolvimento da linguagem de ação, que, por sua vez, deu origem às línguas naturais. Desse modo, em Condillac, o conhecimento é anterior à linguagem de ação. Entretanto, e aqui cabe dar a ênfase necessária, a origem da reflexão e de outras operações mentais coincide com a instituição das línguas naturais:

Portanto, tudo confirmará que só pensamos com a ajuda das palavras. É o suficiente para compreender que a arte de raciocinar começou com as línguas, que só pôde haver progresso na medida em que elas se fizeram e que, conseqüentemente, devem conter todos os meios que podemos ter para analisar bem ou mal. É preciso, portanto, observar as línguas: é preciso até, se quisermos conhecer o que foram em seu nascimento, observar a linguagem de ação segundo a qual foram feitas (CONDILLAC, 1979, p. 104).

É certo que, num período em que o racionalismo era uma das grandes forças ideológicas nos meios intelectuais, de modo a promover uma matematização do conhecimento filosófico e científico, o Abade concebia as matemáticas, sobretudo, a álgebra, como exemplos concretos de línguas perfeitas, porque eram consideradas racionais por excelência. “A Álgebra é uma língua bem feita e é a única: aqui nada parece arbitrário. A analogia, que jamais foge, conduz sensivelmente de expressão em expressão. Aqui o uso não tem autoridade” (CONDILLAC, 1979, p. 138).

Todavia, para o Abade, em se tratando da construção de conhecimentos, seja no âmbito do cotidiano, das ciências ou da filosofia, não se faz necessária a instituição de uma língua ideal (criada deliberada e racionalmente por gramáticos e ou filósofos), posto que, além de as linguagens matemáticas já existirem, toda língua natural, em essência, foi instituída coletivamente de modo artificial¹⁹ e mais ou menos racional, porque, do contrário, toda língua natural seria ininteligível.

(...) as línguas não são um amontoado de expressões tomadas ao acaso, das quais a gente só se serve porque concordou em servir-se delas. Se o uso de cada palavra supõe uma convenção, a convenção supõe uma razão que faz adotar cada palavra, e a analogia, que dá a lei e sem a qual seria impossível entender-se, não permite uma escolha absolutamente arbitrária” (CONDILLAC, 1979, p. 137).

Ora, entendendo a conexão implacável entre língua e pensamento, Condillac diz haver uma relação de implicação entre raciocinar bem e usar bem uma língua natural. Segundo o

¹⁹ Não confundir aqui com o conceito contemporâneo de língua artificial. Para Trask (2006), existe distinção na linguística moderna entre línguas naturais e línguas artificiais. As primeiras são aquelas que são ou foram uma língua materna, enquanto que as últimas foram elaboradas deliberadamente para atender a diversos fins comunicativos, porém, sem jamais se converterem em línguas maternas. Em vários momentos de sua obra, Condillac destaca bastante o fator artificial (convencional) do que se chama hoje de línguas naturais.

filósofo, para quem a análise consiste em um método de abordagem caracterizado pelos procedimentos de decomposição e recomposição dos fenômenos da natureza no âmbito da abstração, e a analogia é propriamente as relações de diferenças e semelhanças presentes na análise, falar e raciocinar são as duas partes integrantes de uma mesma arte: “Esta arte é tanto mais perfeita quanto as análises se fazem com mais precisão; e as análises atingem uma precisão tanto maior quanto as línguas são mais bem feitas” (CONDILLAC, 1979, p. 137). Dessa forma, como explana Kossovitch (2011), a análise e a analogia ocupam lugares de destaque na reflexão de Condillac sobre a origem e o desenvolvimento da linguagem e, por tabela, das operações mentais:

Os progressos fazem surgir as agenciadoras análise e analogia; distinguindo ideias, a análise encontra a sua parceira, que forma os signos – imbricadas, formam o método. Constituem-se progressivamente, à medida que as representações e a linguagem de ação, assim como as faculdades do entendimento e da vontade, a ponto de fazer despontar a língua e as ideias abstratas, o juízo e a vontade. Íncias enquanto a natureza domina, tornam-se método quando o artifício desperta. Agenciando, o método é prescritivo e tira a sua força da natureza à qual, superando, prolonga (KOSSOVITCH, 2011, p. 28).

Quanto a essa relação entre linguagem, pensamento e ciência, torna-se importante registrar a influência de Condillac no pensamento linguístico de Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand (1767 - 1835) ou o Barão von Humboldt, como ficou conhecido. Além da fama decorrente de suas atividades como aristocrata, diplomata e pensador da política e da educação, ganhou notoriedade também nos estudos linguísticos, contribuindo para o desenvolvimento da filosofia da linguagem e da Gramática Comparada. Na obra de Humboldt, língua e pensamento, bem como suas imbricações, são conceitos e questões que aparecem com muita recorrência. Para Milani (2012), Humboldt está comprometido com a tarefa de compreender as bases e as razões da evolução das línguas, em conexão com os processos de desenvolvimento gramatical do pensamento humano: “Desse modo, Humboldt utiliza dados relativos a uma visão diacrônica das línguas para melhor estabelecer um ponto de vista sincrônico-teórico sobre a língua (MILANI, 2012, p. 21).

Para se conseguir um melhor entendimento das ideias de Humboldt sobre língua, pensamento e ciência, faz-se preciso, então, tratar, mesmo que superficialmente, do que ele chamou de nação e espírito nacional. Para o pensador alemão, a nação é um espaço territorial povoado com eventos histórico-culturais que atingem a todos os indivíduos de uma maneira mais ou menos semelhante. O espírito nacional consiste no conjunto de sensações, hábitos e fatos histórico-culturais a que os indivíduos de uma nação estão conjuntamente expostos. Desse

modo, as manifestações do pensamento são sempre resultantes do espírito nacional, isto é, das forças que emanam do coletivo de indivíduos e suas criações. Em Humboldt, a língua é simultaneamente um produto e uma produtora do pensamento. A língua é, segundo Milani, citação abaixo:

(...) o molde ao qual o pensamento se adapta para sair e é o primeiro produto da sua criação. A partir desse conjunto, a língua é a imagem do espírito nacional: ela reflete tudo o que está na alma dos indivíduos de uma nação; ao mesmo tempo, é através dos indivíduos e seus pensamentos que a língua se refaz constantemente e se renova no espírito nacional presente nos indivíduos (MILANI, 2012, p. 24-25).

Por conseguinte, o que Humboldt fez foi desenvolver e aprofundar a perspectiva de Condillac quanto à relação entre língua e pensamento e ciência. Para ambos os pensadores, os componentes dessa relação só podem atuar e existir conjuntamente, como elementos modificadores e revitalizadores um do outro. A saber, o pensamento pressupõe elementos linguísticos para se materializar, ao passo que a língua funciona e se estrutura em razão do pensamento que a povoa e com ela se mistura. Do equilíbrio entre língua e pensamento, depende o sucesso das ciências e da nação.

Desta feita, as expressões das ideias, que são os objetos do pensamento, somente são possíveis quando há recursos linguísticos disponíveis na alma dos indivíduos. Na ausência da língua, as ideias não conseguiriam se formar completamente, ou seja, ficariam no meio do caminho de seu desenvolvimento, não atingindo os níveis mais elevados de abstração, reflexão e plasticidade. Consequentemente, a nação estaria perdendo o que mais tem de mais importante, a riqueza do seu espírito nacional, a inteligência de seu povo:

Quando uma língua atinge um grau elevado de excelência gramatical, isso significa que o povo que a fala está acostumado ao exercício do pensamento abstrato. Invariavelmente, quando uma língua possui recursos que possibilitam qualquer ato de ciência ou filosofia, isso significa que seu povo falante também possui esses elementos (MILANI, 2012, p. 28).

No entanto, se, por um lado, Condillac estava convicto de que todo conhecimento só poderia se desenvolver adequadamente quando ele se estruturasse linguisticamente, por outro, ele sabia que os homens, em geral, não dominavam plenamente a língua que usavam, seja para falar ordinariamente, seja para instrumentalizar a concepção e a prática de uma ciência. O principal problema a ser enfrentado, então, era a dificuldade de se reeducar, repentinamente, as novas gerações de filósofos e cientistas, tanto no que diz respeito às concepções científicas vigentes, quanto ao uso adequado da língua no que concerne à geração de conhecimento.

Haveria, assim, um descompasso entre a língua falada ordinariamente e a língua que as ciências precisam para se desenvolverem:

Parece que, para manter nossas conversações, concordamos tacitamente que as palavras substituem as ideias, como o jogo das fichas substitui o do dinheiro; e, ainda que haja ao menos um grito contra aqueles que tem a imprudência de jogar, sem estarem informados do valor das fichas, cada um pode impunemente falar sem ter aprendido o valor das palavras. Você quer aprender as ciências com facilidade? Comece por aprender a sua língua (CONDILLAC, 1979, p. 42).

Muitas vezes, diz o Abade de forma enfática, os filósofos e cientistas não entendem sequer as próprias palavras que emitem. O saber filosófico e científico, em alguma medida, poderia sofrer menos desse mal em que consiste o discurso vazio e empolado, o malabarismo com as palavras. Todavia, ao que parece, sempre vai existir uma ou mais línguas permeando as relações entre os seres humanos e o mundo que os cerca. Logo, faz-se preciso que este instrumento de mediação seja bem conhecido, em todo seu potencial. Não se sabe uma língua apenas pelo fato de ter visto algumas palavras certa vez, antes, é preciso falá-la, é preciso torná-la familiar, visto que o conhecimento da língua favorece o exercício do pensamento.

Em todo caso, o aspecto da filosofia da linguagem de Condillac que se mostrou de extrema relevância para os estudos linguísticos contemporâneos, principalmente quando sua obra é posta em perspectiva histórica em relação ao pensamento saussuriano e ao nascimento da linguística moderna, é a reflexão na qual a língua natural, enquanto desdobramento gradual progressivo da linguagem de ação, foi se tornando, para os homens vivendo em sociedade, o meio mais usual de comunicação e, mais do que tudo, o mais potente método analítico de apreensão do mundo. Não por acaso, é assim que o filósofo abre a sua *Língua dos Cálculos*: “Toda língua é um método analítico. Todo método analítico é uma língua” (CONDILLAC, 1979, p. 137).

Para Condillac, enquanto a linguagem de ação não consegue ser útil à decomposição do pensamento, visto que serve apenas para sanar as necessidades de sobrevivência mais básicas e imediatas, a língua natural, porque composta de signos linguísticos articulados, tornou-se o principal método de análise da natureza. Isto significa concebê-la como um instrumento pelo qual os homens aprenderam a observar e a experimentar as coisas do mundo, classificando-as na medida em que consegue diferenciá-las. “Com efeito, adquirimos conhecimentos apenas na medida em que diferenciamos uma grande quantidade de coisas e notamos melhor as qualidades que as distinguem: nossos conhecimentos começam pelo primeiro objeto que aprendemos a diferenciar” (CONDILLAC, 1979, p. 66-67). Assim, do entendimento deste aspecto de sua obra

depende a compreensão da importância do filósofo em relação ao panorama dos estudos sobre línguas e linguagem. Quanto a essa passagem do pensamento linguístico condillacquiano, Kossovitch (2011) esclarece:

O fio que é desatamento sucessivo das faculdades contidas na sensação e na carência, das ideias de que somos capazes, ou dos signos de que necessitamos para a linearização do sensível, nos conduz da opacidade em que nascemos à distinção terminal. Não há vazios entre os termos: da confusão sensível à taxionomia multiplicam-se os quadros intermediários, cada vez mais distantes do começo, cada vez menos sensíveis, embora sempre ligados à sensibilidade (KOSSOVITCH, 2011, p. 42).

Em outros termos, as línguas naturais, na condição de método analítico, consistem em verdadeiros filtros que os seres humanos utilizam para sentir e para conhecer o mundo. A linguagem que o Abade denomina inata é a linguagem de ação. Ela não pode ser aprendida, porque é o efeito natural e imediato de toda a conformação física dos homens. A um só tempo, ela exprime o que eles sentem. Em não sendo um método analítico, ela não consegue proporcionar a decomposição das sensações, mas apenas evidencia o que nelas contêm. Quando a linguagem de ação se transformou em língua natural, tornou-se possível, então, decompor as sensações e fornecer as ideias, viabilizando o aprendizado da análise da natureza, haja vista que não se consegue fazer essa análise sem a intermediação dos signos linguísticos.

Desde que as línguas, formadas à medida que as analisamos, se tornaram métodos analíticos, concebe-se que nos é natural pensar segundo os hábitos que provem delas. Pensamos através delas: regras de nossos juízos, criam nossos conhecimentos, nossas opiniões, nossos preconceitos. Em suma, criam todo o bem e todo o mal. Sua influência é tal que não poderia ser de outro modo. Elas nos desviam porque são métodos imperfeitos: mas, desde que são métodos, não são imperfeitos em todos os níveis e nos conduzem bem algumas vezes. Não há ninguém que, com a ajuda única de hábitos contraídos em sua língua, não seja capaz de fazer bons raciocínios (CONDILLAC, 1979, p. 109).

No início do século XX, a ideia condillacquiana de língua como método analítico chega a Saussure que, em seu *Curso de Linguística Geral*, ou *CLG*, também critica a concepção de língua como nomenclatura, ou seja, língua como “uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (SAUSSURE, 2006, p. 105). Para o mestre genebrino, são pelo menos três os problemas que tal concepção desencadeia: 1) supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras; 2) não explica se a palavra é de natureza vocal ou psíquica; e 3) supõe que o vínculo que une um nome a uma coisa é uma operação muito simples e evidente.

Decerto, acreditar que a língua é uma nomenclatura, cabendo a ela tão somente o papel de designar as coisas presentes no mundo empírico, significa dizer que a língua nada mais é do

que uma sombra dos objetos do mundo, isto é, uma coleção de nomes que, para existirem, dependem das coisas por eles designadas. É justamente no intuito de esclarecer essa questão que Saussure lançou mão de sua famosa teoria do signo linguístico. Nela, o signo é concebido como uma entidade inteiramente psíquica e composto por duas faces complementares e dependentes uma da outra: a imagem acústica e o conceito, ou o significante e o significado, como bem explicou Benveniste, em seu ensaio *A forma e o sentido na linguagem*:

Cada uma das unidades de um sistema se define, assim, pelo conjunto de relações que ela mantém com as outras unidades, e pelas oposições onde ela entra; é uma entidade relativa e opositiva, diria Saussure. Abandonamos, então, a ideia de que os dados da língua valem por eles mesmos e são ‘fatos’ objetivos, grandezas absolutas, suscetíveis de serem consideradas isoladamente. Na realidade, as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e as une em relação umas às outras (BENVENISTE, 1989, p. 22-23)

Para além da complexidade implicada nessa teoria específica, importa, por hora, saber que, em razão dela, Saussure pôde afirmar que a língua não é uma nomenclatura, mas um princípio de classificação. A acepção de língua como princípio de classificação refere-se à faculdade, inerente à condição humana, de simbolizar o mundo. Para Saussure, todos os seres humanos possuem a linguagem, posto que se trata de uma faculdade inata. E é por esta razão que, em situações normais de convívio social, todos conseguem aprender uma língua natural, desde que a ela tenham sido expostos por um certo tempo a partir do nascimento. Por conseguinte, a língua não pode ser entendida apenas como um reflexo das coisas do mundo. Saussure é muito preciso neste ponto. Para que o verdadeiro objeto da linguística se apresentasse nitidamente, fazendo dela uma ciência nos moldes modernos, fazia-se preciso, “inicialmente, colocar-se sobre o terreno da *langue* e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem”. É assim que ele chega à definição de língua como “um todo em si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 41).

Então, para Saussure, é através da língua que os homens produzem simbolicamente o mundo, submetendo-o sempre à própria organização linguística de que dispõe. É nesse sentido que, tanto para Saussure quanto para Condillac, a forma de sentir e de pensar o mundo é sempre configurada e filtrada, em alguma medida, pela natureza e pela estrutura de uma língua natural. Portanto, a língua como método analítico (de Condillac) e a língua como princípio de classificação (de Saussure), embora sejam duas expressões superficialmente distintas, referem-se, sem sombra de dúvidas, ao mesmo fenômeno observado: entre o mundo e os homens, há sempre uma língua intermediando a relação. Assim concebida, como assevera Benveniste, são

tantas as suas atividades que, antes de qualquer restrição quanto à sua utilidade, é preciso reconhecer que “a língua serve para viver” (BENVENISTE, 1989, p. 222).

Há ainda no *Tratado dos Sistemas*, perpassando suas páginas, a presença de um outro conceito de fundamental importância tanto para o entendimento das reflexões linguísticas de Condillac quanto para a elaboração de uma compreensão mais consistente dos estudos linguísticos posteriores. Trata-se do conceito de sistema, que deve ser o alvo e a razão das investigações sobre a natureza e seus fenômenos. Inspirado pela física de Newton, o Abade defendia que, quanto mais se reduzir o número dos princípios de um sistema, mais este estará perto da perfeição, de modo que o ideal é reduzir esses princípios em um só. Desse modo, “um sistema não é outra coisa que a disposição das diferentes partes de uma arte ou de uma ciência numa ordem onde elas se sustentam todas mutuamente, e onde as últimas se explicam pelas primeiras” (CONDILLAC, 1979, p. 03).

Esse conceito, quanto ao essencial, está presente na fundação da linguística²⁰, aparecendo, de forma marcante, em 1916, no *CLG* de Saussure, para quem a consolidação da linguística como ciência moderna dependia do estabelecimento de um método de trabalho adequado e da delimitação de um objeto de estudo específico, qual seja, a língua concebida como um sistema demasiadamente complexo, no qual os signos linguísticos que o constituem somente se definem pelas relações que estabelecem entre si, ou seja, pelas funções que desempenham em toda a estrutura da língua.

Ao se comparar os conceitos de sistema presentes em ambos os pensadores, percebe-se que a noção condillacquiana de sistema é reatualizada em Saussure, sempre que este intenta elaborar sua compreensão de *langue*. Logo, dizer que a língua é um sistema, em Saussure, implica ratificar que nem tudo na língua é arbitrário e aleatório, pois existe nela uma natureza mais ou menos estável e regular. Ou seja, mesmo que não seja concretamente visível ou palpável, há uma estrutura em toda língua natural, estrutura esta que vai muito além de um conjunto de regras gerais sobre seu uso em situações concretas de comunicação.

Aliás, quanto a essa relação entre a filosofia da linguagem de Condillac e a obra de Saussure que inaugurou a linguística dita moderna, vale a pena trazer a contribuição de Simon Bouquet (2004), para quem o linguista suíço se valeu fartamente dos estudos filosóficos sobre

²⁰ Em seu *Dicionário de Linguística* (2006), Jean Dubois et al. diz que estrutura, ao contrário do conceito de conglomerado, “é um sistema que funciona conforme a leis (já que os elementos não possuem senão propriedades) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo destas leis, sem a contribuição de elementos exteriores ou sem que seja exercida uma ação sobre elementos exteriores. Uma estrutura é um sistema caracterizado por noções de totalidade, de transformações, de auto-regulação”. Conseqüentemente, a estrutura se define por uma série de relações entre os elementos. Ou seja, ela não é nem o elemento nem o todo, mas sempre suas relações constituintes.

a linguagem típicos do século das Luzes: “Em boa parte, é do pensamento das Luzes – tanto da metafísica dos filósofos quanto dos estudos propriamente linguísticos dos gramáticos – que a metafísica saussuriana é impregnada: é do pensamento das Luzes que ela utiliza, embora os renove, as proposições e os conceitos” (BOUQUET, 2004, p. 179).

Nessa mesma linha de raciocínio, Bouissac (2012) diz que o termo sistema é o que mais aparece nos textos de Saussure, quando este se refere ao seu conceito de língua. Consoante o mestre genebrino, a língua é, essencialmente, um sistema autônomo, detentor de certa consistência interior, um conjunto fechado de relações entre termos que só podem ser compreendidos como valores mutuamente definidos. Ela é a intermediadora por excelência da relação entre os homens e entre estes e o mundo. Portanto, porque permite aos seres humanos a conceitualização das experiências no mundo, a língua é, antes de tudo, um princípio de classificação, muito mais do que um simples código que viabiliza a comunicação, muito mais do que uma nomenclatura, ou seja, um conjunto de sons vocais para se fazer referência aos objetos reais.

Mesmo atualmente, a depender dos interesses e da disposição dos leitores, a importância e, principalmente, a complexidade da aceção de *langue* como sistema nem sempre são percebidas quando se lê o *CLG*. Mais difícil ainda é perceber tal aceção em suas conexões históricas. Dificilmente, recorda-se que a compreensão de um conceito passa pelo levantamento de suas principais fontes. Assim, alerta Bouissac, mesmo com toda a rigorosidade que lhe era característica e mesmo com todas as metáforas empregadas com fins didáticos, é muito difícil definir/reconhecer a *langue* concebida por Saussure:

(...) não é fácil expressar a ideia de *langue* concebida por Saussure porque estamos acostumados a pensar em línguas como coleções de itens lexicais que se referem a objetos e noções, tal como rótulos colados a esses objetos e noções. O próprio Saussure passou sua vida lutando com a dificuldade de articular essa intuição epistemológica, às vezes até duvidando de sua validade, mas voltando a ela por conta da evidência fornecida por sua experiência linguística (BOUISSAC, 2012, p. 134-135).

Voltando ao *Tratado dos Sistemas*, sabe-se que o clima intelectual à época de Condillac estava sob forte influência da física moderna de corte newtoniano, como apontado. Não se pode ignorar que foi Newton quem revigorou o pensamento de John Locke, e que este foi o maior mentor de Condillac e de outros filósofos modernos de inclinação iluminista. A exaltação pelas luzes indicava a convicção de que, pelo poder da racionalidade, a humanidade poderia se livrar da ignorância de uma vez por todas e, com isso, alcançar níveis mais elevados de organização

social. Dessa maneira, o que sustenta o *Tratado dos Sistemas* é uma concepção racional e estrutural de mundo, como se o universo consistisse numa grande e complexa maquinaria, com suas engrenagens, motores e válvulas. O todo é um incomensurável sistema, composto por outros tantos sistemas menores, em que todos se relacionam de modo interdependente, porque sempre dispostos de forma articulada.

O conceito condillacquiano de sistema, o qual os seguidores de Saussure atualizaram frequentemente como estrutura, pode ter sido a pedra fundamental do estruturalismo enquanto movimento que revolucionou a intelectualidade, principalmente francesa, da segunda metade do século XX. A palavra estruturalismo, como se sabe, não aparece nos textos de Saussure, sendo que o termo estrutura aparece somente três vezes. Todavia, o termo sistema, consoante François Dosse (2007), aparece 138 vezes no *CLG*, que tinha originalmente mais ou menos 300 páginas.

Conforme Dosse (2007), muito embora tenham sido os psicólogos que, no começo do século XX, usaram inicialmente o termo estruturalismo para opor-se à psicologia funcional, o verdadeiro ponto de partida do método em sua acepção moderna, na escala de todas as ciências humanas, provém da evolução da linguística. Foi, principalmente, a partir dos trabalhos da *Escola de Praga* que os termos estrutura e estruturalismo passaram a ser usados com enorme recorrência. Contudo, como programa fundador e método de abordagem linguística deliberadamente arquitetados, o estruturalismo é reivindicado pelo linguista dinamarquês Louis Hjelmslev (1899 - 1965), o qual fundou, em 1939, a revista *Acta linguística*, cujo primeiro artigo tratava de “linguística estrutural”. Sobre a importância de Saussure e seus sucessores para a fundação do estruturalismo, comenta Dosse:

Se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora, no modelo da linguística moderna e na figura daquele que é apresentado como o seu iniciador: Ferdinand de Saussure. (...) Para compreender o paradigma estruturalista, é necessário, portanto, partir do corte saussuriano, na medida em que o *CLG* foi lido e entendido por toda uma geração como o momento criador. (DOSSE, 2007, p. 81-83, citando).

Em seu sentido mais ampliado, o vocábulo estrutura funcionou como uma senha para boa parte das ciências humanas e cumpriu um papel unificador no pensamento francês. Para além de um método investigativo ou uma teoria restrita a um determinado ramo de pesquisa, o estruturalismo foi um movimento intelectual que representou uma nova maneira de relacionamento com o mundo. Uma nova postura que provocou resultados diferentes, conforme os campos de aplicação: linguística, antropologia, sociologia, filosofia, história, psicanálise,

crítica literária, etc. Em todo caso, reclamando certa unidade e coerência, pode-se vislumbrar algumas recorrências em toda perspectiva autodeclarada estruturalista: “privilegia o signo à custa do sentido, o espaço à do tempo, o objeto à do sujeito, a relação à do conteúdo, a cultura à custa da natureza” (DOSSE, 2007, p. 12).

Ainda parafraseando Dosse (2007), tem-se que o triunfo do estruturalismo nos anos de 1950 e 1960 foi espetacular na medida em que se identificou com toda a história intelectual francesa a partir de 1945. As razões desse sucesso dependeram essencialmente do fato de que o estruturalismo se apresentou como um método extremamente rigoroso, o que representou uma nova esperança a respeito de certos progressos decisivos no rumo das ciências, em geral, e das ciências humanas, em especial; mas, também, porque o estruturalismo constituiu “um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica” (DOSSE, 2007, p. 21).

Enquanto expressão de contestação característico de uma época marcada pelo desencanto, pelas barbáries de sorte e natureza, o estruturalismo correspondeu a uma postura de rejeição da cultural ocidental mais tradicional. Dessa forma, em vez da exaltação dos valores ligados ao passado, os estruturalistas começaram a cultivar uma maior sensibilidade para tudo aquilo que sempre ficou de fora da história. Não por acaso, as duas ciências que mais se entusiasmaram com o paradigma estruturalista, a princípio, foram a antropologia e a psicanálise, tanto que privilegiaram o inconsciente, o avesso do sentido manifesto, o reprimido e o inacessível à razão.

O termo estruturalismo aplicou-se e ainda se aplica, conforme os autores envolvidos e conforme os momentos históricos, a escolas linguísticas bastante distintas²¹. A dizer, pode-se usar o termo estruturalismo para designar especificamente uma das escolas estruturalistas existentes. Contudo, pode-se também usar o mesmo termo para indicar a totalidade delas. Nas ciências da linguagem, pelo menos, o termo estruturalismo, quando usado para rotular certo número de escolas diferentes, tem gerado muita confusão, porque acaba promovendo o apagamento das distinções que são essenciais a cada escola.

²¹ Conforme Trask (2006), a influência de Saussure fez com que o estruturalismo se tornasse a orientação dominante na linguística europeia. Nos EUA, as ideias estruturalistas foram desenvolvidas de maneira relativamente independente por Edward Sapir e, especialmente, por Leonard Bloomfield. Nos idos de 1940 e 1950, as ideias de Bloomfield foram levadas ao extremo por seus sucessores, no desenvolvimento do que ficou conhecido como estruturalismo norte-americano, “uma abordagem de descrição linguística que foi vigorosa, mas excessivamente dogmática”. A partir de 1960, Noam Chomsky e seus seguidores se rebelaram contra os excessos da escola estruturalista americana, não obstante seu gerativismo, em essência, apresentasse muitos traços estruturalistas contra os quais combatiam. “Na verdade, virtualmente, toda a pesquisa séria do século XX foi estruturalista em seu objetivo, muito embora muitos linguistas contemporâneos continuem a considerar estruturalismo um termo ofensivo”.

De todo modo, nos vários estruturalismos linguísticos relacionados, originalmente, com a obra de Saussure, a economia das abordagens recai sobre o funcionamento sincrônico do código. Ou seja, o objeto de estudo é sempre, em última instância, a língua pensada como sistema e estrutura. Torna-se muito importante, nesse sentido, reconhecer quais são as unidades estruturais constituintes do sistema, bem como as relações que existem entre elas. Há, portanto, a admissão de padrões em todos os níveis e categorias de análise: os fonemas se combinam formando morfemas, os morfemas se combinam formando palavras, as palavras se combinam formando sintagmas, os sintagmas se combinam formando orações e sentenças. Estas se combinam formando os textos, e assim por diante. Em cada um desses níveis, as unidades menores se combinam para formar unidades maiores de modo ordenado, sempre obedecendo às regras gramaticais da língua.

Foi devido a essa configuração programática que o estruturalismo de base saussuriana se transformou, para as ciências humanas em geral, no grande modelo a ser seguido. Evidentemente, como é natural em todas as áreas de estudo, muito do que é considerado como estritamente saussuriano pode ser encontrado, de forma mais ou menos clara, na obra de autores do século XIX, como é o caso de Humboldt, ou na obra de autores do século XVIII, como é o caso de Condillac. Contudo, foi preciso surgir o *CLG* de Saussure para que a linguística passasse a ganhar a *status* de ciência moderna e, por tabela, segundo Dosse (2007), passasse a funcionar como a ciência-piloto responsável pela reorientação metodológica das ciências em processo de institucionalização, no início do século XX.

(...) o estruturalismo terá sido, nesse plano, o estandarte dos modernos em sua luta contra os antigos. Terá sido o instrumento de uma desideologização para numerosos intelectuais comprometidos, ao ritmo das desilusões da segunda metade do século 20. Conjuntura política particular marcada pelo desencanto, configuração do saber que precisava fazer uma revolução para ver uma reforma bem-sucedida: essa conjunção permitiu ao estruturalismo ser o pólo de convergência de uma geração inteira que descobriu o mundo por trás da grade estrutural” (DOSSE, 2007, p. 22).

Consoante Weedwood (2002), o estruturalismo, no sentido europeu, é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata subjacente e que deve ser distinguida dos enunciados reais. Apesar da orientação estruturalista de seu trabalho anterior no campo histórico comparativo, Saussure sustentou que, enquanto a linguística sincrônica deveria lidar com a estrutura do sistema de uma língua em um ponto específico do tempo, a linguística diacrônica deveria se preocupar com o desenvolvimento histórico de elementos linguísticos

isolados. Dessa maneira, o estruturalismo de matriz saussuriana pode ser resumido em duas dicotomias básicas: 1) *langue* em oposição a *parole* e 2) forma em oposição a substância, sendo que *langue* fica melhor traduzido como “sistema linguístico”, designando a totalidade de regularidades e padrões linguísticos; e *parole*, por sua vez, pode ser melhor traduzido por “comportamento linguístico”, designando os enunciados reais produzidos pelos falantes de uma comunidade.

Ambas as oposições ou dicotomias saussurianas, como se pode observar, estão relacionadas ao conceito condillacquiano de sistema. Se Condillac disse que as ciências deveriam apontar os vários e diversos sistemas embutidos na natureza, nem sempre visíveis a uma primeira observação, Saussure asseverou que, nos estudos da linguística, o pesquisador deve observar justamente a língua concebida como um sistema, logo, sempre de um ponto de vista sincrônico, em detrimento da abordagem diacrônica das línguas e em detrimento da fala como objeto de estudo.

Colocando de outra forma, para Saussure, é a condição de sistema formal da língua que lhe permite ser estudada metódica e sincronicamente, diferentemente da fala e do discurso que, por suas irregularidades, fogem à padronização reclamada por todo sistema. Em suma, em Saussure, um signo não tira sua significação de sua relação com o objeto que ele, em tese, representa. Antes, o signo tira sua significação de sua oposição a todos os outros signos. Uma língua é, por assim dizer, um sistema fechado de formas em mútua oposição, e não um conjunto de conteúdos.

Dessa maneira, entre as ideias saussurianas que mais influenciaram o estruturalismo, há esse postulado de que o grande objetivo das ciências, em vez de ficar na superfície das descrições, deveria ser o de estudar e demonstrar os sistemas formais que sustentam e regulam os fenômenos em observação. Conseqüentemente, ao ser transportado para as outras áreas do saber, tal postulado colocou em primeiro plano o estudo das formas e das relações, excluindo-se o estudo das substâncias e das qualidades. Logo, porque embasa, direta ou indiretamente, o pensamento linguístico do XX, a obra de Condillac consiste em um dos fundamentos do estruturalismo em linguística e nas ciências humanas.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, à luz da Historiografia-Linguística, realizou-se um estudo acerca da filosofia da linguagem de Étienne Bonnot de Condillac, iluminista francês que alcançou grande destaque nos círculos intelectuais europeus do século XVIII. Especificamente, buscou-se demonstrar quais foram as continuidades conceituais e as rupturas metodológicas de Condillac no que diz respeito à maneira como ele abordou a linguagem verbal humana, tarefa cuja consecução implicou em procurar as evidências do tempo e do lugar em que seus textos foram produzidos.

No primeiro capítulo, houve um empenho em discutir os fundamentos teóricos e metodológicos da Historiografia-Linguística, entendida como disciplina em processo de institucionalização no Brasil e um campo de pesquisa em ascensão no contexto acadêmico mundial. Mostrou-se que, diante da complexidade e da diversificação exacerbada no âmbito das ciências em geral e das ciências da linguagem em particular, a Historiografia-Linguística pode se tornar uma ferramenta bastante útil a quem almeja combater a fragmentação e o esfacelamento que tanto caracterizam a produção contemporânea científica dentro dos estudos sobre línguas e linguagem.

Nesse sentido, mostrou-se que a Historiografia-Linguística é produto e expressão de uma realidade que reclama um retorno crítico ao passado, no intuito de desvelar o fluxo intenso que é o conhecimento científico. Quanto a este aspecto, buscou-se demonstrar sua relação próxima com os pressupostos da *Nova História*, movimento intelectual de vanguarda dentro dos estudos históricos, surgido no início do século XX, responsável por profundas críticas ao modelo tradicional de se fazer história, sempre limitado aos aspectos políticos e econômicos dos Estados Nações. Consequentemente, defendeu-se que, para que se consiga fugir do reducionismo e alcançar um grau mais elevado de exegese e, a história dos estudos sobre línguas e linguagem deve ser abordada sempre de uma perspectiva, no mínimo, interdisciplinar, e nunca como uma sucessão mecânica de teorias, divorciadas do cenário geral no qual foram formuladas.

Por conseguinte, no decorrer da breve revisão da literatura realizada, defendeu-se a importância da Historiografia-Linguística para todos aqueles pesquisadores da linguagem, haja vista que consiste em um arcabouço epistemológico e instrumental que pode lhes conduzir a uma maior consciência acerca da historicidade constitutiva da ciência que estuda, ensina e pratica, bem como a uma melhor compreensão do lugar que ela ocupa ou deveria ocupar, seja no universo das ciências em geral, seja no seio da sociedade como um todo.

No segundo capítulo, buscou-se realizar uma contextualização da filosofia da linguagem produzida por Condillac. Para tanto, realizaram-se dois movimentos de aproximação histórica, o primeiro voltado para a descrição do cenário onde nasceram e se desenvolveram a filosofia e as ciências modernas; o segundo comprometido com uma sucinta reconstrução dos estudos sobre a linguagem, desde Platão até aos filósofos da linguagem do século XVIII.

Em relação ao primeiro movimento, percebeu-se que o debate acerca do papel que desempenham a razão e a experiência na construção dos conhecimentos humanos constituiu um tema recorrente ao longo da história da filosofia ocidental. Na modernidade em geral e no século XVIII em específico, a filosofia e as ciências produzidas estiveram profundamente marcadas pelo embate entre racionalismo e empirismo, como duas vertentes opostas no âmbito da epistemologia. Para os primeiros, as matemáticas, concebidas como a expressão máxima da racionalidade e ápice da pirâmide dos conhecimentos, consistiam na única linguagem e no único instrumento, disponíveis aos homens, capazes de viabilizar a apreensão da natureza em toda a sua complexidade; enquanto, para os empiristas, pelo fato de todo e qualquer conhecimento ser crivado pelos sentidos do corpo, a experiência deveria ser o princípio e o fundamento das ciências e da filosofia.

Nesse processo, fazendo frente ao racionalismo cartesiano do século XVII, período caracterizado pela retomada de Platão e pela matematização da produção dos conhecimentos, o século XVIII, período no qual a Ilustração encontrava-se consolidada em boa parte da Europa, presenciou o fortalecimento do empirismo de matriz britânica, o que ocasionou um significativo deslocamento de acento na relação entre razão e experiência. A dizer, para os empiristas iluministas, não fazia mais sentido o método da dedução. Em vez dele, era a observação e a experiência que deveriam nortear o fazer científico, ocasionando uma profunda revisão na teoria do conhecimento, com os interesses se deslocando dos princípios abstratos em direção aos fenômenos empíricos e particulares, fortalecendo-se a convicção de que a experiência tem papel privilegiado na constituição do conhecimento.

Desse modo, foi a partir dos trabalhos de Copérnico, Galileu, Newton e Descartes e Locke que a filosofia e a ciência modernas se constituíram, provocando uma verdadeira mutação intelectual, uma reviravolta no espírito dos seres humanos, que começaram a desprender-se da vida contemplativa, típica dos antigos e medievais, para adotar uma postura, deliberadamente, de intervenção na natureza. Logo, viu-se que o nascimento da modernidade está relacionado com as profundas mudanças políticas, socioeconômicas e culturais e, por tabela, com a necessidade de se voltar os olhos o sujeito do conhecimento. Foi na modernidade,

portanto, mais do que nos períodos anteriores, que o estatuto da alma humana se configurou como o principal mote dos estudos filosóficos. Portanto, foi o embate entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de matriz lockeana o principal motor da filosofia moderna como um todo e, conseqüentemente, o plano de fundo para as discussões de Condillac no que toca à linguagem verbal humana.

Em relação ao segundo movimento de aproximação histórica acerca da filosofia da linguagem de Condillac, demonstrou-se que os estudos sobre línguas e linguagem estariam num *continuum* entre períodos teorizadores e historicistas, num movimento que se reveste de certa regularidade. Logo, os fenômenos linguísticos ora foram abordados de um ponto de vista teórico e descritivo, ora foram tratados de uma perspectiva comparativa e histórica. Os primeiros concentraram-se nas configurações dos sistemas linguísticos, enquanto os segundos focalizaram o contexto no qual a linguagem e as línguas encontravam-se envolvidas. Nesse sentido, viu-se que as abordagens teóricas e descritivas dos fenômenos linguísticos remontam à Antiguidade, à Idade Média e ao século XVIII, enquanto estudos de cunho histórico e comparativo remontam ao Renascimento e ao século XIX.

No que tange aos estudos linguísticos de feitiço teórico e descritivo, tão importantes para a compreensão da filosofia da linguagem de Condillac, foi mostrado que, na Antiguidade e na Idade Média, prevaleceu a descrição gramatical do grego e latim e que, somente tardiamente, teriam surgido as gramáticas consagradas às línguas nacionais europeias. Durante esse período, de fato, predominou o estudo e a elaboração de gramáticas especulativas, cujo objetivo era definir a correlação entre os domínios do mundo real, do pensamento e da linguagem. Quanto ao Renascimento, observou-se que, mesmo voltado para a redescoberta e a revalorização da cultura greco-romana, esse período foi de suma importância para a inauguração das ciências e da filosofia nos moldes modernos, porque impulsionou e foi impulsionado por profundas reformas sociais, políticas, econômicas e culturais.

O impacto de toda essa conjuntura revolucionária deixou muito mais complexo e emaranhado o cenário de investigações sobre as línguas e a linguagem, porque, ao lado dos estudos do latim e do grego clássicos, passou-se a estudar outras línguas, tanto as vernáculas quanto outras línguas mortas, fatos estes que aumentaram a consciência coletiva sobre a diversidade linguística no planeta e fizeram com que as línguas naturais passassem a ser vistas como instituições sujeitas às intempéries do tempo.

No século XVII, a partir do racionalismo cartesiano, a geometria, por ser vista como a maior expressão da racionalidade humana, foi colocada como a linguagem das ciências e da

filosofia. Relacionada à ascensão do racionalismo, houve uma produção de gramáticas gerais, tendo como modelo a *Gramática de Port-Royal*. Em tais trabalhos, pressupunha-se sempre a existência de uma conexão profunda entre o funcionamento do pensamento e o do discurso, porque se acreditava na existência de uma lógica universal sustentando as categorias gramaticais.

No século XVIII, o estudo sobre línguas e linguagem não conseguiu escapar do espírito de classificação e de sistematização que havia invadido as ciências e a filosofia. Neste cenário, em que conviviam tanto estudos voltados para a elaboração de gramáticas gerais quanto esforços no intuito de promover descrições de línguas naturais, desenvolveu-se com semelhante intensidade o debate sobre a origem das línguas e a natureza da linguagem verbal humana. Dessa maneira, pode-se afirmar que o legado do século XVIII para a posteridade foi justamente a certeza de que a experiência constitui o fundamento do conhecimento e, sobretudo, essa compreensão de que razão e experiência, em vez posições opostas e antagônicas, são em verdade complementares, porque deve haver entre elas uma profícua simbiose. Foi nessas circunstâncias, num período caracterizado pela crescente teorização sobre a linguagem, dentro de um clima científico e filosófico marcado pelo embate entre racionalistas e empiristas, que Condillac elaborou suas reflexões linguísticas.

No terceiro capítulo, demonstrou-se que, em Condillac, a teoria do conhecimento e a filosofia da linguagem encontram-se misturadas em muitos aspectos. Nesse sentido, a inovação metodológica de Condillac em sua abordagem da linguagem somente foram possíveis porque estiveram amparadas em sua radicalização do empirismo de matriz lockeana. Desse modo, elucidou-se de que maneira as operações que constituem a cognição humana tiveram sua origem nas sensações. Evidenciou-se ainda que, para descobrir os sistemas da natureza e seus princípios, os seres humanos precisam dirigir sua atenção e acionar os sentidos do corpo em função de suas necessidades mais urgentes, tendo sempre em vista a sobrevivência e a satisfação dos desejos. Essa proposição, como foi mostrado, corroborou para uma reavaliação do papel da necessidade na relação entre sujeitos e objetos do conhecimento, consistindo em uma importante contribuição para a história da filosofia e, especialmente, para o desenvolvimento posterior da teoria do conhecimento.

Ora, porque se tinham poucas necessidades, havia também poucas observações a serem feitas. Porque as necessidades eram prementes, cometer muitos enganos acabava se tornando desnecessário e improvável. Os erros, pelo menos, não podiam ser senão passageiros, visto que os homens percebiam a urgência de correção assim que os cometiam. Errar implicava em não

sanar às necessidades mais essenciais. Buscar o acerto era, pois, o mesmo que sobreviver. Dessa forma, os homens seguiram de conhecimento em conhecimento, por uma sequência de fatos bem observados, validando e invalidando conjecturas, redescobrimo seus sistemas e respectivos fundamentos.

No que diz respeito à filosofia da linguagem de Condillac, propriamente dita, pôde-se concluir que um dos maiores avanços apresentados no pensamento linguístico de Condillac consistiu na defesa e na tentativa de demonstração de que foi a instituição das línguas naturais o fator que determinou o desenvolvimento das atividades cognitivas superiores. Foi em razão dessa inovação que, ao longo do tempo, o estudo científico sobre a linguagem verbal humana passou a ganhar cada vez mais independência em relação a pontos de vista que lhes são exteriores, como o da metafísica e o da filosofia.

Foi nesse sentido que, no intuito de evidenciar o impacto da obra condillacquiana no âmbito dos estudos linguísticos posteriores, demonstrou-se que a discussão sobre a relação entre pensamento e linguagem presente na obra condillacquiana alimentou as reflexões de Humboldt no século XIX; ao passo que os conceitos condillacquianos de sistema e de língua como método analítico foram atualizados posteriormente, quando os fundadores da linguística moderna lançaram mão de uma concepção de língua como sistema e de língua como princípio de classificação. Por conseguinte, ficou constatado que Condillac consiste em um dos pilares constituintes da linguística moderna e, conseqüentemente, um dos marcos iniciais do movimento estruturalista.

É nesse panorama científico e filosófico que se situa a obra de Condillac. O grande debate entre racionalistas e empiristas, que movimentou o cenário intelectual do século XVII e XVIII, permeou sua produção intelectual, irremediavelmente. Condillac, mais do que qualquer outro filósofo de seu tempo, sentiu a necessidade esclarecer como funcionava o sistema do conhecimento humano. Em suas investigações, realizou um esforço teórico no sentido de alcançar a gênese e o desenvolvimento das ideias que constituem os pensamentos, chegando a formular a tese segundo a qual todos os conhecimentos humanos são oriundos, em última instância, do conjunto das relações entre a mente e o mundo externo com o qual ela se relaciona.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. *Organon*. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2010.
- _____. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gred Borheim. São Paulo: Abril Cultural S/A e Industrial, 1973
- ALTMAN, Cristina. “Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil”. In: *Revista Argentina de historiografia linguística*, n. I, 2009, p. 115-136.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno Fregni e Henrique Graciano Muracho. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989
- BOUISSAC, Paul. *Saussure: uma guia para os perplexos*. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Trad. Carlos Salum e Ana Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: *A escrita da história – novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992, p. 07-38.
- _____. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 2010a.
- _____. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Unesp, 2010b.
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. Trad. Maria Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARBONELL, Charles-Olivier. *La Historiografía*. Trad. Aurélio Garzón Del Camino. México: F.C.E., 2001.

CASSIRER, Ernst. *Storia della filosofia moderna: L'Empirismo e Newton*. Vol. 3. Roma: Newton Compton: 1976

_____. *La Filosofía de la Ilustración*. Trad. Eugenio Ímaz. 3 ed. 8 reimpressão. México: FCE, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana – um capítulo da história do pensamento racionalista*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. USP, 1972.

_____. “Conhecimento da História e construção teórica na linguística moderna”. In: *DELTA*, vol.13, número especial. p. 133-155. São Paulo, 1997.

COELHO Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes. “Historiografia Linguística”. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio. (Orgs.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* Volume 1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

CONDILLAC, Étienne B. *Essay on the Origin of Human Knowledge*. Trans. Hans Aarsleff. Cambridge University, 2003. (Virtual publishing).

_____. *Tratado dos Sistemas; Tratado das Sensações; Lógica e Língua dos Cálculos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Tratado das sensações*. Campinas: Unicamp, 1993.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980a.

_____. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1980b.

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1079.

DESCARTES, René. *Discurso do método; As paixões da alma; Meditações*. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2004.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo – 1945/1966*. v. 1. Trad. Álvaro Cabral. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KOERNER, Konrad. “Questões que persistem em historiografia linguística”. In: *Revista ANPOLL/1996*, v. 2, p. 45-70.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária; Brasília: Ed. UnB, 1982.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70, 1969.

KOSSOVITCH, Leon. *Condillac lúcido e translúcido*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

LEOPOLDO, Franklin Silva e. *Descartes: a metafísica da modernidade*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção logos).

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

MARICONDA, Pablo Rubén. “Galileu e a ciência moderna”. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. Ilhéus/BA: V.19, 2006, p.267-292.

MILANI, Sebastião Elias. “Bases epistemológicas para a Historiografia Linguística: objeto e metodologia”. In: *GELCO/2008a*, Cuiabá.

_____. *Da Filologia, da Gramática Comparada, da Neogramática à Historiografia Linguística*. In: SIMELP- Seminário Mundial de Língua Portuguesa. São Paulo, 2008b.

_____. *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure*. Goiânia: Kelps, 2011.

_____. *Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt. Conceitos e Métodos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

_____. *Aspectos Historiográficos Linguísticos do Século XIX. Humboldt, Whitney e Saussure*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MONZANI, Luiz Roberto. O empirismo na radicalidade. In: CONDILLAC, Étienne B. de. *Tratado das Sensações*. Trad. Denise Bottman. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MOUNIN, Georges. *História da Linguística: das origens ao século XX*. Trad. F. J. Hopffer Rêgo, Porto: Despertar, 1970.

NASCIMENTO, Carlos Arthur. *O que é Filosofia Medieval?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

_____. A querela dos universais revisitada. *Cadernos PUC*, São Paulo, v. 13, p. 37-73, 1983.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. (Org.). *Historiografia Linguística: Rumos Possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.

NEF, Frédéric. *A linguagem: uma introdução filosófica*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

PLATÃO. *Diálogos. Teeteto – Crátilo*. (Vol. IX. Trad. Carlos Alberto Nunes). Belém: UFPA, 1973.

_____. *Timeu – Crítias*. Trad. Rodolfo Lopes. Coleção Autores Gregos e Latinos. Série Textos. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Editor, 2011.

ROBINS, Robert Henry. *Pequena história da linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia moderna – da revolução científica a Hegel*. Trad. Marcos Bagno e Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso De Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCRUTON, Roger. *Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein*. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

THOMSEN, Guillermo. *Historia de la linguística*. Barcelona, Editorial Labor, 1945.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VASCONCELLOS, Manoel. *Filosofia Medieval: uma breve introdução*. Pelotas, RS: NEPFIL online, 2014.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.